



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Educação Tecnológica

Lucílio Luís Silva

EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO: O
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO (1886 – 1946)



Belo Horizonte (MG)

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Lucílio Luís Silva

**EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO: O
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO (1886 – 1946)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Carla Simone Chamon.

Belo Horizonte (MG)

2009

SILVA, Lucílio Luís

Educação e trabalho para o progresso da
Nação: O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto
(1886-1946), 2009.

153 páginas

Inclui Bibliografia.

Lucílio Luís Silva

**EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA O PROGRESSO DA NAÇÃO: O
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO (1886 – 1946)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 03/09/2009, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Chamon - CEFET/MG - Orientadora

Prof. Dr. Irlen Antônio Gonçalves – CEFET-MG

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - UFMG

À Máira, Guilherme e Miguel, razão de tudo

AGRADECIMENTOS

Concluir uma dissertação de mestrado em um país em que a origem de classe ainda determina o destino dos estudantes menos favorecidos não é uma tarefa fácil. A minha trajetória até a conclusão deste trabalho foi marcada pelas dificuldades que caracterizam o acesso dos filhos dos trabalhadores aos níveis superiores de ensino no Brasil. Desta forma, espero que este trabalho seja um testemunho de que as desigualdades encontradas no sistema educacional brasileiro precisam ser superadas, sob pena de construirmos um país ainda mais desigual socialmente. Não é possível termos um sistema educacional que privilegie as classes mais abastadas, deixando os setores menos abastados abandonados à própria sorte. É inconcebível que os estudantes, que precisam garantir seu próprio sustento, dependam de um esforço quase desumano para atingir os graus superiores de instrução.

Diante destas circunstâncias, torna-se fundamental agradecer àquelas pessoas que acreditaram na minha capacidade individual de superar as injustiças e os desafios que um trabalho deste porte impõe.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que nunca desistiram da minha formação, apesar de todas as dificuldades. Pela capacidade que eles tiveram de perceber que a educação dos filhos era o maior legado que eles poderiam deixar.

À minha esposa e aos meus filhos pela compreensão da minha ausência como pai e marido em alguns dos momentos mais importantes da vida deles.

Ao professor Luiz Carlos Villalta pelo incentivo desde a graduação na Ufop e pela recomendação ao programa de mestrado em Educação Tecnológica do CEFET-MG.

À professora Carla Chamon pela orientação cuidadosa e rigorosa, pela simpatia e pela compreensão das minhas limitações e dificuldades.

Aos amigos Denilson Braga e Juliana Marques pelas caronas para Belo Horizonte e ao amigo Genaldo Gomes, ex-diretor da Escola Estadual Engenheiro Queiroz Júnior pela compreensão das minhas ausências aos eventos da escola.

Aos colegas da turma de 2007 do mestrado em Educação Tecnológica por não permitirem que eu desistisse do curso, através das conversas e da socialização dos textos pedidos nas disciplinas.

Aos professores Irlen Gonçalves e Suzana Burnier pela leitura atenta do projeto desta pesquisa e pelas preciosas orientações.

Ao professor Carlos Versiani dos Anjos pela indicação das fontes em Ouro Preto e pela cessão do seu trabalho sobre o Liceu de Artes e Ofícios.

Aos colegas do grupo de pesquisas NEHME pelas agradáveis e produtivas tardes dos nossos encontros.

Aos funcionários do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo da Casa do Pilar e do Arquivo público de Ouro Preto pela paciência e atenção com este pesquisador.

Tenho certeza que não mencionei todos aqueles que contribuíram na minha trajetória. Espero que estes agradecimentos sejam extensivos a todos.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – Minas Gerais. Esta instituição foi criada em 1886 e funcionou até 1957 e tinha como objetivo principal ensinar as primeiras e um ofício às camadas mais pobres da população. Nesta pesquisa destacam-se as relações do liceu com os artistas mecânicos e com a cidade de Ouro Preto nos seus primeiros 30 anos de funcionamento, momento caracterizado por importantes transformações nas relações de trabalho. Através da análise da documentação interna da escola, dos jornais da época e da documentação oficial buscou-se perceber de que forma a instituição se inseriu no processo de escolarização do ensino profissional empreendido em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A cultura escolar do Liceu de Artes e Ofícios, destacando as sociabilidades produzidas pelos sujeitos escolares, os tempos e espaços escolares, o currículo e as práticas pedagógicas são elementos importantes observados nesta dissertação.

Palavras chave: História da educação, História do ensino profissional, Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

ABSTRACT

This work aims to study the “Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto” (An art and occupation school) in Minas Gerais. Such institution was created in 1886 and operated until 1957. It has as a main propose to teach the firsts and an occupation to the poorest population’s layers. This work highlighted the relations among the mechanical artists, Ouro Preto city and the school in its first thirty years, a time characterized by important changes on work relations. Through the school internal documents, that time newspapers and official documents’ analysis, it was tried to realize how the institution insert itself on the schooling of professional teaching undertaken in Minas Gerais in the last decades of the nineteenth century and in the first decades of the twentieth century . The “Liceu de Artes e Ofícios” school culture, showing the sociability produced by the school people and by the school time and space, the curriculum and the pedagogical practices are important elements observed on this dissertation.

Palavras chave: Teaching History, History of professional teaching, Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Arquivo Público Mineiro.

AHCP – Arquivo Histórico da Casa do Pilar.

HPEMG – Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LAOP – Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

PP – Presidência da Província.

RPPMG – Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais.

SI – Secretária do Interior.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I O LUGAR DO ENSINO PROFISSIONAL E DOS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX -	24
1.1 A PARTICIPAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO MOVIMENTO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	25
1.2 O LUGAR DOS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	28
1.3 OS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E BAHIA.....	33
1.4 O LUGAR DO ENSINO PROFISSIONAL NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM MINAS GERAIS	45
1.5 OS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS EM MINAS GERAIS: SERRO E SÃO JOÃO DEL REI: TUTELA E EDUCAR PARA A ÉTICA DO TRABALHO.....	49
1.6 AS INICIATIVAS OFICIAIS DE INCENTIVO AO ENSINO PROFISSIONAL EM MINAS GERAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX.....	53
CAPÍTULO II - O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS EM OURO PRETO: “A CIDADE HISTÓRICA REJUVENESCIDA PELO TRABALHO.....	63
2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE OURO PRETO.....	64
2.2 UMA ESCOLA PARA O TRABALHO MODERNO: AS EXPECTATIVAS COM A CRIAÇÃO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO.....	74
2.3 O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO E A REPÚBLICA: USOS E APROPRIAÇÕES DA ESCOLA DO TRABALHO EM SUA FASE REPUBLICANA.....	86

CAPÍTULO III – UM LICEU PARA O TRABALHO.....	95
3.1 OS SUJEITOS ESCOLARES DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO.....	96
3.2 UM EDIFÍCIO PARA O ENSINO DO TRABALHO: O ESPAÇO ESCOLAR DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO.....	109
3.3 OS TEMPOS ESCOLARES DO LICEU: ENSINAR E MORALIZAR.....	115
3.4 O CURRÍCULO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO: ENSINAR A LER, CONTAR E TRABALHAR.....	116
3.5 A MATERIALIDADE DA ESCOLA: A REALIDADE DE ENSINAR SEM RECURSOS FINANCEIROS.....	124
3.6 OS ÚLTIMOS ANOS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
FONTES MANUSCRITAS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXOS.....	148
ÍNDICE REMISSIVO.....	152

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por uma série de transformações econômicas, sociais e políticas que redefiniram a direção que a sociedades ocidentais tomariam no decorrer do século seguinte. O capitalismo ocidental, a partir desse momento, se consolidaria através de um constante processo de modernização das relações de produção. As inovações tecnológicas que surgiram nesse período modificariam a forma como as sociedades ocidentais se relacionariam com o ambiente natural e cultural no decorrer do século XX.

Na Europa, na virada do século XIX para o XX é possível constatar uma série de modificações sociais e culturais que marcariam um período que ficou conhecido como a *belle époque*. Tais modificações determinaram um efeito irreversível e revolucionário, que corroboraram as palavras de Karl Marx, escritas algumas décadas antes uma previsão. Naquele momento, segundo a interpretação de Marx analisada por Marshal Berman, “tudo que era sólido se desmanchava no ar”. As transformações modernizadoras e tecnológicas constituir-se-iam, a partir de então, como um elemento presente na vida das pessoas. (BERMAN, 1996)

A energia elétrica, o amálgama dentário das obturações, a pilha seca, a locomotiva a vapor, o revólver e a metralhadora, a fotografia, a radiodifusão, o telégrafo e o telefone foram apenas alguns exemplos dos milhares de invenções criadas no período, que revolucionaram o cotidiano. No entanto, foram as cidades os grandes avatares desse processo de modernização. Os centros urbanos europeus tornaram-se o reflexo mais visível do processo modernizador. A construção de boulevares, o alargamento de avenidas e ruas, a montagem de jardins e praças, a organização e a modernidade das construções, as medidas higienistas e sanitaristas saltavam aos olhos e impactavam o cotidiano das velhas cidades européias de ares medievais.

No Brasil, as transformações tecnológicas e urbanas que ocorriam na Europa, inspiravam as elites do país. Com relativo atraso, essas elites esforçavam-se para programar ações no sentido de acompanhar a dinâmica modernizadora do velho continente. Os esforços modernizadores no Brasil eram incrementados por transformações sociais e econômicas específicas do país. Nesse mesmo momento, a

monarquia estava enfraquecida e o projeto republicano ganhava força. Economicamente, a inserção gradual do trabalho livre e assalariado apontava para a extinção definitiva do trabalho escravo.

Esse conjunto de fatores impactou o projeto de nação que as elites políticas e econômicas buscavam colocar em prática. Era preciso construir uma nação moderna, baseada nos princípios liberais e burgueses, sob pena do Brasil se constituir como um país atrasado, compromissado com o retrocesso social, econômico e material.

Nesse projeto de nação, a educação e a instrução das massas populares eram consideradas pilares centrais. Expandir a escolarização ao maior número possível de brasileiros tornava-se ainda mais importante em face do dinâmico processo de modernização que se encontrava em curso nos países centrais. Dessa forma, os esforços para a construção de uma rede educacional foram consideravelmente aumentados e aperfeiçoados. Nesse bojo, um tipo de ensino específico ganhou relevância: o ensino profissional.

O investimento no ensino profissional poderia significar a possibilidade de a educação cumprir dois papéis fundamentais no projeto de constituição de uma nação moderna e desenvolvida. Ao mesmo tempo em que poderia civilizar o povo, através da divulgação das primeiras letras e dos princípios básicos das técnicas do trabalho, poderia preparar o futuro trabalhador na lógica da ética do trabalho livre, dotando-o do domínio das técnicas e da racionalidade, caras ao novo tipo de trabalho exigido pela dinâmica das transformações tecnológicas.

Nesse movimento, surge no Brasil a partir da segunda metade do século XIX uma série de iniciativas educacionais voltadas para o ensino profissional. Colônias orfanológicas, arsenais de guerra, institutos estatais, particulares, religiosos ou filantrópicos, passam a oferecer o ensino de um ofício ou de uma profissão em diversos pontos do país. Entre essas iniciativas destaca-se a criação dos Liceus de Artes e Ofícios. Essas instituições tinham como principal objetivo, ensinar um ofício ou uma arte mecânica às novas gerações, priorizando os setores mais pobres. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Salvador, em Recife, em Maceió e em Ouro Preto, para citar apenas as capitais, foram criados liceus de artes e ofícios na segunda metade do século XIX. Em todas essas instituições, o número de matriculados era considerável, tornando-as importantes elementos da paisagem cultural das cidades onde se instalaram.

Em Minas Gerais foram criados Liceus de Artes e Ofícios nas cidades de Serro (1879), na então capital Ouro Preto (1886) e em São João Del Rei (1888). Estas escolas, guardadas algumas especificidades, tinham os mesmos objetivos das suas congêneres: ensinar as primeiras letras, o desenho e os princípios básicos de um ofício às crianças pobres, filhas de pais trabalhadores.

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória sócio-histórica do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, desde o momento da sua fundação, em 1886 até o fim do seu funcionamento em 1957. No entanto, é o papel que a instituição exerceu em meio às transformações ocorridas na virada do século XIX para o XX, que norteia as principais reflexões aqui contidas. Analisar a forma com que uma escola voltada para o ensino profissional, especializada em transmitir as técnicas de um ofício lidava com as mudanças que atingiam profundamente o mundo do trabalho, aponta para as sociabilidades produzidas na convergência entre educação e trabalho que estiveram presentes no processo de escolarização mineiro das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Nesse movimento, buscou-se verificar também as implicações que a criação e a constituição de uma escola voltada para o trabalho causaram na cidade de Ouro Preto e de que forma o Liceu foi organizado pelos sujeitos sociais e escolares envolvidos com a sua criação e seu cotidiano.

Nesta pesquisa, os termos artes mecânicas e ofícios mecânicos são considerados sinônimos. Servem para designar as atividades manuais exercidas por um grupo de trabalhadores denominado artistas mecânicos¹. Esses trabalhadores (carpinteiros, alfaiates, pedreiros, marceneiros, gesseiros, entre outros) desenvolviam seu trabalho de forma artesanal e manual, individualmente ou em pequenos grupos. O produto desse trabalho era artificial (obra de um artífice) em oposição ao conceito de natural. Segundo Antônio Santori Rugiu (1998) o termo arte mecânica, assumiu desde a idade média um significado ambíguo, aproximando-se semanticamente com o termo artes liberais, que eram as artes relativas àqueles que tinham como motor do seu trabalho, o intelecto e não

¹ O termo artista mecânico será utilizado de maneira genérica nesta pesquisa para designar os trabalhadores manuais que produziam artefatos para o uso cotidiano. (gesseiros, pedreiros, carpinteiros, alfaiates). Vale ressaltar que esta opção pelo termo artista mecânico está relacionada com a documentação pesquisada. Os jornais da época e a documentação da Sociedade Artística Ouro-Pretana consideravam todos os trabalhadores manuais que conheciam a técnica de um ofício como artistas mecânicos. Desta forma, optamos por utilizar o termo, apesar do debate existente na historiografia acerca da questão das artes nos oferecer outras opções conceituais para referenciar os trabalhadores manuais do período colonial e imperial no Brasil.

as mãos. No entanto, tal separação, nos lembra Ruggi, nunca foi tão clara. Mesmo aqueles que tinham o trabalho intelectual como essência da sua arte eram considerados artistas mecânicos, como era o caso dos professores, advogados ou escrivães medievais.

No Brasil, o termo artes mecânicas, ao que parece, serviu na colônia e no Império para designar os trabalhos advindos das atividades manuais. José Newton Coelho de Meneses nos apresenta uma série de documentos do século XVIII em que o termo é utilizado claramente para designar as atividades manuais. (Meneses, 2007)

Não obstante às discussões que os termos artes mecânicas e artes liberais produziram ao longo dos séculos, consideraremos nesse texto que os artistas mecânicos são os trabalhadores que exerciam atividades manuais propriamente ditas, que tinham como produto do seu trabalho objetos que serviam para suprir as necessidades imediatas de sobrevivência daquele momento.

A História das instituições e a cultura escolar como categorias de análise.

Compreender o processo histórico de criação e constituição da trajetória de uma escola significa conhecer os fragmentos das práticas sociais dos atores que vivenciaram a dinâmica do seu cotidiano na dimensão interna dos seus tempos e espaços.

O atual debate acerca da história da educação em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, tem destacado um tipo de investigação que tem como objeto a cultura escolar.

O conceito de cultura escolar, de uma forma ampla, relaciona-se com uma proposta de investigação que busca compreender as várias implicações, dimensões e representações que os sujeitos envolvidos no fenômeno da escolarização estabelecem no cotidiano da escola e nas relações da escola com a sociedade em um dado período histórico. (JULIA, 2001). Esse conceito estabelece um profundo diálogo com a história das instituições. Segundo Vinão Frago (1995), afirmar que uma escola é uma instituição, que por sua vez possui uma cultura escolar é uma obviedade. No entanto, o autor ressalta que devem ser consideradas as culturas escolares produzidas por esse tipo de instituição. Para analisar uma instituição escolar, é preciso levar em conta o conjunto de aspectos institucionalizados que existe em cada instituição separadamente ou em um grupo de instituições. Esses aspectos institucionalizados incluem as práticas e condutas, os hábitos e os ritos, os modos de pensar e as idéias compartilhadas pelos sujeitos que

participam do cotidiano da escola, assim como os objetos materiais, o espaço físico e a materialidade da instituição. Aos olhos de Vinão Frago, a cultura escolar é toda a vida da escola. Dessa forma, a história das instituições é perpassada pelas culturas escolares com tal força, que torna difícil separar essas duas categorias de análise, quando nos dedicamos a estudar a história de uma escola.

Não obstante a aproximação dos conceitos de cultura escolar e história das instituições, proposta por Vinão Frago, a abordagem da história das instituições escolares teve, nas últimas duas décadas, uma mudança de trajetória epistemológica. As reflexões acerca dessa categoria de análise tinham uma visão que enfatizava os processos escolares externos à escola e que estavam relacionadas com a história das idéias pedagógicas e das populações escolares. Essa perspectiva de análise, que proliferou nas décadas de 1970 e 1980 valorizava como nos mostra Dominique Julia (2001, p.12), buscava a compreensão das origens e influências das idéias pedagógicas na escola e no seu contexto social e o entendimento dos mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola, entendida como um espaço institucional dependente e inseparável da dinâmica social que a produzia. Na última década do século XX, as contribuições Vinão Frago e Dominique Julia propõem um deslocamento do olhar para o interior da escola e para o seu funcionamento interno, privilegiando as sociabilidades produzidas nesse espaço específico, o que significou um novo tipo de abordagem da história das instituições. Para Julia (2001, P.10), a cultura escolar pode ser compreendida como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Por essa perspectiva, ao analisar o fenômeno educativo institucional deve se buscar analisar a instituição através de três eixos de entendimento da instituição escolar: as normas e as finalidades que regem a escola, a profissionalização dos professores e os conteúdos ensinados e as práticas escolares. (JULIA, 2001, p.13). Dessa forma é possível, segundo o autor, compreender o funcionamento e as finalidades atribuídas à escola, distanciando-se da análise do plano das idéias que permeavam a instituição e aproximando-se das materialidades que a escola, detentora de uma dinâmica interna relativamente independente da sociedade, mas a esta ligada externamente tinha a capacidade de produzir. Nesse mesmo sentido, Vinão Frago considera a cultura escolar como um conjunto de idéias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do

tempo, que afetam os modos de agir e de pensar dos sujeitos envolvidos com a escola e com o seu entorno. (VINÃO FRAGO, 1995). Esse autor compreende que o estudo da cultura escolar deve focar os aspectos do funcionamento interno da escola, relacionando-os aos espaços e aos tempos escolares que a escola, enquanto instituição produz e as relações da escola com o seu entorno.

As análises propostas por esses autores dimensionam o lugar da instituição escolar no tempo histórico, na medida em que afirmam que a cultura produzida no interior da escola possui um grau de complexidade e originalidade específico, mas que não deixa de interagir com a cultura produzida na sociedade no momento histórico na qual está inserida. Como nos mostra André Chervel “A escola é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo. O que importa estudar, em última instância, é como esse fenômeno se dá em suas múltiplas facetas em tempos e espaços determinados”. (CHERVEL, 1990, p.23)

Por outro lado, mas nesta mesma direção, Jean Hébrard (*apud* GONÇALVES, 2006, p.25), propõe uma perspectiva de análise que se preocupa com o processo de escolarização dos saberes, ou seja, de que forma os saberes já existentes socialmente, que eram ensinados na vida cotidiana são apropriados pela escola. Nesse sentido, Gonçalves (2006), nos ajuda a refletir sobre essa particularidade do entendimento da cultura escolar.

A questão da escolarização dos saberes tem sido muito recorrente para pensar as práticas escolares, pois contribui para que se compreenda como os saberes, antes de ser apropriados pela escola, já eram saberes produzidos por outros meios sociais, como a escrita, que já era um saber provindo de meios profissionais estabelecidos – o clérigo, o artesão, da escrita – e que, ao serem apropriados pela escola, tornam-se saberes escolares. E não somente saberes, mas também outros componentes que, antes de se tornarem escolares, já faziam parte de uma cultura sedimentada em alguma situação determinada, como é o caso do livro, além de outros componentes que irão fazer parte da realidade da escola. Portanto, procede a assertiva de que a escola escolariza o seu fazer escolar, apropria-se do já estabelecido e escolariza-o, particularizando a sua prática de ser escola. (GONÇALVES, 2006, p.25)

A proposta de Jean Hebrárd se articula com o objeto desta pesquisa, na medida em que nos ajuda a pensar no processo de escolarização dos saberes tácitos dos ofícios, saberes estes que já existiam socialmente no mundo do trabalho e que são apropriados pelo ensino profissional executado no interior dos liceus de artes e ofícios.

A opção por um aporte teórico que analisa a instituição escolar, privilegiando a dinâmica interna da sua constituição no bojo da sociedade que a delimitava, torna necessária a busca de contribuições que nos ajudem a pensar na criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, enquanto instituição que mantinha fortes relações com as especificidades da referida cidade. O Liceu foi criado no momento em que a então capital dos mineiros lidava, nas últimas duas décadas do século XIX com os conflitos e representações relacionados com os esforços para inserir o município no movimento de modernidade urbana em curso na Europa e em outras cidades brasileiras desde o início da década de 1870. Nesse sentido, as possibilidades de análise oferecidas pela história das instituições educativas permitem aproximar, a cultura escolar produzida no interior do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto com a dinâmica da cidade no momento de sua instituição².

Ainda na perspectiva do entendimento das relações da cidade com a cultura escolar produzida e apropriada pelo Liceu de Artes e Ofícios, as contribuições que buscam articular a noção de escolarização com o conceito de cultura escolar podem nos oferecer um aporte importante nesse sentido. Para Faria Filho (2003), o conceito de escolarização pode ser compreendido em um duplo sentido intimamente ligados e relacionados com a forma de organização mais ou menos formal da transmissão dos conhecimentos através da escola. Um dos sentidos se refere ao “estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede ou, redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis pelos diversos níveis de ensino”. O outro sentido se relaciona com o entendimento do “processo e da paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de

² Os pesquisadores que se dedicam à história das instituições têm dedicado especial atenção às seguintes categorias de análise: Espaço (local/lugar, edifício, topografia), Tempo (Calendário, horário, agenda antropológica), Sujeitos escolares (recrutamento, profissionalização, formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações), Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida), Materialidade (financiamento, manutenção). Vinculam-se a estas categorias, evidentemente, outras, como a de organização da vida econômica, política e cultural da cidade. (MAGALHÃES, 1998).

conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2003, p.18). Para articular a noção de cultura escolar ao processo de escolarização, Faria Filho lança mão de alguns elementos-chaves que compõem o fenômeno educativo: os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares. A ordenação e a organização do tempo escolar são entendidas, por este autor, como um movimento múltiplo que coloca a escola e o seu aparato educacional como o centro da produção de uma cultura que tem conseqüências para a vida não somente dos sujeitos escolares que participam do cotidiano da escola, mas para a família dos mesmos, para os padrões e para o conjunto da cidade. Com relação ao tempo escolar, a escola produz, segundo o autor, um tempo específico que participava ativamente das relações sociais, construindo-as e reforçando-as ou destruindo-as e desautorizando-as. Os espaços escolares, estes cumprem uma função educativa fundamental. A projeção física e simbólica desses espaços, representados pelos prédios escolares, determina, a delimitação das fronteiras das relações do interior da escola com o “mundo” externo. Além disso, a construção do espaço próprio da escola permite distingui-la dos outros espaços educativos (a casa, a igreja, a rua), dotando-a da possibilidade de exercer um papel singular na cena social. Ao evocar a atenção para os sujeitos escolares, Faria Filho demonstra a possibilidade que esse tipo de análise tem de surpreendê-los em sua prática cotidiana, compreendendo-os (alunos e professores) como sujeitos que participam da construção da cultura escolar e de si mesmos como sujeitos sociais. A análise dos conhecimentos escolares possibilita compreender como a aprendizagem, componente importante da cultura escolar, foi utilizada pelas forças sociais, inclusive as escolares, no contexto da produção dos saberes escolarizados. A investigação da materialidade e das formalidades das práticas escolares pode permitir a verificação da delimitação das posições de poder no campo da educação escolar, que estão relacionadas com a produção dos modos de fazer a escolarização e de instituir identidades pessoais e profissionais aos sujeitos escolares. Assim, as representações produzidas pelas práticas escolares podem ser consideradas práticas de ordenamento do mundo social que permitiriam o entendimento da história do processo de escolarização em suas relações com a cultura escolar produzida por cada instituição

As considerações expostas nas linhas anteriores permitem-nos compreender o funcionamento interno do Liceu de Ouro Preto pela perspectiva da análise do processo de aprendizagem dos ofícios, destacando a materialidade desse processo e as

conseqüências deste para as relações sociais estabelecidas no período. Ao procurar investigar a estrutura interna do Liceu de Artes e Ofícios teremos a possibilidade de analisar as finalidades atribuídas a uma instituição que tinha como objetivo o ensino para o trabalho. Nesse mesmo sentido, é possível analisar de que maneira a cultura escolar produzida pelo Liceu interferiu no cotidiano dos sujeitos que participavam do processo de escolarização dos saberes dos ofícios, ou seja, o que representou para a sociedade do período a apropriação, por parte da escola, de parte da cultura do trabalho – a aprendizagem e o exercício dos ofícios.

Ao analisar os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares inseridas na cultura dessa escola, é possível ter uma visão ampla tanto dos fatores internos que marcaram a produção do seu cotidiano, quanto dos fatores externos que determinaram a sua relação com a sociedade.

FONTES.

Produzir a história da educação, em seus diversos níveis, é uma tarefa complexa e árdua. Os historiadores que se colocam o desafio de inventariar a cultura escolar das instituições encontram, na maioria das vezes, dificuldades ainda maiores. Nesse sentido, nos mostra Dominique Julia que “a história das práticas culturais escolares, é, com efeito, a mais difícil de trabalhar porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?” (JULIA, 2001.p.14). A evidência da produção no interior das escolas, seu caráter habitual, de ser a escola o lugar de excelência da produção da escrita, parece ter banalizado esse tipo de produção, o que levou nossos antepassados a jogar no lixo a maior parte da produção intelectual e material dos sujeitos escolares.

A ausência de fontes do interior das instituições, portanto, nos levam a buscar em outros espaços as respostas para as lacunas deixadas. Ao entendermos que um dos eixos do processo de escolarização se deu pela criação de uma rede ou de “redes” de escolas, em que o Estado era o principal agente desta organização³, as fontes oficiais podem oferecer indícios que permitam reconstruir uma parcela da história dessa instituição. No caso específico do objeto desta pesquisa, o relatório dos presidentes da Província, que visava informar ao parlamento detalhe do andamento da instrução na

³ Como veremos a participação do Estado, entenda-se do governo da Província, era menor em relação ao Liceu de Artes e Ofícios do que na educação primária, por exemplo. No entanto, não deixava de existir.

Província, esperando obter da casa legislativa encaminhamento para os projetos da área, por muitas vezes traziam detalhes sobre o funcionamento interno das instituições escolares. No caso do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, os relatórios produzidos pelo Presidente da Província, Manoel Machado Portella, no momento da instalação da instituição em 1886, ofereceu importantes informações sobre o papel do Estado Provincial no processo de criação do Liceu. As instituições escolares também mantinham uma estreita relação com o Estado intermediada por correspondências enviadas às Câmaras municipais, à presidência da Província, à secretaria do interior, à secretaria da instrução pública. Nessas correspondências, as instituições informavam aspectos do seu cotidiano burocrático e administrativo, que permitem aos pesquisadores perceber os meandros do interior da escola e, até mesmo, sua relação com a sociedade. O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, apesar de não fazer parte da relação das escolas estatais, mantinha periodicamente contato com os órgãos do Estado. Essa ligação do Liceu com a edilidade estatal, na maioria das vezes estava relacionada com o objetivo dos diretores do Liceu conseguir junto aos cofres públicos ajuda financeira para a instituição. Dessa forma, a diretoria do Liceu de Artes e Ofícios informava nessas correspondências as condições materiais e pedagógicas da escola para justificar seus pedidos de socorro financeiro. Vale ressaltar que essas são fontes oficiais e devem ser tratadas com os cuidados críticos que merecem. É necessário que se faça uma crítica direta dos documentos, buscando as intencionalidades neles contidos, observando as condições e o lugar em que foram produzidos, pois nenhuma fonte é neutra de interesses e intenções.

Outro tipo de fonte amplamente usada nesta pesquisa são os jornais. A imprensa na Província de Minas Gerais surge tardiamente em relação a outras Províncias. No Rio de Janeiro, por exemplo, as publicações passaram a circular com maior regularidade na primeira década do século XIX. Os jornais mineiros passaram a existir a partir da segunda metade do século XIX e normalmente tinham vida curta. Apresentavam posturas moderadas com relação aos temas políticos e sua influência no período estava restrita à essência da comunicação paroquiana de anúncios de todos os tipos. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo nas últimas décadas, o jornalismo mineiro ganhou força. Em Ouro Preto, capital da Província, algumas publicações tinham tiragem diária e chegavam às mais distantes paragens da capital e seus distritos. No momento da instalação da capital em Belo Horizonte, as tipografias já

exibiam grandes tiragens e o jornal já se consolidava como o principal meio de divulgação de idéias de todos os matizes, principalmente as idéias políticas. (MENDES, 2005). Dessa forma, os jornais foram uma importante fonte de pesquisa para os fins desta pesquisa. A atuação dos “homens de imprensa”⁴, antenados a todos os fatos da cidade, não deixaram de imprimir nas páginas dos periódicos as idéias e as notícias acerca do cotidiano escolar das instituições de ensino em funcionamento na cidade. Uma parte importante dos jornais cobriu amplamente a inauguração da Sociedade Artística ouro-pretana no dia 25 de março de 1886 e a inauguração do novo prédio do Liceu em 25 de março de 1897. Além de detalharem os acontecimentos sociais desses dois momentos, os jornais ainda reproduziram na íntegra os discursos proferidos nesses dois momentos. A análise desses discursos permitiu reconstruir, principalmente, os objetivos e as intencionalidades dos sujeitos envolvidos na criação e condução do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto⁵.

Além das fontes oficiais e dos jornais, foi possível encontrar documentos internos do próprio Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto: regulamentos, listas de frequência, relatórios dos diretores e professores do Liceu dos inspetores da instrução, atas dos exames feitos pelos alunos. Além dessas fontes, o diálogo com a bibliografia acerca do tema e as informações constantes no relatório histórico produzido pelo Professor Carlos Versiani dos Anjos (ANJOS, 2000) sobre o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto permitiram compreender parcialmente a cultura escolar e a dinâmica interna que foi se constituindo na instituição, as ações dos sujeitos escolares (professores e alunos), o currículo e a filosofia pedagógica, as condições materiais e físicas da escola, as formas de avaliação utilizadas e a organização do tempo escolar.

Partindo dessas considerações, no primeiro capítulo, foi analisado o processo de escolarização do ensino profissional, focalizando as principais iniciativas nesse sentido no Brasil e em Minas Gerais implementadas a partir da segunda metade do século XIX. Para auxiliar a compreensão desse processo serão analisados os Liceus de artes e ofícios do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia e os Liceus de Artes e Ofícios do Serro e de São João Del Rei em Minas Gerais, além de outras iniciativas que tinham o objetivo de oferecer o ensino para o trabalho aos setores menos favorecidos da sociedade. O

⁴ O termo “homens de imprensa” é utilizado por Goodwin Junior (2006) e trata não de jornalistas profissionais, mas de intelectuais que usavam a imprensa como um veículo de divulgação de idéias políticas as quais os mesmos se vinculavam.

⁵ Os jornais pesquisados encontram-se no APM e na HPEMG.

objetivo é compreender o movimento de escolarização do ensino profissional e suas relações com as transformações provocadas na sociedade e na economia brasileira e mineira causadas pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sobretudo nas últimas três décadas do século XIX. O capítulo busca relacionar essas iniciativas com as transformações econômicas em curso, verificando também de que forma o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto participou desse movimento.

No segundo capítulo, o objetivo é analisar o processo de criação da Sociedade Artística Ouro-Preтана e do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Sua preocupação maior é verificar porque o Liceu foi criado e quem foram os sujeitos envolvidos nesse processo, apontando para a análise de qual era a participação desses sujeitos na estrutura populacional, ocupacional e social da cidade de Ouro Preto. Entre as questões colocadas no capítulo, destaca-se a reflexão sobre qual foi o lugar que o Liceu de Artes e Ofícios passou a ocupar no movimento de modernização urbana pelo qual a cidade de Ouro Preto é envolvida a partir da década de 1870 até a primeira década do século XX.

No terceiro capítulo, tem destaque a análise da estrutura interna de funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, buscando responder questões como: quem eram seus professores e alunos? De que forma o Liceu organizava seu currículo? Qual era o método de ensino utilizado? Como era estruturada fisicamente a escola? Como a escola se mantinha financeiramente? Quais eram as lutas e disputas existentes no cotidiano da escola? Como a escola se relacionava institucionalmente com a cidade e com as outras instituições do campo educacional de Ouro Preto? O objetivo do capítulo é compreender o funcionamento do Liceu no período e verificar as aproximações e distanciamentos que a instituição teve do projeto de educação engendrado em Minas Gerais nos primeiros anos da República.

CAPÍTULO I

O LUGAR DO ENSINO PROFISSIONAL E DOS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

*“O Liceu não é só educador, é
moralizador”.*

(D. Pedro II, discursando na cerimônia de
inauguração do Liceu de Artes e Ofícios do
Rio de Janeiro em 1856)

A transformação do Brasil em Império, após a declaração da independência em 1822, foi acompanhada por diversas iniciativas das elites políticas, intelectuais e econômicas no sentido de construir uma nação. Entre os ideais nacionalistas estava a necessidade de difundir a escola ao maior número de brasileiros. Assim, iniciava-se um processo de escolarização dos conhecimentos ensinados em outros âmbitos da sociedade, como a Igreja Católica e a família, por exemplo. Esse processo, que colocava a escola como lugar essencial da instrução e da educação do povo e das elites, percorre todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Na segunda metade do século XIX, surgem as primeiras iniciativas de escolarizar um tipo específico de ensino: o ensino para o trabalho.

Esse capítulo discute esse processo de escolarização do ensino profissional focalizando as principais iniciativas nesse sentido no Brasil e em Minas Gerais.⁶ Para auxiliar a compreensão desse processo serão analisados os Liceus de artes e ofícios do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A análise dessas instituições nos permite ter uma visão mais ampla do papel que os Liceus de artes e ofícios exerceram no processo de escolarização no Brasil e qual foi o lugar dessas instituições no processo de escolarização do ensino profissional em curso no período.

⁶ Este tipo de iniciativa já existia antes da instalação dos liceus de artes e ofícios, a partir da segunda metade do século XIX. É o caso das colônias Orfanológicas, das associações assistencialistas protetoras da infância desvalida e das escolas das maçonarias, encontradas com frequência, sobretudo em São Paulo na primeira metade do século XIX e das escolas de aprendizes da marinha, que ensinavam aos desfavorecidos ofícios relacionados com a manutenção dos arsenais e já existiam no período colonial. (MORAES, 2003)

O movimento de escolarização do ensino profissional acompanhou as transformações provocadas na sociedade e na economia brasileira causadas pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sobretudo nas últimas três décadas do século XIX. Nesse momento, em diversas regiões do Brasil, a sociedade civil, através das sociedades filantrópicas projetou iniciativas que visavam criar escolas voltadas para o ensino profissional e para a formação do novo trabalhador livre que surgia para substituir gradativamente o trabalhador escravo. Nesse período, a maior parte desse tipo de escola foi criada por iniciativa particular, mas tinha forte apóio e influência do Estado.

Esse movimento será trabalhado nesse capítulo à luz da análise específica da participação da Província mineira no processo de transição do trabalho escravo para o livre e das relações desse movimento com o processo de escolarização da instrução elementar e pública, em curso na Província desde as primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, a preocupação é analisar o lugar que a implantação do ensino profissional e especificamente do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto ocuparam no bojo do processo de escolarização da educação primária em Minas Gerais, no momento em que se avizinhava a abolição do trabalho escravo.

1.1 – A participação do ensino profissional no movimento de transformações econômicas e sociais da segunda metade do século XIX.

O processo de escolarização engendrado nos Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo e em outras iniciativas congêneres no Brasil e em Minas Gerais aconteceu no bojo do processo de transformação das relações de trabalho no Brasil. A inserção da mão de obra livre nas relações de trabalho foi intensificada após o fim do tráfico negreiro no Atlântico, decretado em 1850. Na segunda metade do século XIX iniciou-se uma gradual substituição do braço negro escravo pelo trabalhador assalariado em praticamente todas as Províncias do Império.

A discussão acerca da substituição do trabalho escravo para o trabalho livre já estava presente nos encontros das elites intelectuais, políticas e econômicas desde a década de 1840. No entanto, a partir de 1850, ano em que foi proibido o tráfico de

escravos, as consequências econômicas, políticas e sociais que derivaram dessa proibição intensificaram as discussões sobre o assunto. A busca de uma solução para a crise, que se intensificara com a diminuição de braços cativos para a produção nas lavouras e na indústria, mobilizou os detentores de terras durante toda a segunda metade do século XIX.

Na medida em que se aproximava a década de 1880, e durante a mesma, cresceu entre as elites a necessidade de importar imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava. Essa solução era aventada nos momentos em que a discussão sobre a capacidade produtiva do trabalhador nacional vinha à baila. Segundo Lúcio Kowarick aos olhos das elites brasileiras o trabalhador nacional era preguiçoso, avesso ao trabalho e estava acostumado a trabalhar mediante a ameaça do castigo. (KOWARICK, 1994). Essa condição do trabalhador nacional poderia significar um entrave ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nos novos tempos de relações capitalistas de trabalho, que surgiam no horizonte. O imigrante europeu, ao contrário do trabalhador livre nacional, estava acostumado ao trabalho assalariado e, além disso, não conhecia as leis e os contratos de trabalho brasileiros, o que os tornava mais vulneráveis, segundo Kowarick, ao processo de exploração a que seria submetido. Os trabalhadores europeus que chegaram ao Brasil foram submetidos ao regime de parceria, que expropriava os imigrantes de qualquer posse, mantendo-os endividados à estrutura do fazendeiro ou do industrial contratante. Essa situação era dada em uma conjuntura em que as relações capitalistas ainda não estavam consolidadas, pois “prevalecia um sistema que, na prática nada mais era do que um regime de escravidão disfarçada” (KOWARICK, 1994, p.69).

A partir de 1872, o crescimento da demanda pela exportação do café passa a pressionar a demanda por mão-de-obra. A utilização do trabalhador nacional, estigmatizado como “vadio” continuava encontrando resistência entre os proprietários agrícolas e industriais, sobretudo em São Paulo. Nesse momento, a economia paulista vivia um dilema: para suprir sua necessidade de mão de obra, não podia contar com o trabalhador escravo, cada vez mais raro, e o trabalhador nacional não oferecia as condições esperadas, por ser considerado um “vadio”, inapto a aceitar às novas relações capitalistas de trabalho. Além disso, a inserção de imigrantes esbarrava em uma série de dificuldades burocráticas, relacionadas com os tramites do processo de imigração. Esse dilema, aos olhos de Kowarick, foi um dos motivos que pressionaram as elites pela libertação dos escravos, pois a abolição poderia significar a desobstrução da acumulação

do capital e a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas, que levariam o país a se consolidar no regime capitalista (KOWARICK,1994).

A conjuntura econômica paulista representava, devido às circunstâncias econômicas, o exemplo mais significativo dos efeitos e características da transição do trabalho escravo para o livre. No entanto, em outras Províncias, o processo de transição para o trabalho livre guardou certas especificidades que as diferenciaram do caso da Província de São Paulo. No Rio de Janeiro, 57% da mão de obra livre assalariada durante os anos que precederam a abolição da escravatura eram constituídas por trabalhadores nacionais. Na Província fluminense, segundo o trabalho de Lúcio Kowarick, a inserção do trabalhador nacional no mercado de trabalho pareceu ser mais rápida e efetiva do que na Província de São Paulo (KOWARICK,1994). Em Minas Gerais, segundo Douglas Colle Libby, em 1872, a região metalúrgico-mineira possuía 35,1% de mão de obra livre, tanto na indústria quanto na agricultura. Deste número, praticamente 100% era constituído pelo trabalhador nacional. Esse fato pode ser explicado, segundo Cosentino (2004), pela dificuldade de transportar os colonos até os rincões do interior do país e pela fragilidade das leis que regulamentavam a entrada e a permanência dos imigrantes na Província. A dificuldade de importar imigrantes para substituir o braço escravo preocupava as elites políticas mineiras. Em 1873, o deputado Xavier da Veiga ressentia-se da situação quando afirmava que “os colonos estrangeiros não querem vir para a Província demasiadamente extensa, onde o princípio de autoridade está enfraquecido, onde a garantia dos seus direitos está, senão nulificada, em precárias condições” (XAVIER DA VEIGA apud COSENTINO, 2004, p.17).

As dificuldades da entrada e da permanência de imigrantes em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX deixaram a Província em uma situação de relativa paralisia no que tange ao desenvolvimento agrícola e industrial. Segundo Cosentino (2004), vários municípios mineiros da época reclamavam ao presidente da Província e ao parlamento as suas dificuldades econômicas geradas pela ausência de mão de obra. Ao que parece, a quantidade de trabalhadores nacionais não era suficiente para suprir as necessidades do desenvolvimento econômico da Província. Nesse sentido, Douglas Colle Libby (1988) identifica que, perante as dificuldades de inserção da mão de obra imigrante e da escassez de braços escravos, Minas Gerais passou a partir da década de 1870, por um processo de semi-proletarização, capitaneada pelo aluguel de escravos.

Dessa forma, segundo o autor, os escravos remunerados representaram, em certa medida, a entrada da Província nas relações capitalistas de trabalho.

Diante das circunstâncias expostas acima, a Província de Minas Gerais buscou engendrar um processo de escolarização do ensino para o trabalho, que objetivava alcançar os trabalhadores livres. Na medida em que rareava o número de escravos e a mão de obra imigrante encontrava dificuldades para se estabelecer na Província, o ensino profissional aparecia como uma viável possibilidade de preparar o trabalhador nacional para substituir o trabalho escravo. O ensino profissional passava a ser um então um instrumento para superar os desafios impostos e permitir o desenvolvimento econômico da Província, através do uso de um tipo de mão de obra tecnicamente preparada. O preparo técnico poderia representar a possibilidade de maximizar a produção através de trabalhadores que dominassem as novas técnicas imprescindíveis ao desenvolvimento industrial e econômico. Ao mesmo tempo, o ensino oferecido nas escolas de ensino profissional também contemplava a formação de um cidadão/trabalhador mais apto para aceitar as relações de trabalho, tendo a possibilidade de afastar os trabalhadores da eventual “vadiagem”.

Dessa maneira, algumas iniciativas de ensino profissional foram implantadas na segunda metade do século XIX em Minas Gerais. De um lado, analisar essas iniciativas pode contribuir para a compreensão do fenômeno educativo que representou a escolarização dos ofícios em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX em meio às circunstâncias econômicas da Província. Por outro lado, nos ajuda a compreender de que forma a implantação do ensino profissional participou do movimento de escolarização em curso na Província mineira desde as primeiras décadas do século XIX

1.2 - O lugar dos liceus de artes e ofícios no processo de escolarização no Brasil.

A segunda metade do século XIX trouxe um elemento novo no processo de escolarização no Brasil. Surgem, nesse período, em várias Províncias do País, os liceus de artes e ofícios⁷: Rio de Janeiro (1856), Recife (1872), São Paulo (1873), Bahia

⁷ Vale lembrar que os liceus de artes e ofícios eram instituições específicas voltadas para o ensino para o trabalho, não confundindo com os Liceus provinciais que se dedicavam ao ensino secundário.

(1875), Ouro Preto (1886), Maceió (1884) [CUNHA, 2.000b]. Serro (1879), São João Del Rey (1888).

Os poucos trabalhos que contemplam essas instituições como objetos de pesquisa nos demonstram que os liceus de artes e ofícios tinham como objetivo principal ensinar as artes e os ofícios mecânicos às novas gerações.⁸ Os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador (LEAL, 1996; BIELINSKY, 2001; MORAES, 2003; MURASSE 2001.), que são os pesquisados pela historiografia da educação brasileira, destinavam-se à formação de homens e mulheres livres nacionais e estrangeiros. Funcionavam gratuitamente no período noturno e contavam com professores selecionados entre a elite intelectual da época, os quais lecionavam sem a percepção de qualquer pecúlio ou ajuda. Outra característica comum desses liceus era a ausência das oficinas, fato que dava ao ensino dos ofícios um caráter meramente teórico, alicerçado no ensino das técnicas do desenho. Vale ressaltar que a ausência das oficinas não era uma opção pedagógica. Em todos os liceus estudados, a falta de recursos financeiros das instituições determinava a impossibilidade da criação e da manutenção destas oficinas.

Em relação especificamente aos liceus de artes e ofícios, que começaram a funcionar no Rio de Janeiro, em 1856, e posteriormente foram fundados nas capitais da Bahia (1872), São Paulo (1873), Pernambuco (1875), Minas Gerais (1886), a produção historiográfica é esparsa e apresenta trabalhos principalmente sobre os Liceus do Rio de Janeiro (BIELINSKY,2006; MURASSE,2001) e de São Paulo (MORAES,2003), com apenas um trabalho sobre o Liceu de artes e Ofícios da Bahia (LEAL,1996)⁹.As

⁸A historiografia acerca do Ensino Profissional no Brasil apresenta grandes lacunas. Raros são os trabalhos acadêmicos no campo da história da educação que se propuseram a tomar como objeto de pesquisa a educação para o trabalho. Para Luiz Antônio Cunha, este vazio historiográfico é explicado pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com o ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano – atitude consistente, aliás, com sua própria formação. (CUNHA, 2.000a, p.11)

⁹ O primeiro trabalho que tinha os liceus de artes e ofícios como objeto, foi publicado em 1956, por Antero Paes de Barros, em ocasião dos 100 anos de fundação do Liceu de artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Posteriormente, esta mesma instituição foi apresentada pelo trabalho de Celina Mudori Murasse, apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Campinas em 2001, sob a orientação do Professor Dermeval Saviani, intitulado “A Educação para a Ordem e o Progresso do Brasil: O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)”. A professora Alba Carneiro Bielinsky também contemplou o liceu carioca em sua dissertação de mestrado intitulada: O liceu de artes e ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação, apresentada ao programa de pós-graduação em artes visuais da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2003. O liceu de São Paulo é o

pesquisas bibliográficas encontraram apenas um trabalho sobre o Liceu de Minas Gerais (Ouro Preto)¹⁰. Trata-se de um relatório técnico coordenado pelo professor Carlos Versiani dos Anjos, que não foi publicado. (ANJOS, 2000)

Todas essas instituições escolares foram criadas e mantidas por sociedades particulares de caráter filantrópico¹¹, que arrecadavam recursos financeiros entre beneméritos da sociedade civil para a manutenção das mesmas. Eventualmente, recursos públicos provenientes dos cofres das Províncias também figuravam na contabilidade das escolas. (BIELINSKY, 2006; MORAES, 2003; LEAL, 1996). Segundo Marcilaine Inácio (2006), as sociedades filantrópicas eram constituídas por membros das elites intelectuais e políticas e serviam como um instrumento de atuação nas disputas políticas e sociais da época. Nelas estavam representados diversos projetos de Estado e Nação. Em Minas Gerais, por exemplo, foram criadas 33 sociedades durante a segunda metade do Século XIX. Os objetivos dessas Sociedades eram tão variados quanto amplos. Atuavam, por exemplo, na educação, na saúde, nas artes liberais e na higiene, defendendo, em todos os casos, a defesa da liberdade, da igualdade, da ordem e da constitucionalidade. (INÁCIO, 2006).

Os liceus de artes e ofícios mantidos por essas sociedades participaram de um processo de escolarização que começou a ser discutido com maior ênfase no momento

que mais aparece nos trabalhos acerca da história da educação profissional no Brasil. Especificamente, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo é tratado como objeto no recente de Carmem Sylvia Vidigal Moraes intitulado “A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934) editado em 2003 e no trabalho denominado “Qualificação e Urbanização em São Paulo: A experiência do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1873 / 1934), da professora Maria Lucia Caira Gitahy, que é um dos capítulos do livro organizado pela Professora Maria Alice Rosa Ribeiro intitulado “Trabalhadores Urbanos e Ensino profissional” publicado pela Editora da UNICAMP em 1986.

O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia é contemplado em apenas um trabalho. Trata-se do trabalho intitulado “a arte de se ter um ofício: O liceu de artes e ofícios da Bahia (1872-1996) dissertação de mestrado de autoria de Maria das Graças Andrade Leal, publicado em livro pela editora Odebrecht em 1996.

¹⁰ Além do Liceu de Ouro Preto, existem referências sobre a existência dos Liceus de Artes e Ofícios do Serro - Minas Gerais (VEIGA, 1998), Maceió, Recife (CUNHA, 2000B), que também não foram ainda objeto de estudos.

¹¹ Estas sociedades eram mantidas por cidadãos comuns (beneméritos) e sobreviviam a partir de doações e eventos beneficentes promovidos pela sociedade. Na Bahia esta instituição levou o nome de Sociedade de Artes e Ofícios e além de possuir o caráter exposto acima, tinha uma característica específica não encontrada nas demais: auxiliar, em caráter mutuário, artistas e operários que vivenciavam dificuldades materiais de sobrevivência. No Rio de Janeiro era a sociedade propagadora das Belas Artes, em São Paulo, o nome era Sociedade Promotora da Instrução Popular .em Ouro Preto, Sociedade Artística Ouro pretana, em Maceió, Sociedade Protetora da Instrução Popular e no Recife, Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. (CUNHA, 2000b, p.122)

em que o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser um país independente. O novo projeto de nação arquitetado pelas elites intelectuais e consolidado em 1822 com a independência, tinha na divulgação e na ampliação da instrução um dos fatores que poderiam afastar a população da ignorância e da barbárie, imunizando o povo contra a miséria e a brutalidade, ao mesmo tempo em que poderia aproximar o Brasil das “nações civilizadas”. (FARIA FILHO, 2003, P.77-97). Nesse sentido, o historiador Ilmar Rohloff de Matos (1994, p.245) também nos mostra que:

A instrução cumpria, ou deveria cumprir um papel fundamental, que permitiria, ou deveria permitir que o Império se colocasse ao lado das “Nações civilizadas”. Instruir todas as classes era, pois, o ato de difusão das luzes que permitiriam romper as trevas do passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da razão, superando a “barbárie” dos “sertões” e a desordem das ruas; o meio de levar a efeito o espírito de associação, ultrapassando as tendências localistas; além da oportunidade de usufruir os benefícios do progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza (MATTOS, 1994, p. 245-6)

A criação dos liceus de artes e ofícios participou do início da escolarização do ensino profissional no Brasil. Nesse processo, o ensino dos ofícios aparecia como complemento à difusão do ensino das primeiras letras. Nos prédios dos liceus de artes e ofícios, o projeto educacional das elites do período, o qual objetivava divulgar a instrução elementar, teria a possibilidade de alcançar as classes populares, especificamente os trabalhadores e seus filhos. Assim, ensinar a ler, escrever e contar aliava-se à perspectiva de ensinar aos trabalhadores a ética do trabalho e as dimensões morais das relações laborais capitalistas.

Juntamente com a instrução elementar, o ensino profissional levou para o interior da instituição escolar o ensino para o trabalho, materializando-o em um espaço específico – o espaço escolar. No interior dos prédios dos liceus de artes e ofícios, o tempo¹² da aprendizagem poderia ser delimitado, controlado e racionalizado, estando

¹² Faria Filho (2000, p.62 e 70), ao analisar o processo de escolarização em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX traz importantes discussões acerca da importância do espaço escolar na medida em que afirma que “um dos limites que se impunha à consolidação de uma nova forma e cultura escolar era, sem dúvida, a falta de um espaço adequado para o “acontecer” da educação escolarizada”. O mesmo autor, no que se refere à questão dos tempos escolares afirma que “o tempo escolar, ou melhor, dizendo,

em sintonia com os objetivos das elites, que buscavam no processo de escolarização, civilizar e ordenar os comportamentos dos setores populares e, no caso específico dos liceus de artes e ofícios, prepararem esses mesmos setores para o exercício do trabalho livre assalariado que gradualmente substituiria o trabalho escravo.

Vale ressaltar que a escolarização dos saberes das artes e dos ofícios, engendrado pelos liceus, não se constituía como um direito efetivo e legítimo dos contemporâneos que o frequentavam. Tratava-se de uma oferta assistencialista, feita por parte das elites, aos menos favorecidos e aos “desvalidos” da sorte. Aos olhos dessas elites, a aprendizagem das primeiras letras, dos princípios básicos da matemática e de um ofício poderia garantir à parcela mais pobre da população uma sobrevivência digna, baseada no seu próprio sustento. O ensino ofertado pelos liceus poderia também diminuir os impactos negativos da ociosidade dos jovens, que sem ocupação, perambulavam pelas ruas, comprometendo a ordem e os costumes. Dessa forma, tal tipo de escola aparecia como uma espécie de antídoto aos males sociais causados pelo ócio e pela ignorância dos setores menos abastados.

Essa análise nos leva a pensar que os liceus de artes e ofícios buscavam cumprir, essencialmente, dois papéis: além de auxiliar assistencialmente os contemporâneos mais pobres, buscavam preparar a nova força de trabalho, que substituiria o braço escravo. Segundo Carmem Silvia Moraes, a escolarização do ensino para o trabalho no complexo processo de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre poderia permitir às elites se apoderarem de um instrumento importante para inserir o país na modernidade representada pelas relações livres de trabalho. Oferecendo ao operariado a inserção na sociedade pela via do conhecimento das técnicas dos ofícios e das primeiras letras, o ensino profissional franqueado pelos liceus cumpriria seu objetivo no novo mundo do trabalho que surgia. (MORAES, 2003, p.13).

os tempos escolares são múltiplos e fazem parte da ordem social e escolar. Assim são tempos pessoais e institucionais, individuais e coletivos, daí a busca de delimitá-los e controlá-los.”

1.3 - Os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi a instituição pioneira do gênero no Brasil. Criado em 20 de Janeiro de 1856 juntamente com a Sociedade Propagadora das Belas Artes, o Liceu carioca tornar-se-ia ainda no século XIX, segundo Alba Bielinsky (1996), a maior escola, em número de alunos, que se dedicava ao ensino das artes e dos ofícios no Brasil.

Essa instituição foi criada em meio a um ambiente de descrédito e desânimo das artes na capital do império. A Imperial Academia de Belas Artes, que havia sido fundada em 1808 para ser o centro de divulgação e formação das artes em todo o império do Brasil, passava por uma profunda crise. Os artistas estrangeiros residentes no Brasil criticavam acintosamente as obras de arte produzidas pelos alunos da Academia, julgando-as imperfeitas e inferiores. É nesse ambiente de desânimo, que Bethencourt da Silva¹³, funda com mais 99 sócios, a Sociedade Propagadora das Belas-Artes, com o intuito de resgatar o prestígio das artes na corte e valorizar as artes mecânicas, ainda mais aviltadas.

O desprestígio dos artistas e da arte brasileira ficava ainda mais visível naquela época quando se tratava das chamadas artes mecânicas.¹⁴ O artista mecânico, aquele que exercia um ofício (carpinteiro, marceneiro, pedreiro, gesseiro, entre outros), carregava consigo o estigma do trabalho manual. Esse fato afastava os mais jovens da busca do exercício dessas ocupações. O Liceu vinha, segundo o seu fundador, para recuperar a estima da sociedade pelas artes mecânicas. No discurso de fundação da instituição, Bethencourt da Silva demonstrava entusiasticamente aquilo que seria o objetivo essencial do Liceu:

Quando os alunos das academias, os operários, os empregados públicos e industriais, por distração, por necessidade e por divertimento mesmo tiverem tomado nas aulas do nosso liceu algumas luzes de Belas-Artes, quando o ensino prático e teórico lhes tiver feito conhecer por experiência própria as dificuldades com que lutam os

¹³ Bethencourt da Silva foi o fundador e principal benemérito do Liceu. Artista e político, Silva dirigiu a instituição até sua morte no final da década de 1880. (BIELINSKY, 2006)

¹⁴ As artes mecânicas eram aquelas que seus produtos podiam ser aproveitados industrialmente (gesseiro, marceneiro, ourives, etc.)

artistas e o talento e pericia que precisam ter para adquirir uma reputação honrosa em qualquer das especialidades da arte, os artistas que até agora não têm passado de uma família de párias da nossa sociedade, serão acolhidos com estima e veneração. (BETENCOURT DA SILVA apud BIELINSKY, p.16)

A escola do povo, como ficou conhecida o Liceu do Rio de Janeiro, recebia homens e mulheres nacionais e estrangeiros, com idade entre dez e quarenta anos. Seus professores lecionavam voluntariamente sem a percepção de qualquer pecúlio ou remuneração. Os alunos podiam cursar, no período noturno, uma gama de 52 disciplinas, entre elas desenho elementar, pintura, ornatos e paisagens, desenho geométrico e princípios arquitetônicos, cenografia, classe de flores e animais a lápis e aquarela, estatuária em gesso, arte da cerâmica e ornatos, estatuária em mármore, aritmética e álgebra, equações de 1º grau, geometria, física, química e mineralogia, geografia e história das artes, estética, anatomia e fisiologia das paixões. (BIELINSKI, 2006, p.13). Essas disciplinas demonstravam um caráter teórico, que se aproximava das artes liberais e do ensino oferecido na Imperial Academia de Belas-Artes.

Com relação ao acesso dos alunos, o Liceu não fazia objeções à matrícula dos estudantes que quisessem frequentar estas disciplinas. Com exceção dos escravos, a instituição aceitava homens e mulheres livres, de qualquer idade ou origem de classe. A frequência desses alunos nas disciplinas estava subordinada a pré-requisitos. Segundo o regulamento do Liceu:

a ordem das matérias do ensino é subordinada à necessidade do conhecimento prévio de uma inteligência para outra, e o aluno é somente dispensado a seguir a ordem dos estudos provando, ao matricular-se por exame ou documento de aprovação em outra escola, que se acha habilitado em alguma ou algumas das disciplinas que devem anteceder às que pretende aprender” (REGULAMENTO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO apud PAES DE BARROS, 1956, p.26)

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro era uma instituição de ensino secundário, tendo em vista que não se dedicava ao ensino das primeiras letras como em seus congêneres de Minas Gerais e da Bahia.

Na década de 1880, foram criados os primeiros laboratórios e na década de 1890, as primeiras oficinas dedicadas diretamente ao ensino das artes mecânicas. A partir desse momento, a alcunha de “Escola do Povo” ganhou contornos mais fortes no Liceu, que passou a formar os membros das camadas populares para os ofícios cotidianos. O historiador Félix Ferreira, no seu livro de 1876, já identificava essa característica quando afirmava:

Do Liceu de Artes e Ofícios saem os construtores navais e urbanos, os mestres-carpinteiro e pedreiros, os entalhadores, desenhistas de fábricas, litógrafos, pintores de louça, gravadores, xilógrafos, fundidores e modeladores das ornamentações em gesso, pedra, bronze e ferro. É ali que se formam os mesterais e que se educam os artesãos, já dali têm saído artífices notáveis, cujos nomes poderíamos declinar, se não fora inútil, porque o desprezo que se vota a tudo quanto é nosso os conserva ainda em triste obscuridade (...) O Liceu de Artes e Ofícios é a modesta oficina do trivial da inteligência. (FERREIRA, 1876, apud, PAES DE BARROS, 1956, p.18)

Segundo Bielinski (2006), O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro apresentava-se como uma instituição capaz de contribuir com a inserção da nação brasileira nos benefícios do progresso e da modernidade. Educar o povo para o trabalho poderia significar, aos olhos das elites da época, inserir o Brasil no cenário das nações civilizadas. Em diversos momentos, os discursos acerca do Liceu de Artes e Ofícios demonstravam que o ensino voltado para o trabalho era um dos responsáveis pelo sucesso das indústrias nas exposições universais do período.¹⁵ Nesse sentido, Rui Barbosa, nos pareceres de 1882, analisava que:

Confrontando o decênio de 1846/1856 ao período de 1856/1868, a exportação baixou de 418 a 350 milhões, ou de 35 a 16, por cento sobre a exportação total, enquanto a Inglaterra, ascendia de 413 a 885 milhões de francos. Hoje, o ensino popular de desenho, que em si encerra a chave de todas as questões e de todos os destinos no domínio da arte, é, entre todas as nações cultas, um fato total ou parcialmente consumado. Já se pode escrever que esse *desideratum*

¹⁵ As exposições universais eram verdadeiras olimpíadas da técnica e da ciência. Nelas os países expunham os novos produtos industriais e disputavam prêmios que determinavam o lugar das nações no contexto do progresso tecnológico e científico. Sobre o assunto ver: PLUM, 1979.

fixa em si a grande preocupação dos nossos dias (RUI BARBOSA apud BIELINSKI, 2006, P.28)¹⁶

Em 1887, mais de trinta anos após a sua fundação, o Liceu carioca contava com 1551 homens e 387 mulheres matriculados¹⁷. Apesar do sucesso que obteve perante as classes populares, o Liceu do Rio de Janeiro mantinha-se com grandes dificuldades financeiras. O Estado Provincial e o governo central do império contribuía muito pouco com a instituição, e a maior parte dos recursos dependia da boa vontade dos beneméritos¹⁸. Rui Barbosa lamentava sobre tal cenário afirmando que o “Estado ainda não aprendeu outro meio de acudir às crises e remover os déficits senão por endividar-se e tributar. Solicitai dinheiro para o ensino! E vereis apurarem-vos migalhas” (RUI BARBOSA, 1887 apud BIELINSKI, 2006, p.28).

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro também era uma instituição preocupada com a formação moral dos seus alunos. Atento aos ensejos das elites da época, que enxergavam a educação do povo como um instrumento civilizatório, o Liceu carioca não abria mão do disciplinamento dos seus estudantes. O regimento da instituição apresentava uma excessiva preocupação com a manutenção da ordem e da disciplina. Vejamos alguns pontos: cabia aos vice-diretores a manutenção da moralidade e do respeito; os professores eram os responsáveis pela ordem e pelo silêncio necessário ao estudo nas salas; o bedel e o porteiro deveriam impedir conversações e aglomerações de alunos e empregados na porta e no vestíbulo do edifício; todos os que frequentassem o Liceu deveriam preservar a decência, a quietação e a urbanidade próprias de pessoas bem educadas. (MURASSE, 2001, p. 103-104).

¹⁶ Vale ressaltar que Rui Barbosa era sócio benemérito do liceu do Rio de Janeiro. Sua presença no quadro de sócios da instituição demonstrava a importância que a escola tinha para a sociedade carioca da época. Em diversos momentos, Rui Barbosa conclamava a importância do ensino profissional para o progresso da nação. A inspiração do político, demonstrada nos seus discursos, certamente estava relacionada com a sua participação direta no Liceu de Artes e Ofícios.

¹⁷ Vale ressaltar que os expressivos números de matrículas do Liceu, apurados no ano de 1887 foram muito mais módicos nos primeiros anos do Liceu. Segundo Murasse, os relatórios do Liceu apresentados em 1882 relatavam que o número de matriculados na instituição em 1858 era 351, em 1859-392; 1860-310; 1861 -257; 1862 – 204; 1867 -151. O mesmo relatório ainda justificava a decadência no número de matriculados devido à falta de espaço e meios técnicos existentes para o desenvolvimento das aulas, além das obras da reforma do prédio em que iria se reinstalar a escola. (MURASSE, 2001, p.110)

¹⁸ O Liceu do Rio de Janeiro só passou a receber um subsídio do governo da Província em 1867, onze anos após a sua fundação. Este subsídio era de 3:000\$000 e foi votado pela Assembléia legislativa. Até esta data a escola foi mantida exclusivamente por donativos de sócios e beneméritos (MURASSE, 2001, p.92)

Assim foi constituído o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que durante praticamente toda a segunda metade do século XIX voltou-se para a instrução profissional, propondo ser a “Escola do Povo” e uma espécie de Imperial Academia de Belas Artes, voltada para as camadas populares.

O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia foi a segunda escola do gênero fundada em uma capital provincial no Brasil. Inaugurado em 20 de outubro de 1872, juntamente com a Sociedade de Artes e Ofícios, a instituição baiana visava cumprir dois objetivos: ser uma escola de ensino das artes mecânicas e uma instituição mutuária de auxílio aos artistas e operários soteropolitanos. O Liceu baiano foi criado em uma sociedade economicamente baseada no comércio e ancorada politicamente em uma forte burocracia estatal. Segundo Maria das Graças Leal, a capital da Província da Bahia assistia atônita e impotente o gradual processo de mudança do eixo econômico do Brasil do Nordeste para o Centro-Sul. (LEAL, 1996). O crescimento da produção e exportação do café nas Províncias sulinas apagava cada vez mais a economia nordestina. Nesse bojo, Salvador também não acompanhava no mesmo ritmo as transformações urbanas em curso na capital da corte e em outras cidades do centro-sul do Império. Esse cenário preocupava as elites soteropolitanas nas últimas décadas do XIX. Para essas elites, não acompanhar as transformações em curso poderia significar ter que arcar com as consequências do atraso colonial.

Dentro de tal conjuntura social e econômica surge o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, que seria, para as elites, um espaço de expansão dos ideais burgueses de progresso e modernidade, enquanto para os artistas e operários, seria a oportunidade de preparar-se para o enfrentamento das transformações nas relações de trabalho que acompanhavam a gradual mudança do modo escravo para o livre. Nesse sentido, os artistas e operários que participaram ativamente do processo de constituição do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia encontravam no Liceu uma instituição que poderia representar suas esperanças e expectativas, como nos mostra Leal:

Para artistas e operários, essa instituição significava a congregação de trabalhadores conscientes de que a eles, também competia na escala social lugar de honra, enquanto “sustentáculos da religião, das leis, da monarquia”, uma vez que representavam a maioria do povo e, sem a sua presença, tudo poderia definhir e fenecer. O Liceu representava a

glória das classes dos artistas, a academia em que as artes eram profissionalmente estudadas. (LEAL, 1996, p.122)

Além de escola, o Liceu baiano também era uma sociedade mutuária que objetivava socorrer os artistas e operários na velhice e na enfermidade. Assim, a instituição poderia cumprir, aos olhos dos artistas e operários, uma missão presente, assistencial e imediata, bem como uma missão futura. Ao mesmo tempo em que poderia socorrer os trabalhadores adultos e velhos, poderia oferecer aos filhos destes, a possibilidade de enfrentar, com dignidade e com o domínio técnico de um ofício, as dificuldades de um futuro incerto para os trabalhadores daquele momento.

A participação dos artistas e operários na operacionalização e viabilização do Liceu foi maior do que no mesmo processo empreendido nos Liceus do Rio de Janeiro e de São Paulo. Uma parte considerável dos recursos que proporcionaram o funcionamento do Liceu nos primeiros anos foi angariada entre os próprios artistas e operários nas suas referidas paróquias. Foram 762 os que colaboraram segundo Leal (1996, p. 115). No primeiro ano de funcionamento, o Liceu baiano contava com 178 sócios, recrutados entre as elites políticas e econômicas, entre as classes intermediárias e entre os artistas mecânicos mais proeminentes na cidade.

Apesar da participação ampliada no processo de formação do Liceu, os artistas e operários não participavam da sua direção. Os diretores da escola eram, em sua imensa maioria, membros das classes intermediárias de Salvador¹⁹. Essa composição demonstrava que o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia era composto por operários e artistas, mas concebido e pensado por uma intelectualidade interessada no progresso moral do povo e no progresso material da nação. Segundo Maria das Graças Leal, a concepção dos diretores do Liceu representava em certa medida a concepção que as elites tinham da educação popular no final do século XIX. Para eles, o povo, ignorante e pobre, deveria ser conduzido por uma classe de iluminados até os “portões do paraíso”, mas não podiam adentrá-lo. Essa metáfora, segundo a análise da autora, demonstra que a educação popular serviria ao povo uma dignidade calculada, mantendo-o, em condições um pouco melhores no lugar de onde não deveria sair: as posições subalternas da sociedade. (Leal, 1996, p. 143)

¹⁹ Maria das Graças Leal não relata na sua obra, a composição específica da diretoria do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia no que se refere à posição social e ocupacional dos diretores.

Nesse sentido, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia seria, aos olhos das elites, fundamental para retirar as novas gerações de artistas e operários da indolência, da brutalidade, da ignorância, do ócio e da inaptidão perante os novos tempos. O jornal da cidade de Salvador, denominado o diário da Bahia, ao defender a instituição, corroborava essa perspectiva das elites quando perguntava:

Pois bem, pais de família, quereis que vossos filhos, vagabundos e ignorantes, tornem-se maus filhos, criminosos, que envergonhem e causem a desesperação de suas famílias? E vós, cidadão, quereis ver, daqui a alguns anos, em torno de vós, crescerdes esses maus sujeitos, que constantemente ameaçam vossos bens e pessoas e perturbam a segurança pública e dos vossos lares? (O DIÁRIO DA BAHIA, S/D apud, LEAL, 2006, p.125)

Por essa perspectiva, o Liceu baiano aproximava-se ideologicamente das principais características que marcaram todas as outras iniciativas relacionadas com a constituição do ensino profissional escolarizado, a partir da segunda metade do século XIX no Brasil. O ensino profissional, visto como antídoto para a miséria dos desvalidos da sorte, como a cura para a indolência dos mais pobres. Formar o povo para que o mesmo não dependesse da caridade alheia. Através de uma boa educação moral, as classes populares desenvolveriam, segundo as elites, aptidão, coragem e dedicação à causa pública e ao serviço da coletividade social.

Um aspecto importante da trajetória do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia no momento da sua fundação e dos primeiros anos de funcionamento foi a sua posição oficial com relação ao tema da abolição da escravatura. O Liceu de Salvador era o único entre os seus congêneres a assumir abertamente a luta contra a escravidão, sendo inclusive, o único Liceu fundado no período, segundo a historiografia, que aceitava alunos escravos.²⁰ Essa posição do Liceu baiano, talvez reforçasse a sua característica assistencial, ou era uma adequação às características demográficas da Província da Bahia nos anos que precederam a abolição. A Bahia era uma das Províncias com o

²⁰ Os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e de São Paulo não aceitavam escravos nos seus quadros. (BIELINSKI, 2006; MORAES, 2003). Não há informações neste sentido sobre o Liceu de Artes e Ofícios do Recife, pois o mesmo não foi objeto de pesquisa em nenhum trabalho. O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi fundado em 1886, portanto, apenas dois anos antes da assinatura da lei áurea, o que não permitiu auferir se o mesmo aceitaria os escravos. O Estatuto da instituição, analisado nesta pesquisa, não fazia menção à possibilidade de matrícula de mancipios.

maior número de escravos em todo o império do Brasil nas últimas décadas do século XIX. (MATTOSO, 1992)

Ao longo das últimas três décadas do século XIX, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia buscou conciliar o interesse dos artistas mecânicos e das elites demonstrando, em certos momentos, os conflitos existentes na produção das sociabilidades dos sujeitos sociais envolvidos no cotidiano da escola; e, em outros, escamoteando esses conflitos ou permitindo florescer as possibilidades de negociação entre representantes de interesses antagônicos. Para Maria das Graças Leal (1996, P.127):

foi neste jogo de interesses que operários e Estado deram-se as mãos para executar, de um lado, um plano que visava ao progresso material da pátria, mediante a cooptação de trabalhadores enquanto contribuintes essenciais à realização dos seus projetos e, de outro, ao atendimento às necessidades do trabalhadores, que desejavam dignidade profissional e o status de cidadão. (LEAL, 1996, p.127)

A análise da trajetória do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia nos ajuda a compreender o papel dos liceus de artes e ofícios no Brasil. Em um momento de transformações graduais na sociedade brasileira das últimas décadas do século XIX, esse tipo de escola se inseria no contexto social como um instrumento de legitimação da classe dos artistas mecânicos, que buscavam uma maior participação nos destinos daquela sociedade ao mesmo tempo em que se apresentava como um instrumento civilizatório para o projeto de nação das elites econômicas e políticas.

O Liceu baiano caminhou na mesma direção dos seus congêneres no que tange aos objetivos pedagógicos e se diferenciou na forma de atuação junto às demais instâncias sociais (como a participação no movimento abolicionista); e no seu forte caráter assistencial e mutuário, visando à proteção social dos seus alunos e de suas famílias.

O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1883, dez anos após a criação da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, instituição que era a mantenedora da escola. No momento da sua criação, em 1873, a Sociedade Propagadora contava com 135 sócios, que representavam as classes intermediárias e as elites paulistanas. A maior parte desses sócios era composta por proprietários de fazendas de café e de cana-de-açúcar, que participavam de outros negócios na Província

relacionados com a indústria, com o sistema bancário e com a construção e manutenção das ferrovias. Essa maioria também constituía a diretoria da Sociedade Propagadora, juntamente com membros dos setores sociais intermediários: médicos, professores e juristas. (MORAES, 2003) A composição da sociedade responsável pelo Liceu de Artes e Ofícios paulista denota o movimento que norteou as iniciativas para a constituição da educação popular na Província de São Paulo durante a segunda metade do século XIX. Esse movimento era alimentado filosoficamente pelas teorias liberais e positivistas, que tinham, apesar das divergências essenciais, a crença no poder do conhecimento científico como instrumento redentor das sociedades.²¹ Assim, os membros da elite que compunham a sociedade propagadora da instrução popular integravam o pensamento educacional da época.

Segundo Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2003, p.94), educar o povo, através do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, poderia significar a redenção das classes populares em face das transformações nas relações de trabalho. As elites econômicas e políticas enxergavam na instrução popular, sobretudo no ensino profissional, a possibilidade de enfrentar, no que tange às relações de trabalho, a rearticulação que se operava nas relações produtivas na Província.

No momento da criação da sociedade propagadora, na segunda metade do século XIX, a Província de São Paulo era a região brasileira mais pujante em termos econômicos. (MORAES, 2003. p.94). A produção e a exportação do café garantiam o enriquecimento do baronato, que por sua vez reinvestia os altos lucros da atividade cafeeira em outros ramos como o ferroviário, o bancário e o industrial (CARDOSO, 1962). A partir de 1870, a gradual inserção do trabalhador livre nas atividades produtivas urbanas, obrigava os proprietários a redefinir a sua orientação nas relações de produção. Dessa forma, era necessário cooptar o trabalhador através da formação deste nos moldes da moral, dos costumes burgueses e das relações assalariadas de trabalho. Nesse sentido, nos mostra Moraes (2003) que:

A ação modernizadora das relações sociais obedece à necessidade objetiva de assegurar ao capital cafeeiro seu movimento produtivo no

²¹ A teoria positivista entende que o conhecimento da realidade é o pressuposto para a ação. Os problemas sociais só poderiam ser resolvidos pela posse do saber científico, que, aliás, apenas os militantes do positivismo poderiam efetivamente deter. A teoria liberal acredita que a subdivisão do conhecimento em campos específicos pode oferecer a possibilidade de conhecer efetivamente a realidade e combater os problemas que ela encerra. Cf.: FERNANDES, 1966.

interior da sociedade brasileira, o que implica na existência de interesses comuns entre seus representantes naquele momento específico (MORAES, 2003, p.104)

Baseada nesse processo social de rearticulação das relações de trabalho, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular passa a ser também um espaço de divulgação dos ideais positivistas e liberais burgueses, buscando fortalecer a hegemonia do setor cafeeiro/industrial no bojo das transformações sociais e econômicas da época.

Em 1874, a Sociedade Propagadora começa a oferecer cursos noturnos gratuitos aos homens, mulheres e crianças, sem distinção de origem de classe. Os matriculados receberiam gratuitamente aulas de leitura e caligrafia, elementos de aritmética, elementos de geometria, desenho Linear, língua portuguesa, língua francesa, sistema métrico, história e geografia, noções de moral e análise da constituição do Império. Além das aulas, os alunos também recebiam assistência médica e odontológica e material didático. Nesse mesmo ano, o estatuto da sociedade também apresentava o escopo daquilo que seria o ensino profissional da instituição. Em um primeiro momento, os idealizadores do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo pretendiam a instalação dos cursos superiores de arquitetura e construção, agrimensura, topografia e prática de instrumentos, mecânica Industrial, agricultura, Moral e Direito natural e político²². Nos primeiros anos, a Sociedade Propagadora não tinha interesse em constituir uma escola de ofícios, para formar pedreiros, marceneiros, ferreiros e outras ocupações manuais. O objetivo da “Propagadora” era formar um corpo de trabalhadores de alto nível de conhecimento técnico para atender a demanda do progresso industrial, ferroviário, agrícola e civil.

Propunha-se, portanto, um programa bastante diferente daquele pretendido pelas outras instituições que, voltadas para “menores pobres e desvalidos”, procuravam encaminhá-los profissionalmente mediante o ensino de conhecimentos rudimentares de alguns ofícios (...) a escola da “propagadora” tinha objetivos mais largos, o de preencher o vácuo da formação de um tipo de profissional cada vez mais requisitado por um mercado de trabalho que, com o

²² Carmem Sylvia Moraes chama de superiores os primeiros cursos oferecidos pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Estes cursos, segundo a autora, eram mais teóricos e científicos, diferentemente do ensino dos ofícios que visava oferecer um tipo de ensino mais prático, onde o aluno tivesse contato com o aprendizado das técnicas manuais dos referidos ofícios. (Moraes, 2003)

desenvolvimento das atividades econômicas, tendia a crescer e a diversificar-se. Os setores priorizados serão justamente aqueles onde os grupos sociais envolvidos detinham maiores interesses (MORAES, 2003, p.110)

Em 1883, começa a funcionar o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Mantido pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, o Liceu guardava diferenças na sua organização em relação à escola da “propagadora”, criada dez anos antes. A idéia dos membros da Sociedade naquele momento era remodelar a sua escola de acordo com o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. No entanto, a conjuntura econômica da cidade de São Paulo, em 1883, afastou o Liceu paulista dessa perspectiva. São Paulo assistia ao crescimento notável da indústria e sentia a aproximação do término oficial da escravidão. Nesse bojo, chegavam à Província as primeiras levas de operários europeus. Diante disso, o Liceu de São Paulo, reorienta seu currículo para atender esse novo trabalhador, sem fazer distinção entre nacionais e estrangeiros. O Liceu passa oferecer o ensino dos chamados ofícios manuais, que tinham como base o desenho: carpinteiro, marceneiro, pedreiro, serralheiro, gravador, estucador, abridor, alfaiate, canteiro, chapeleiro, dourador, entalhador, fundidor, litógrafo, maquinista, ourives, oleiro, modelador, sapateiro e seleiro (LEAL, 2003, p.130 e 131).

Essa redefinição no currículo atendia a duas novas perspectivas que passavam a ser encaradas pelo Liceu: preparar mão de obra para atender a demanda do crescimento urbano e afastar as classes populares dos vícios desta mesma urbanidade. Dessa forma, o Liceu paulista voltava-se para a essência do ensino dos seus congêneres carioca, baiano. Ensinar um ofício manual para oferecer ao trabalhador a condição de se sustentar, afastando-se da brutalidade, da criminalidade e da ignorância. Nesse sentido, o jornal “A Província de São Paulo” afirmava que o ensino profissional do Liceu seria “um meio de moralizar o povo – porque o operário que lê e que se instrui, que reflete e que discute, afasta-se da taberna para aproximar-se da caixa econômica” (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. EDITORIAL: “A APLICAÇÃO DO PRODUTO DAS GRANDES LOTERIAS DO YPIRANGA” 18/11/1882 E 19/11/1882)²³ .

A criação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo não modificou a estrutura diretiva da Sociedade Propagadora da Instrução Popular. As elites continuaram a

²³ Este editorial pedia a aplicação dos recursos da loteria no ensino profissional e no Liceu de Artes e Ofícios apud MORAES, 2003, p.122.

compor a maior parte dos cargos da diretoria e compor a maior parte do quadro de sócios. Também, continuava a instituição sendo uma espécie de clube de idéias liberais e positivas. Na parte do dia, seus sócios reuniam-se para discutir as questões sociais e filosóficas da época nas dependências do Liceu, pois as aulas só aconteciam no período noturno.²⁴

As aulas do novo Liceu tiveram dificuldades em se estabelecer. Nesse momento, dez anos após a criação da sociedade propagadora, a escola apresentava dificuldades financeiras. Apesar de o governo provincial oferecer subsídios, os recursos dos beneméritos, que eram freqüentes no momento da instalação da Sociedade Propagadora da Instrução Popular rarearam consideravelmente. Não obstante às dificuldades, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo se consolidou enquanto escola voltada para o povo, mas não se tornou uma escola do povo, pois o mesmo não participava da direção dos seus destinos, como nos mostra Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2003, p.146), ao falar sobre a etapa histórica de constituição do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

Os setores dominantes – através de sua “vanguarda” modernizadora, significadamente representada na sociedade mantenedora do Liceu paulista – darão um passo decisivo em direção à sua auto-organização enquanto classe e à organização do trabalho, ao empreenderem uma ação pedagógica dirigida para a inversão da hierarquia dos valores sociais existentes, para a redefinição desses valores, isto é, para a reordenação da sociedade de acordo com seu projeto liberalizante. O que parece ter se constituído, naquele momento específico, em prioridade política para esse grupo social. (MORAES, 2003 p.146)

²⁴ Eram discutidos no interior do Liceu temas como niilismo, socialismo e comunismo. A instituição também mantinha uma biblioteca franqueada ao público. As dependências do Liceu de Artes e Ofícios também eram franqueadas para o acontecimento de eventos culturais da cidade de São Paulo. Esta era também uma forma de angariar fundos para a escola. (MORAES,2003)

1.4 - O lugar do ensino profissional no processo de escolarização em Minas Gerais

O movimento de escolarização em Minas Gerais teve início a partir da segunda década do século XIX, intensificando-se gradualmente ao longo do mesmo século. Depois do processo de independência, a partir de 1822, os principais centros populacionais da Província vivenciaram uma série de esforços das elites intelectuais e políticas no sentido de programar um processo de escolarização, sobretudo da instrução primária. O termo escolarização é aqui entendido, como nos ensina Luciano Mendes Faria Filho (2003, p.78), em um duplo sentido, que estão intimamente ligados.

Num primeiro sentido, escolarização pretende designar o estabelecimento de uma rede, ou redes, de instituições mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. (FARIA FILHO, 2003, p.78)

Esse movimento teve uma participação fundamental do Estado. As elites dirigentes do período, através da implantação de uma legislação escolar teriam a possibilidade de intervir diretamente no processo de escolarização, transformando-o em um dos mais importantes vetores da estruturação do próprio Estado Provincial. Segundo Luciano Mendes Faria Filho,

Naquele momento, produzir, pois, uma legislação escolar era tanto uma forma de ação estatal quanto um ato de construção e estruturação do Estado. Neste aspecto, a legislação escolar mineira que começa a ser produzida em 1835, como consequência do ato adicional de agosto do ano anterior significa estruturar o Estado num de seus momentos fundamentais de realização naquele momento: o serviço de instrução elementar. (FARIA FILHO, 1999, p.119)

Apesar de ser o principal ator no processo de escolarização, o Estado não estava sozinho no movimento. Em Minas Gerais, os intelectuais tiveram uma importância fundamental em tal processo ao longo do século XIX. Os homens e mulheres mineiros que pensavam os destinos políticos e sociais da Província e do Império intervieram no debate acerca do processo de escolarização em diversos momentos. Intelectuais liberais e conservadores utilizaram os espaços sociais em que atuavam para trazer à baila esse tema.

Entre os temas debatidos nos círculos intelectuais estava a discussão acerca dos limites da difusão da instrução elementar para o povo. Para uma parcela desses intelectuais, instruir o povo significava munir as massas populares de um conhecimento da realidade, que poderia servir como arma nas revoltas sociais. Em síntese, para esse grupo de pensadores, um povo instruído poderia representar um eminente perigo à ordem social. Por outro lado, uma grande parcela dos intelectuais que pensava a escolarização mineira no século XIX defendia que a revolta é uma condição da plebe ignorante. A instrução seria uma forma de amenizar os ímpetus revoltosos, facilitando o entendimento, por parte das massas, do funcionamento das leis e das conjunturas que garantem a harmonia social. Segundo Faria Filho, o entendimento de que a difusão dos conhecimentos para as massas populares seria o caminho para a garantia da ordem pública, estaria

na base, ao longo dos séculos XIX e XX, da organização dos sistemas nacionais de educação que no Brasil, apenas se esboçava na crescente participação dos Estados provinciais na organização da instrução pública, sobretudo a primária (FARIA FILHO, 1999, p.121).

Nesse sentido, para expandir a instrução elementar ao maior número de pessoas possível, o Estado Provincial e as elites intelectuais montaram um aparato institucional representado por uma rede de escolas ou instituições similares. No entanto, a montagem e a manutenção desse aparato institucional escolar demandavam recursos financeiros vultosos, que estavam, na maior parte das vezes, além das condições orçamentárias da Província. O financiamento da instrução pública esteve presente nos debates do parlamento mineiro e nas rodas dos intelectuais desde os primeiros momentos da implantação do processo de escolarização em Minas Gerais. Segundo Marcilaine Inácio e Luciano Mendes Faria Filho, os debates acerca do financiamento da instrução popular apontavam para o fato de que o Estado Provincial deveria ser o principal provedor dos

recursos necessários para a montagem e manutenção do aparato educacional. Essa orientação, guiada pela cultura política liberal e matizada pela cultura política conservadora e pelos ideais democráticos, foi colocada em prática. (INÁCIO e FARIA FILHO, 2008) Não obstante o papel central do Estado Provincial, o processo de escolarização em Minas Gerais também contou com a relativa participação da sociedade civil, que participava do financiamento e da manutenção da instrução popular. A limitação do Estado Provincial em atingir o objetivo de levar a instrução gratuitamente ao todo da população abriu espaço para a atuação da sociedade civil na organização do aparato educacional. Um exemplo dessa participação foi a formação das sociedades filantrópicas. Formadas por sócios beneméritos, as sociedades que se dedicavam à instrução empreenderam diversas ações no sentido de auxiliar na ilustração e na civilização da população mineira. Essas instituições atuavam na montagem de bibliotecas, na compra de materiais e livros para os alunos, na formação de professores e eventualmente auxiliavam o Estado na complementação dos salários dos docentes (INÁCIO e FARIA FILHO, 2008). Dessa forma, Estado, intelectuais e sociedade civil, foram os responsáveis pelo processo de escolarização em Minas Gerais, entrelaçando uma rede social que convergia para o mesmo objetivo: instruir o povo e levar a Província aos patamares sociais e materiais da civilização.

A implantação do ensino profissional na Província de Minas Gerais passou a acompanhar o movimento de escolarização mineiro a partir da segunda metade do século XIX. O Estado provincial e a sociedade civil, ora separadamente, ora em conjunto, programaram diversas iniciativas que tinham como objetivo difundir o ensino para o trabalho em diversas cidades da Província. A escolarização do ensino profissional, naquele momento, baseou-se na criação de escolas profissionais voltadas especificamente para o ensino dos ofícios agrícolas e industriais. A maior parte das instituições criadas para esse fim aliava o ensino das primeiras letras e o ensino propedêutico ao ensino dos ofícios. As mesmas tinham como objetivo atender as parcelas mais pobres da população e eram voltadas para o atendimento das crianças e jovens mais desprovidos de condições materiais e que na maioria das vezes já exerciam um ofício na condição de profissional ou aprendiz. Funcionando em regime de internato ou externato, as instituições escolares que se dedicaram ao ensino profissional participaram do movimento de escolarização guardando algumas especificidades em relação ao ensino elementar.

O ensino profissional em Minas Gerais surgiu em um momento em que a economia e as relações de trabalho passavam por profundas modificações. Nas últimas décadas do século XIX, aproximava-se a transição do trabalho escravo para o livre. Minas Gerais sentia a crise de braços para a lavoura e para a indústria, situação que se agravou depois da proibição do tráfico negreiro em 1850. Assim, o ensino de ofícios aparecia como possibilidade de preparar o trabalhador nacional para exercer o trabalho na incipiente indústria mineira e nas lavouras da Província. Sendo assim, podemos pensar que a implantação do ensino profissional em Minas Gerais, ao longo da segunda metade do século XIX, acompanhou a essência da escolarização da instrução primária na Província, pois objetivava difundir a instrução entre as classes populares como forma de conter uma eventual desarticulação da ordem social, ao mesmo tempo em que poderia levar a Província a patamares mais elevados de civilização.

Buscando problematizar ainda mais o papel da escolarização do ensino dos ofícios no âmago do processo de escolarização de Minas Gerais no século XIX, partimos para a análise das relações que o processo de escolarização estabeleceu com os outros modos de socialização existentes na sociedade do período. Segundo Faria Filho (1999, p.127)

a escola para se afirmar como a principal instituição responsável pela instrução e educação da infância, teve que deslocar dessa centralidade, outras instituições e processos socializadores. Neste aspecto, podemos chamar a atenção para a relação da escola e do processo de escolarização com três outros “modos” de socialização em Minas Gerais no século XIX: as festas cívicas, a família e a escola. (FARIA FILHO, 1999, p.127)

Ao analisarmos o processo de escolarização do ensino profissional é possível acrescentar outro modo de “socialização”: as oficinas. Desde o período colonial, os aprendizes de um ofício eram enviados às oficinas para serem socializados e aprenderem uma “profissão”. Na medida em que a escola chama para si a responsabilidade de ensinar o trabalho, a mesma desloca a centralidade desse tipo de aprendizagem. O lugar de aprender um ofício começava a ser essencialmente a escola. Nesse tipo de instituição, os ofícios, antes ensinados através da sabedoria popular, passam a ser incorporados pela essência da racionalidade e da técnica. Como nos mostra

Irlen Gonçalves, os saberes produzidos pela sociedade ao serem apropriados pela escola, tornam-se saberes escolares. A escola, portanto, escolariza o seu fazer escolar, apropriando-se dos saberes e fazeres já estabelecidos socialmente. (GONÇALVES, 2006)

1.5 - Os Liceus de Artes e Ofícios em Minas Gerais: Serro e São João Del Rei: tutelar e educar para a ética do trabalho

Entre as iniciativas voltadas para o ensino profissional em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX está a criação dos Liceus de Artes e Ofícios do Serro e de São João Del Rey. As leis e os regulamentos consultados referentes a essas instituições permitiram perceber que o Liceu do Serro, criado em 1879, teve uma duração maior. Foram encontradas informações sobre essa escola, referentes ao ano de 1916. No entanto, não é possível afirmar que a instituição tenha funcionado até 1916 ou se a mesma teve uma sobrevida mais extensa. O Liceu de São João Del Rei foi criado em 1888 pela Lei 3608 do mesmo ano e não foi encontrada nenhuma referência que permitisse auferir o tempo da sua duração.²⁵

Criado pela Lei provincial 2543 de 6 de Dezembro de 1879 e regulamentado pela lei provincial 2815 de 22 de Outubro de 1881 (RPPMG, 1881), o Liceu de Artes e Ofícios do Serro foi a segunda instituição voltada para o ensino das artes mecânicas e dos ofícios criada na Província de Minas Gerais. O primeiro Liceu de Artes e Ofícios mineiro foi criado em Ouro Preto, em 1872, por iniciativa do então Presidente da Província Dr. Joaquim Portella e do intelectual e político Dr. Francisco Luiz da Veiga (A PROVÍNCIA DE MINAS, 27 MARÇO 1886, p.3). No entanto, esse Liceu teve uma vida breve, que não passou de um ano de existência.

Segundo o regulamento da instituição, (RPPMG, 1881) o Liceu do Serro era um externato, que funcionava no período diurno e atendia crianças maiores de 10 e menores de 16 anos. A instituição não estava voltada apenas para atender as crianças pobres. No entanto, os alunos que provassem a sua condição de pobreza poderiam frequentar a

²⁵ Esta indicação demonstra a necessidade de pesquisar estas duas instituições para que se possa construir um quadro mais completo sobre a história do ensino profissional em Minas Gerais implantado nas últimas décadas do século XIX.

escola sob uma série de condições especiais, entre elas, o pedido do Juiz de órfãos ou do pároco, que assumiriam a responsabilidade sobre os atos dos alunos pobres por eles tutelados. A vestimenta e a alimentação dos alunos desvalidos correriam a expensas dos cofres do Liceu.

Poderiam ingressar nos seus quadros todos os menores, cujas famílias interessassem que os filhos aprendessem uma arte ou um ofício juntamente com o aprendizado das primeiras letras. A escola tinha como objetivo ensinar o desenho técnico e os ofícios de marceneiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro, ferreiro e serralheiro. As oficinas de cada um dos ofícios seriam instaladas quando houvesse a frequência de no mínimo 8 alunos nas aulas de cada uma das técnicas. No entanto, a montagem das oficinas era demorada e quando passavam a funcionar, funcionavam de forma precária. Aliás, o início do funcionamento do Liceu do Serro se deu com profundas dificuldades financeiras. O subsídio oferecido pelo governo provincial demonstrava-se insuficiente para a compra das ferramentas, da alimentação e do vestuário dos alunos (RPPMG,1881).

Dentro de tais circunstâncias, os alunos do Liceu deveriam permanecer por 4 anos na instituição, devendo efetuar sua matrícula ao final de cada semestre. Ao término de cada ano, os alunos eram submetidos aos exames, sendo aprovados ou não, de acordo com o desempenho nas avaliações. Nos dois primeiros anos, os mesmos deveriam dedicar-se ao aprendizado do desenho técnico e das primeiras letras; a partir do terceiro ano o aluno escolheria um ofício para se dedicar ao aprendizado do mesmo. Em casos excepcionais, de acordo com o julgamento do diretor do estabelecimento e do nível de aptidão que apresentassem, alguns alunos poderiam frequentar as oficinas já nos dois primeiros anos. O regulamento da instituição mostrava-se rígido com relação à apuração da frequência dos alunos às aulas. Assim sendo, o aluno que se ausentasse por mais de dez vezes das aulas práticas ou teóricas seria excluído dos quadros da instituição. O Liceu abria suas portas aos ouvintes que tivessem interesse em participar das aulas práticas nas oficinas. A contrapartida para essa participação era a decência na vestimenta e a conduta ilibada na sociedade. As aulas nas oficinas seriam regidas por perfeitos mestres contratados pelo diretor do estabelecimento e aprovados pelo Presidente da Província. Os produtos confeccionados pelos alunos e professores das respectivas oficinas deveriam ser expostos à hasta pública e poderiam, eventualmente, ser vendidos, tendo a verba obtida com a venda revertida aos cofres do próprio Liceu de

Artes e Ofícios. O professor de primeiras letras, que seria pago pelos cofres da Província, não seria contratado pelo diretor do estabelecimento, mas desviado de uma das escolas de instrução primária da cidade. (REGULAMENTO do Liceu de Artes e Ofícios do Serro. RPPMG, 1881)

Em São João Del Rei, o Liceu de Artes e Ofícios foi regulamentado como uma instituição literária e profissional. Além do ensino profissional, esse Liceu pretendia também oferecer o ensino de língua francesa, aritmética, geometria plana e desenho linear, música vocal e instrumental. O ofício a ser escolhido pelos alunos, que deveriam ter mais de 10 e menos de 14 anos, seria ensinado em oficinas de alfaiataria, sapataria, marcenaria, ferraria e serralheria por perfeitos mestres de ofício nacionais ou estrangeiros, contratados pelo diretor do estabelecimento. As aulas de latim eram facultativas aos alunos matriculadas e abertas ao público externo ao Liceu que tivesse interesse em frequentá-las. O Liceu de São João Del Rei propunha ser um internato. Seus alunos deveriam residir no prédio da instituição e serem alimentados, vestidos e tutelados à custa dos cofres da instituição, que também seria responsável por oferecer aos estudantes todo o material de ensino necessário. Provavelmente, devido às limitações do prédio da instituição, o regulamento limitava em 30 o número de internos na instituição.

A direção do estabelecimento seria composta por um diretor e por um secretário, que deveria ser um dos professores, o qual receberia uma gratificação adicional pelo cargo. O corpo docente seria formado pelos perfeitos mestres, responsáveis pelo ensino dos ofícios nas oficinas e por professores de aritmética, geometria plana, ensino primário, desenho e música. O regulamento não previa a forma de pagamento desses professores. O regulamento dispunha sobre a possibilidade de confeccionar, nas próprias oficinas da escola, o vestuário e o calçado dos alunos. Os internos deveriam deixar a instituição após o término de sua formação, prevista para quatro anos, podendo manter-se tutelado na escola após esse período, se por ventura não conseguisse um trabalho remunerado que o sustentasse. O Liceu recebia um subsídio mensal do governo provincial, mas podia legalmente receber donativos de particulares, cujo pecúlio seria recolhido à caixa econômica da escola e o valor devidamente comunicado à Presidência da Província. (REGULAMENTO do Liceu de artes e ofícios de São João Del Rei, contido na lei 3608 de 1888)

A criação dos Liceus de Artes e Ofícios do Serro e de São João Del Rei nos ajuda a entender, em certa medida, as intencionalidades e expectativas que as elites da época tinham com relação à escolarização do ensino profissional na Província de Minas Gerais.

O ensino profissional em Minas Gerais, criado nas últimas décadas do século XIX, parece-nos que foi pensado, concebido e construído sob três pilares: tutelar, educar e profissionalizar. A análise dos regulamentos dos Liceus de Artes e Ofícios do serro e de São João Del Rei, demonstram-nos, através das suas especificidades, a tentativa de construção dos supracitados pilares.

A escola do Serro tinha na preocupação com a profissionalização seus contornos mais fortes, na medida em que não estava voltada para atender prioritariamente os desvalidos. A instituição, por sua vez, não era um internato e dividia com a sociedade e com as famílias dos alunos a responsabilidade pela formação profissional dos mesmos. O interesse da escola era oferecer o conhecimento da ética do novo mundo do trabalho aos mais jovens, independente da estrutura financeira das suas famílias. Provavelmente, seus quadros eram formados por filhos de operários, cujos pais buscavam na escola a possibilidade de ensinar aos filhos os ofícios que já praticavam ou que julgavam ser importantes para que seus descendentes pudessem acompanhar as transformações que se passavam nas relações de trabalho.

A escola de São João Del Rei tinha outra perspectiva, em que os contornos da tutela e da educação, no sentido amplo da palavra, apareciam em tons mais fortes. Tal instituição, que era um internato, mantinha materialmente os seus alunos, ofertando-lhes, além da possibilidade de aprender um ofício, a possibilidade de sobreviver com a mínima dignidade que não encontrariam fora da instituição. A tutela não se esgotava, inclusive, após a estada regulamentar do aluno na instituição. De um lado, o aluno só era liberado do internato após ter conseguido um trabalho que o permitisse manter a sua sobrevivência. Por outro lado, a escola também se preocupava em educar seus alunos nos parâmetros da cultura geral, através do ensino propedêutico. A presença das cadeiras de música, latim e francês no currículo da escola demonstrava a tentativa de oferecer erudição aos novos operários.

Os Liceus de São João Del Rei e do Serro estavam perpassados pelos objetivos das elites com relação ao ensino profissional. Instruir e profissionalizar o povo, afastando-o da barbárie da ignorância e moldando-o moralmente.

1.6- As iniciativas oficiais de incentivo ao ensino profissional em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX.

O processo de inserção da mão de obra livre nas relações de trabalho foi intensificado após o fim do tráfico negreiro no Atlântico, decretado em 1850. Na segunda metade do século XIX, iniciou-se uma gradual substituição do braço negro escravo pelo trabalhador assalariado em praticamente todas as Províncias do Império. A Província de Minas Gerais acompanhou esse movimento. Nos anos que separaram o censo de 1831/1840 do recenseamento de 1872 a mão-de-obra livre assalariada quadruplicou, passando a representar 32,4% da população livre ocupada (LIBBY, 1988). Esse novo contingente de trabalhadores, além de reestruturar toda a cadeia produtiva, precisava ser moldado para atender as novas demandas que surgiam nas relações de trabalho. Tornava-se necessário preparar esse tipo de mão-de-obra para lidar com as transformações em curso e adequá-la às novas relações de trabalho em que a presença do patrão e do salário seria parte do cotidiano desse novo operário. Ao mesmo tempo, era preciso formar um trabalhador que dominasse as técnicas inerentes ao fazer do trabalho e que compreendesse a hierarquia que regia as relações trabalhistas. Dessa forma, as elites econômicas e políticas mineiras passam a enxergar a escola como um elemento fundamental para implementar esse objetivo. Nesse momento, surgem as primeiras iniciativas de escolarização do ensino profissional no Brasil e especificamente na Província de Minas Gerais.

Em 1870, a Presidência da Província, por força das leis 2228 de 1876 e 2543 de 1879, cria os primeiros institutos oficiais dedicados ao ensino profissional na Província de Minas Gerais. Foram criados os Institutos de menores artífices da capital Ouro Preto e das cidades de Pouso Alegre e Montes Claros, além do Liceu de Artes e Ofícios do Serro.

Essas instituições eram mantidas pelo Estado e recebiam, por força da mesma lei, a quantia de 80:000\$000 mensais para o custeio das suas operações.(RPPMG,1880). Apesar da criação dos institutos serem uma iniciativa do Estado parece-nos que a manutenção dos mesmos deveria ser compartilhada com os setores mais abastados da sociedade. No relatório mencionado, o então Presidente da Província demonstrava a intenção de dividir os custos da escolarização do ensino profissional com os setores sociais mais ricos. Ao afirmar que o custo da montagem das escolas mencionadas é muito alto, pois incide em “pagamento de salário de serventes, honorários de professores e mestres de oficinas, aluguel de casa, mobílias, livros e ferramentas” (RPPMG,1880), o chefe do poder executivo mineiro diz que “está promovendo uma subscrição entre as pessoas mais abastadas” da cidade de Ouro Preto para colocar em funcionamento o instituto de menores artífices da referida Capital.

Vale ressaltar, que apesar dos esforços do Estado, o instituto de Ouro Preto e as demais instituições criadas pelo marco regulatório da lei, quase não funcionaram efetivamente por falta de recursos. Em 1881, o relatório do então Presidente da Província denunciava que o funcionamento dos institutos “não pode ser levado a efeito por falta de crédito” e que era preciso

empenho patriótico para fundar-se as escolas de aprendizagem como complemento da educação e da instrução primária (...) espero que sejam voltados os meios para a manutenção de estabelecimentos iguais, os quais interessam o movimento intelectual e industrial da Província (RPPMG, 1881)

O ensino profissional em Minas Gerais nasceu sob o estigma que marcou o processo de escolarização regular na Província: a ausência de recursos. O desafio das elites tornava-se, nesse contexto, emblemático, pois as mesmas teriam que empenhar esforços e recursos financeiros gigantescos em um tipo de ensino que iria atender as classes menos favorecidas da sociedade. O Estado, representado pelos parlamentares e pelo Presidente da Província, utilizaria o império da lei para estruturar o ensino profissional através da implantação das instituições voltadas para esse fim. No entanto, esse mesmo Estado vacilaria no momento de prover recursos às instituições de ensino profissional por ele criadas, deixando-as à sorte da benemerência da sociedade civil. A missão de difundir a instrução para um conjunto cada vez maior da população, no que se

refere ao ensino para o trabalho seria sim, incentivada pelo Estado, mas deveria ser implementada pelo próprio povo, através de seus representantes mais abastados.

Tal proposta de organização da educação esteve presente no processo brasileiro de escolarização ao longo do século XIX e está relacionada com os princípios filosóficos do liberalismo. Os políticos e intelectuais liberais tiveram uma ampla participação no movimento de escolarização do século XIX no Brasil e defendiam, entre outras coisas, um sistema educacional livre do controle religioso e a participação da iniciativa privada no controle das escolas (CARVALHO, 2003). No caso do ensino profissional, é provável que os liberais não tenham incentivado a instalação de escolas particulares pagas, tendo em vista que os trabalhadores e seus filhos teriam dificuldades de arcar com as despesas, mas incentivaram a participação da sociedade civil na criação e montagem das instituições voltadas para o ensino de ofícios. A importante participação das sociedades filantrópicas, mantidas pela iniciativa particular, na criação e manutenção dos Liceus de artes e ofícios corrobora essa perspectiva.

A lei 2228 de 14 de julho de 1876²⁶ criou os institutos de menores artífices nas cidades de Ouro Preto, Pouso Alegre e Montes Claros. Essas instituições funcionavam em regime de internato e externato. No período diurno atendia alunos maiores de 10 e menores de 16 anos, pobres, órfãos ou não, em regime de internamento. No período noturno, a escola facultava suas aulas aos alunos externos de qualquer idade.

Compreender a estrutura interna dessas escolas nos ajudará a refletir sobre as intencionalidades existentes na concepção da escolarização do ensino profissional em Minas Gerais. O que o ensino para o trabalho significava para o Estado e para as elites da época? Como a sociedade do período lidava com essa nova forma de ensinar?

Talvez, a lei, que é a fonte para construir tal reflexão não permita encontrar os fragmentos da cultura escolar e das sociabilidades produzidas no interior dessas escolas, mas certamente permitirá investigar o ambiente em que os sujeitos sociais e escolares vivenciavam, quando do surgimento do processo de escolarização do ensino profissional nas últimas décadas do século XIX na Província de Minas Gerais.

O Estado tinha pleno controle sobre os institutos de menores artífices. O diretor, o subdiretor e o comissário da instituição eram indicados pelo Presidente da

²⁶ Coleção de Leis Mineiras.

Província e a maior parte dos seus atos administrativos tinha que passar pelo crivo dos assessores diretos da Presidência. O comissário era, inclusive, subordinado direto do Presidente e todos os seus atos deveriam ser comunicados ao mandatário do poder executivo. Cabia ao comissário a inspeção do instituto, quer na parte relativa ao ensino, quer na parte relativa à administração. Todos os atos da direção e dos subordinados deveriam ser relatados mensalmente ao Presidente da Província. O comissário e os diretores eram remunerados e obrigados a residir no estabelecimento para garantir o pleno funcionamento do mesmo. Apenas o professor de língua portuguesa era agraciado com um pecúlio mensal; os demais, que lecionariam doutrina cristã, aritmética, sistema métrico e princípios de história e geografia do Brasil, com especialidade em Minas Gerais, seriam recrutados entre pessoas de reconhecido zelo e dedicação pela causa da instrução popular. Os mestres de ofícios, responsáveis pelo ensino das técnicas de ferreiro, marceneiro, pedreiro e carpinteiro também poderiam ser contratados mediante o recebimento de pecúlio mensal. Previa-se a construção de oficinas para atender ao aprendizado dessas técnicas, mas é possível presumir que as mesmas não existiam nos primeiros anos de funcionamento dos institutos. (REGULAMENTO do instituto de aprendizes artífices contido na lei 2228 de 14 de julho de 1876)

Os alunos internos passavam cinco anos na instituição. Era vedado aos mesmos abandonar o instituto, salvo em caso de expulsão por indisciplina e atos similares. Após o terceiro ano de aprendizagem, os objetos produzidos pelos alunos poderiam ser vendidos, e o valor adquirido deveria ser dividido em três partes: uma parte para o cofre do estabelecimento; uma para a caixa econômica em nome do artífice aprendiz produtor do objeto; e outra oferecida ao aprendiz para o atendimento de necessidades individuais. Antes do terceiro ano de aprendizagem, o valor adquirido com a venda do produto feito pelo artífice seria totalmente recolhido ao cofre da instituição. Havia ainda a previsão de criar novas cadeiras de geometria e elementos de física e química para “dar amplitude ao ensino profissional” Era concedido pela mesma lei um subsídio mensal de 80:000\$000 para todos os institutos criados, havendo ainda a possibilidade de expandir esse crédito dentro das possibilidades dos cofres provinciais (LEI 2228 DE 14 DE JULHO DE 1876).

Dessa forma, é possível pensar que o ensino profissional em Minas Gerais foi criado sob a mesma lógica do controle, encontrada também no ensino primário da época. Controlar o tempo, as finanças e as ações do futuro operário poderia significar

dois aspectos muito caros às elites do período: 1) ensinava ao trabalhador os limites hierárquicos de uma sociedade organizada em classes; 2) tutelava as atitudes desse trabalhador estudante, que deveria aprender as técnicas do trabalho ao mesmo tempo em que internalizava os aspectos morais da sociedade capitalista.

Outra iniciativa estatal criada em Minas Gerais, que visava à implementação do ensino profissional foi a escola de aprendizes militares. Tal escola foi criada pelo governo da Província na cidade de Ouro Preto, em 27 de novembro de 1879 (RPPMG, 1881). A direção da instituição estava a cargo de militares, sendo um comandante capitão e um tenente instrutor. O objetivo da escola era formar aprendizes para lidar com os ofícios bélicos. Os alunos tinham aulas de ginástica, música, natação, primeiras letras e de um ofício específico. Funcionava em regime de internato e no ano de sua instalação contava com 18 aprendizes. Os aprendizes tinham menos de 16 anos e participavam do aprendizado de evoluções militares, além de seguirem todas as regras da corporação, inclusive na indumentária, que era composta por fardamentos. As fontes não permitem dizer se a escola de aprendizes militares atendia apenas menores desvalidos ou tinha outra configuração. (RPPMG, 1881)

A Lei 203 de 18 de setembro de 1896 instituiu o ensino profissional primário em Minas Gerais. Esse tipo de ensino seria ofertado nos institutos de educandos artífices a serem criados em todas as zonas geográficas do Estado. Os institutos poderiam ser conduzidos e administrados pelas municipalidades ou por particulares com a subvenção do Estado. A implantação do Ensino profissional primário em Minas Gerais foi a primeira iniciativa oficial relacionada ao ensino voltado para o trabalho no período republicano.

A criação do ensino profissional estava perpassada, em certa medida, pelos ideais republicanos de progresso. Segundo Gonçalves e Chamon, a educação popular republicana era um instrumento para educar o povo e inseri-lo em uma nação civilizada, garantindo a ordem social e o progresso moral e material (GONÇALVES e CHAMON, 2007).

Nos estabelecimentos em que o ensino profissional fosse ofertado, professores, mestres e contramestres deveriam garantir aos que quisessem frequentá-los na condição de alunos a destreza manual e os conhecimentos técnicos necessários para se obter um

ofício. Os estudantes também teriam acesso ao aprendizado de música e desenho e à prática de ginástica e instrução militar.

A lei que instituiu o ensino profissional primário não fazia restrições à origem de classe dos alunos, mas recomendava prioridade aos estudantes oriundos dos setores mais desfavorecidos da sociedade, o que demonstrava a característica assistencialista, verificada nas iniciativas voltadas para o ensino profissional no período imperial. Os matriculados nos institutos de educandos artífices deveriam ter mais de 9 e menos de 13 anos, devendo os mesmos permanecerem no instituto por quatro anos. (LEI 203, 18 de setembro de 1896)

De acordo com as aptidões individuais de cada educando, o mesmo poderia escolher aprender um dos 24 ofícios ofertados nos institutos, entre eles: armeiro, armador, abridor, alfaiate, chapeleiro, carpinteiro, cutileiro, dourador, entalhador, encadernador, ferreiro, funileiro, fundidor, gravador, latoeiro, litógrafo, sapateiro, sirgueiro, seleiro, correeiro, serralheiro, torneiro, tintureiro e tipógrafo. O ensino desses ofícios respondia aos anseios das elites da época em formar uma mão de obra especializada para atender a demanda do desenvolvimento da indústria, que poderia contribuir para levar o Estado de Minas Gerais à condição de autonomia na produção de matérias-primas e produtos manufaturados. Após os quatro anos de frequência nos institutos, os educandos seriam devidamente avaliados e aos mais distintos e hábeis seriam ofertados prêmios, e os seus artefatos deveriam ser expostos, tendo o eventual resultado pecuniário da venda do artefato revertido para a caixa econômica do instituto.

O deputado Mendes Pimentel, proponente da Lei 203, justificava ao Presidente do Estado a importância do ensino técnico profissional para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, afirmando que:

Dia a dia estamos observando e tristemente constatando os resultados da falta de ensino técnico primário. Na cidade em que resido em Barbacena, existem abundantes jazidas muito próprias para serem exploradas pela indústria cerâmica; entretanto as companhias ou associações que para tal fim ali se fundaram não querendo limitar ao fabrico de artefatos grosseiros, da telha e do tijolo, tiveram de, a custa de enormes sacrifícios, importar operários oleiros de Portugal, da Itália e da Alemanha. (...) E que se está dando com a construção da Nova Capital mineira? O operário é estrangeiro, estrangeiro o contramestre, estrangeira toda a ferramenta empregada e quase todo o

material, é importado; só não é estrangeira, só é nacional a alta direção técnica e o pessoal burocrático, porque nós, só nos temos ocupado com o ensino superior e com a formação do vasto proletário oficial dos empregados públicos (PIMENTEL, 1896 apud GONÇALVES E CHAMON, 2007, p.8)

A relação da necessidade de formação de mão de obra especializada e o desenvolvimento econômico eram corroborados pela Lei 230 no seu artigo 5º, ao prever que os tipos de oficinas a serem instaladas nas regiões deviam consultar a necessidade da indústria local.²⁷

No currículo dos institutos, deveria constar obrigatoriamente o ensino elementar e o ensino de desenho em três ordens clássicas: máquinas, ornatos de flores e animais e composição e escultura de ornatos, de acordo com a especialidade do ofício escolhido pelo educando.

O Estado seria o principal mantenedor dos institutos a serem criados. Parte da verba dos cofres públicos destinada à instrução pública garantiria o pagamento do pessoal administrativo e docente e outra parte seria destinada às obras de construção e manutenção dos prédios em que o ensino fosse ofertado. Nesse sentido, a quantia de 80:000\$000 seria destinada para a aquisição ou construção do edifício de cada um dos institutos a serem implantados, sendo que as eventuais sobras deveriam ser aplicadas na no custeio do funcionamento de novos institutos. (Lei nº 230 de 18 de setembro de 1896)

Com a implantação do ensino primário profissional em Minas Gerais, o poder constituído do Estado passa a ter uma atuação mais efetiva no controle da instrução popular. Sob a égide da República, o ensino profissional passa a ser uma política pública de governo. Desse modo, o ensino para o trabalho consubstanciava a perspectiva ideológica de que a República é o regime de todos. A consolidação do projeto republicano passava pela conformação de uma nação em que a cidadania fosse parte integrante da sua constituição. Educar o povo significava atingir os níveis de progresso social das nações civilizadas, como nos ensina Rolim e Seixas.

A magna questão que, desde a segunda metade do século XIX, tem, não só preocupado, mas também agitado as nações que demandam o

²⁷. Coleção de Leis Mineiras. Biblioteca do APM.

verdadeiro progresso social é a educação popular. Nesta obra ingente se empenham todos os povos que almejam o seu aperfeiçoamento e a felicidade pública, reconhecendo que a educação, pela sua influência decisiva na criança e na família – elementos primitivos de toda sociedade – faz os costumes domésticos, inspira as virtudes sociais e prepara milagres inesperados de restauração intelectual, moral e religioso.

[...] Transformada a escola em instituto de educação intelectual, moral e física, formará homens fortes, distintos pelo caráter, nobres pelo espírito, generosos de coração, prontos para servirem a pátria nas funções sociais que tenham um dia de exercer. (ROLIM E SEIXAS, 1903, p. 341/342 apud GONÇALVES e CHAMON, 2007, p.15)

Assim, o ensino profissional primário ofereceria ao Estado Republicano e às elites da época, a possibilidade de formar o povo na ética do trabalho, inserindo esse tipo de ensino específico no projeto oficial de escolarização republicano

Além dos pressupostos colocados nas linhas anteriores, a constituição do ensino primário estava perpassada, também, por um aspecto específico da transformação nas relações produtivas: a inserção do operário estrangeiro. Em 1896, completava 12 anos da oficialização do término do trabalho escravo no Brasil. Nesse momento, o processo de industrialização caminhava a passos largos em Minas Gerais e a figura do operário estrangeiro podia ser vista com frequência nas indústrias e nas ruas das principais cidades mineiras. Tornava-se necessário, preparar o operário nacional para concorrer com o operário estrangeiro, sobretudo o europeu, que desembarcava em terras brasileiras com uma bagagem maior de conhecimento dos ofícios industriais. O editorial do Jornal O Estado de Minas de 11 de julho de 1896 demonstrava a preocupação com o lugar que o operário mineiro poderia ter diante da chegada do operariado europeu quando afirmava:

No período de febril aparelhamento industrial que estamos entrados; é mais do que tempo de ensinar às novas gerações o manejo racional das ferramentas do trabalho. A corrente do operariado estrangeiro canaliza-se volumosa para o nosso país; e para que esta invasão seja somente benéfica, para que a seiva opima do nosso solo faça

desabotoar na alma sofredora do proletariado europeu, a radiosa florescência da paz e da regeneração libertadora, para que, entre nós, se fraternizem no bem estar comum os trabalhadores de todas as procedências, é preciso que o operário nacional não seja diante do estrangeiro um simples elemento de receptividade inferior estéril, inerte. Si não cuidarmos do aprendizado profissional, havemos de ser vencidos no certame das raças (O ESTADO DE MINAS, 11 DE JULHO DE 1896, p. 3)

Esse editorial valorizava a possibilidade de aprovação da lei que instituiria o ensino profissional em Minas Gerais, que estava em discussão na assembléia legislativa do Estado. A extensão do ensino profissional primário, aos olhos da publicação e de parte da imprensa mineira, significava a possibilidade de inserir as massas populares nos caminhos do progresso técnico e científico e na direção dos ideais democráticos republicanos. Nessa direção, outra publicação afirmava que

O governo das democracias pertence às maiorias e é uma contradição de princípios desvelarem-se os poderes públicos em um regime republicano, pela multiplicação e aperfeiçoamento dos institutos do ensino secundário e superior, que só podem aproveitar ao pequeno número dos que podem aspirar ao ócio derivado das letras, enquanto a grande massa dos desafortunados, dos que só podem viver do seu trabalho manual, deixa-se vegetar na rotina e na decadência. (A PROVÍNCIA DE MINAS, 18 DE SETEMBRO DE 1896, p. 2)

Provavelmente, vozes contrárias ao estabelecimento do ensino profissional primário em Minas Gerais também tenham se manifestado no centro dos acontecimentos sociais que cercavam o debate em torno da lei que seria aprovada em setembro de 1896. No entanto, as palavras publicadas no Estado de Minas, maior jornal em circulação na capital mineira no período, demonstraram uma tendência do pensamento das elites intelectuais do Estado com relação ao ensino profissional. Esse tipo de ensino poderia ser a redenção do atraso material das classes populares em face das transformações sociais e econômicas que se intensificavam com a proximidade do novo e promissor século XX. O ensino profissional, expandido, participaria do propósito encabeçado por uma grande parcela das elites intelectuais e dirigentes mineiras da última década do século XIX, que acreditava que a instrução popular seria

uma “forma de dotar a Província das condições de elevar-se à altura das nações civilizadas européias” (FARIA FILHO, 1999, p.119).

No bojo dessas transformações, o Liceu de Artes e Ofícios foi criado em 1886 na cidade de Ouro Preto. Sua criação participou de um movimento mais amplo, evidenciado pela criação de outros liceus de artes e ofícios em diversas capitais do Brasil, além de diversas iniciativas voltadas para a escolarização do ensino profissional em Minas Gerais. Esse movimento, do qual o Liceu ouro-pretano participou, estava relacionado com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e com o crescente processo de escolarização do ensino de ofícios, mas também guarda relações específicas com o contexto social e cultural da cidade de Ouro Preto.

Tal cidade passava por um momento político e social específico. Os habitantes de Ouro Preto vivenciavam as discussões das elites políticas sobre a mudança da capital da Província. A ameaça da perda do *status* de capital impulsionou os dirigentes da cidade a intensificarem as ações que visavam alcançar a modernidade urbana acompanhando as tendências modernizadoras sanitaristas, higienistas e arquitetônicas que se encontravam em curso nas cidades européias e em algumas cidades brasileiras.

O próximo capítulo pretende problematizar as relações do Liceu de Artes e Ofícios com esta cidade em transformação, guiando-se pelas seguintes questões: de que forma o Liceu de Artes e Ofícios se relacionava com as transformações em curso na cidade de Ouro Preto? Em que medida o Liceu participava dessas transformações enquanto escola voltada para a formação do trabalhador? Sob quais motivos o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi criado naquele momento?

CAPÍTULO II

O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS EM OURO PRETO: “A CIDADE HISTÓRICA REJUVENESCIDA PELO TRABALHO”.

“O Liceu é a célula da vida futura da cidade histórica rejuvenescida pelo trabalho, cujos seios de ferro e de preciosos minérios, anunciam no correr dos tempos a nova era industrial de riquezas sem par”

Carlos Domício, professor da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, discursando na inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios em 1897

As transformações que a aproximação da extinção da escravidão no Brasil provocou no mundo do trabalho nas últimas duas décadas do século XIX levaram as elites políticas, intelectuais e econômicas e outros setores da sociedade a pensar e a engendrar processos de escolarização dos novos trabalhadores livres. Em Minas Gerais diversas iniciativas foram feitas nesse sentido, entre elas a implantação, em 1886, do Liceu de Artes e Ofícios na então capital da Província: Ouro Preto.

Esse capítulo tem como objetivo analisar o processo de criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana e do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto e as relações dessas instituições com a cidade de Ouro Preto. Sua preocupação maior é verificar quem foram os sujeitos que participaram da criação da instituição e qual a participação desses sujeitos na estrutura populacional, ocupacional e social da cidade de Ouro Preto, além de buscar perceber as expectativas e os objetivos que os ouro-pretanos da época tiveram em relação à implantação do Liceu na cidade.

A partir da análise dos papéis sociais de tais sujeitos, busca-se refletir sobre algumas questões que são fundamentais para a compreensão do lugar do Liceu no processo de escolarização dos trabalhadores nas últimas décadas do século XIX. Com qual objetivo a Sociedade Artística Ouro-Pretana e o Liceu de Artes e Ofícios foram criados? Quais as intencionalidades existentes no ato de criar uma escola de ensino profissional com as características e especificidades de um Liceu de Artes e Ofícios na

cidade de Ouro Preto? Orientado por essas questões, o capítulo destaca o lugar que os artistas mecânicos ocupavam na Sociedade Artística Ouro-Pretana, relacionando a atuação desse setor, na referida instituição, com as transformações que estavam ocorrendo nas relações de trabalho.

Tais transformações afetaram diretamente os artistas mecânicos, que passaram por um processo de semi-proletarização a partir da década de 1870. Partindo desse movimento, busca-se identificar e analisar qual o foi o papel do Liceu de Artes e Ofícios na escolarização dos artistas mecânicos frente às mudanças na estrutura profissional desses trabalhadores e qual o lugar que o Liceu de Artes e Ofícios passou a ocupar no movimento de modernização urbana pelo qual a cidade de Ouro Preto foi envolvida a partir da década de 1870 até a primeira década do século XX.

2.1 - O processo de modernização da cidade Ouro Preto.

No alvorecer do século XIX, Vila Rica se constituía como um dos principais centros urbanos e comerciais da Colônia. Em 1823, momento da elevação da vila ao status de cidade, Ouro Preto era o principal município de uma das principais Províncias do recente império do Brasil. No que pese o declínio da produção do ouro que ocorreu desde a última década do século XVIII, a estrutura administrativa e política mantinha a cidade como um centro urbano dinâmico e populoso, conforme nos mostra Lemos.

tendo em vista a redução das reservas auríferas, a princípio, a capital da Província conseguiu assegurar suas condições e características modernas, uma vez que se manteve urbana, populosa e dinâmica. Observa-se ainda que ela, ao mesmo tempo em que teve oportunidade de desenvolver um sistema político e cultural, diversificou as atividades econômicas e comerciais, mantendo um grande contingente de escravos (LEMOS, 2005, p.4)

Não obstante a capacidade da capital da Província de assegurar seu dinamismo urbano, Ouro Preto era uma cidade que mantinha os padrões coloniais. Toda a sua estrutura urbana, construída no auge da produção aurífera, estava atrelada a um passado relativamente recente, mas que já sofria os impactos de uma nova visão de urbanidade,

divulgada nos principais centros urbanos da Europa. A modernidade ouro-pretana era uma modernidade colonial, que demonstrava

uma autenticidade criativa, revelada através da arquitetura, das artes, da cultura e da vida urbana. As inúmeras e sofisticadas construções religiosas e civis, o casario e as intervenções urbanas configuraram no local uma cartografia singular (...) a paisagem cultural elucidada tinha como referência uma civilização urbana cujo *modus vivendi* fora condicionado por uma cultura barroca (LEMOS 2005, p.6)

Tal condicionamento à cultura barroca caminhava no sentido inverso do novo padrão de urbanização e modernização que se espalhava pela Europa a partir da década de 1870. Essa contradição parecia incomodar parte da elite ouro-pretana do período que, condicionada por conjunturas políticas e econômicas, buscou a partir da segunda metade do século XIX, inserir a cidade na corrente de modernização.

Nesse movimento, no final do século XIX, momento em que se deu a criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana, a cidade de Ouro Preto acompanhava um conjunto de transformações sociais relacionadas com o processo de modernização urbana que ocorria em algumas cidades brasileiras ao largo das mudanças políticas e econômicas que ocorriam no país.

Os brasileiros que vivenciaram as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil assistiram a um momento em que a monarquia foi desfeita ao passo que o projeto republicano era pensado, vindo se consolidar com a proclamação da república em 1889. As estruturas econômicas do país foram lenta e gradualmente modificadas ao longo das últimas décadas do século XIX. Tal processo intensificou-se após a extinção oficial do regime escravocrata, em 1888, abrindo espaço para o país aproximar-se do movimento modernizador que estava em curso no cenário social e econômico da Europa.

A *belle époque*, que caracterizou a passagem do século XIX para o século XX, representou na Europa a conformação de uma nova identidade representada pela ruptura, pela fragmentação e pela negação de um passado primitivo e tradicional. Marshal Berman ao se apropriar de uma frase do manifesto comunista de Marx, caracteriza o significado daquele momento: “tudo o que é sólido se desmancha no ar”, (BERMAN, 1996, p.115), ou seja, a modernidade teria um efeito irreversível, que

obrigaria as nações a vincularem-se aos benefícios que os novos tempos traziam, sob pena de embarcarem na locomotiva reversa do passado pré-moderno.

Essa dinâmica repercutiu no Brasil de forma intensa, levando as elites imperiais e republicanas a estabelecerem uma série de ações nos âmbitos políticos e sociais visando a inserção do país nesses novos tempos.

A cidade passa a ser uma das formas visíveis de demonstração dessa transformação. Tornava-se importante, reformar e adequar os centros urbanos; sua arquitetura, suas vias de acesso, seus sistemas de iluminação e transportes, para que as mesmas se apresentassem como colossos visíveis e palpáveis das “luzes da civilização”.²⁸

Um dos símbolos mais emblemáticos dessa transformação urbana na Europa foi o trabalho desenvolvido por Haussman, em Paris durante duas décadas (1853 – 1873).

Haussman traça ruas, avenidas, pontes, praças, interligando os pontos nevrálgicos da cidade. Um eixo norte-sul, leste-oeste comunica com o centro e a periferia, e as grandes vias convergem para as estações de trem. Um sistema de circulação se implanta (...). Mas esta premência de circulação só tem sentido quando referida a um sistema, a meu ver noção-chave para se compreender o espaço da modernidade. Termo que surge, sobretudo quando nos deparamos com as questões de comunicação: sistemas telegráficos, telefônico, ferroviário, de envio de notícias (as agências de imprensa). O espaço desta forma concebido como uma malha, uma rede de interconexões. (ORTIZ, 1991, p.204 apud GOODWIN JR, 2007, p.4)

Tal esforço era baseado na tentativa de organizar a cidade, estabelecendo uma nova forma de transpor o incômodo que o passado tradicional representava. Ao mesmo tempo, buscava dar sentido e organicidade urbana ao admirável mundo novo que surgia.

O movimento de modernização urbana concebido na Europa passou a compor as discussões das elites intelectuais e se constituiu num projeto das elites políticas latino-americanas a partir das três últimas décadas do século XIX. Uma série de

²⁸ Um interessante trabalho sobre os esforços modernizadores e os sinais de progresso das cidades mineiras pode ser encontrado no artigo do Professor James Willian Goodwin Jr denominado “Ao arfar das caldeiras”: Modernidade, ruptura e tradição em Diamantina, MG, no início do século XX. (2008)

melhoramentos urbanos salta aos olhos em diversas capitais da região. Em Santiago do Chile, a partir de 1872, foram formadas novas praças e áreas verdes, com destaque para o ajardinamento do *cerro de Santa Lúcia*. Também foram alargadas as principais ruas da cidade, o mercado foi reestruturado e todos os cortiços destruídos. A capital da Venezuela, Caracas, durante o governo de Guzman Blanco, entre os anos de 1870 e 1888, passou por um forte movimento de construção de bulevares e monumentos, colocação de estátuas e jardins e outros equipamentos visando superar o antigo traçado hispânico do centro da cidade. (MANTOVANI, 2007, p.64).

Nesse mesmo período, boa parte das cidades brasileiras conheceu um movimento de modernização urbana, transferido da Europa de forma adaptada, mas que seguia o mesmo modelo e filosofia existentes no velho continente, como nos mostra Goodwin Jr (2007b, p.1)

as elites intelectuais brasileiras chamam a si a função de pensar e implementar um certo ambiente urbano, identificado com as características das cidades burguesas da Europa ocidental(...) A tentativa de transferência de modelos estrangeiros provou ser, como aponta a bibliografia sobre o tema, um esforço modernizador marcado por adaptações, mudanças e deslocamentos. (GOODWIN JR, 2007b, p.1)

Vale ressaltar que o processo de modernização urbana européia e das cidades brasileiras não se deu de maneira harmônica. Afinal, o processo envolvia formas e maneiras de viver enraizadas tradicionalmente na mentalidade dos contemporâneos que vivenciaram o processo. Portanto, as transformações modernizadoras guardaram suas tensões e conflitos que, ora se apresentavam como obstáculo aos objetivos propostos, ora serviam como inspiração para o próprio rompimento da tradição e para a dinamização do processo de modernização.

Em Minas Gerais, algumas das principais cidades da Província passaram por processos de modernização da estrutura urbana na virada do século XIX para o XX. A implantação do que poderíamos chamar de modelo urbano de civilização burguesa teve destaque maior na construção da nova capital do nascente Estado republicano : Belo

Horizonte²⁹. No entanto, esse caso não é único. As cidades de Diamantina e Juiz de Fora, que eram consideradas pólos regionais da época, possuindo influência política e econômica sobre suas regiões buscaram – guardando suas características políticas, sociais e econômicas específicas – enveredar-se pelos caminhos da modernização urbana. Outra cidade, que por sua importância e vigor político passou por um processo semelhante foi Ouro Preto, capital da Província até 1890 e capital do Estado republicano de Minas Gerais até 1897. (LIBBY, 1988; CRHISTO, 1994)

Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, buscava inserir-se no processo de modernização urbana vivenciando um contexto político e social diferente das demais cidades mineiras, que passavam pelo mesmo processo. Ao mesmo tempo em que era o centro político da Província de Minas Gerais, abrigando a Assembléia Legislativa, o palácio do Presidente da Província e os outros órgãos da burocracia administrativa, passava por um momento de transformação econômica. A extração do ouro, base da economia ouro-pretana até o término do século XVIII, passou, a partir do século XIX, a ser realizado sob coordenação dos ingleses em outras regiões de Minas Gerais, sobretudo na região da atual Nova Lima e nas proximidades da Serra do Curral. Ouro Preto passou então a se dedicar a um vigoroso comércio de gêneros agrícolas, estabelecendo-se como um dos principais centros de negócios de Minas Gerais. (LIBBY, 1988).

Já na primeira metade do século XIX, as elites se manifestaram em algumas ações o desejo de modernizar a capital a partir de inovações na paisagem urbana do município. Esse processo foi notabilizado pela reforma do prédio da Câmara e Cadeia e o da Casa dos Contos; e pela construção do projeto do Jardim Botânico, inspirado na perspectiva da ilustração vivida pelo Rio de Janeiro durante o período Joanino. As linhas arquitetônicas neoclássicas dessas novas construções demonstravam uma tentativa de superação do modelo colonial barroco, predominante na cidade. Em 1830, a Câmara Municipal expediu um conjunto de normas e regras que substituíram as posturas municipais vigentes desde o Império. Essas novas normatizações objetivavam ordenar os arruamentos, os aforamentos e as construções com o claro intuito de

²⁹ Uma interessante abordagem do tema da modernização em Minas Gerais pode ser encontrado em GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

embelezar a paisagem urbana cotidiana. Tais regras abrangiam também a organização dos campos santos e o sistema de encanamentos de dejetos e esgotos, visando a tornar-se uma medida higienista e de saúde pública. (VASCONCELOS, 1948). Vale ressaltar que, pela ausência de fiscalização e acompanhamento por parte do poder público, a maior parte das normas não chegou a se consolidar.

A partir de 1870, as iniciativas e projetos para modernizar a cidade cresceram em virtude das propostas de parte da elite mineira de retirar de Ouro Preto o posto de capital da Província³⁰. As ameaças de transferência da capital, as quais os parlamentares defensores da idéia faziam nos acalorados debates da Assembléia Legislativa, causavam reações das elites ouro-pretanas e dos parlamentares que tinham uma posição contrária. A cidade era acusada de ultrapassada e de não possuir as condições estruturais para continuar sendo a capital dos mineiros no moderno século que estava por nascer. Ao mesmo tempo, os ouro-pretanos assistiam ao desempenho econômico, sobretudo no ramo da pecuária, que florescia e crescia a passos largos na região de Curral D'El Rey, preferida pelos mudancistas para ser a nova capital de Minas Gerais.

Os parlamentares não-mudancistas contra-atacavam com argumentos que se relacionavam com a característica erma de Curral D'el Rey, que ganhou, por parte desses parlamentares o apelido jocoso de “poeiropólis” (FONSECA, 1998). Apesar das defesas, a realidade urbana da capital mineira, depunha contra os não-mudancistas, na medida em que a cidade possuía uma série de problemas estruturais e topográficos, que não condiziam com os modelos de cidades modernas existentes na virada do século XIX para o XX.

Vila Rica se urbanizou de acordo com as imposições do relevo íngreme e acidentado. Incrustada no âmago da serra do Espinhaço, suas ruas e avenidas seguiam uma lógica diferente dos burgos da Europa. As vielas que ligavam as residências ao centro comercial tinham que vencer a estreiteza dos morros e os paredões de rochas. Os espaços eram reduzidos e não permitiam que a dinâmica e a velocidade que a modernidade exigia para um centro urbano se estabelecessem com sucesso. Além disso, tal especificidade geográfica dificultava a administração da cidade. O sistema de

³⁰ Torna-se mister ressaltar que as discussões acerca da mudança da capital da Província para um outro espaço remontam aos tempos da Inconfidência Mineira no final do século XVIII, estando presente no pensamento de muitos mineiros durante todo o decorrer do século XIX. No entanto, é na década de 1870 que os debates ganharam uma dimensão oficial e passaram a freqüentar os jornais e as salas dos órgãos do poder executivo e legislativo mineiros. (FONSECA, 1998)

abastecimento de águas, a organização da coleta dos esgotos e dejetos, a manutenção e limpeza das ruas estavam muito prejudicadas. (MINAS ALTIVA, 10 DE OUTUBRO DE 1886 apud MANTOVANI, 2007, P.74)

A partir de 1890, os debates acerca da mudança da capital ganham cores mais fortes e contornos mais nítidos. Em 1891, a constituição do Estado oficializava o objetivo de construir uma nova capital para o Estado, apesar de não determinar o local da nova sede administrativa.³¹ Isso significou uma considerável vitória por parte dos defensores da mudança do centro político. Ademais, a condição tradicional de Ouro Preto continuava criticada de forma enfática e parecia, nesse momento, que a esperança dos que não queriam a mudança sofrera um forte golpe. O jornal *O Movimento*, demonstrava a tristeza e a desesperança que parecia atingir aqueles que queriam manter o status da velha cidade.

Ouro Preto está longe de ser uma cidade artística: suja, defeituosa, torta com edificações miseráveis, sem higiene, sem arte, com todos os defeitos de uma cidade antiga. Mesmo em dias esplendidos prejudicam-na seu aspecto doentio. A geometria irregular de seus prédios, a tristeza de suas casas, tornando-a, por conseguinte de uma comunicabilidade atroz e doentia. (O MOVIMENTO, 14 DE ABRIL DE 1892, P.2)

Diante de tal dificuldade, o argumento dos mudancistas apelava para algo absurdo aos olhos dos ouro-pretanos mais conservadores. Na visão de alguns desses mudancistas, só haveria uma possibilidade da capital do estado se manter nas paragens ouro-pretanas: a destruição da cidade antiga e a construção de uma nova cidade que atendesse as exigências urbanas da modernidade.

Apesar da aparente desesperança e das verdadeiras dificuldades, as elites ouro-pretanas insistiam em realizar esforços para tornar a cidade um espaço urbano condizente com a modernização. Tais esforços se relacionam com uma perspectiva higienista e tecnológica, estando ligados aos melhoramentos do saneamento, das vias de transporte, da iluminação pública e do movimento recíproco de desenvolvimento que a instalação do ramal ferroviário trouxe para o município.

³¹ Coleção de leis mineiras. 1891.

Entre os melhoramentos modernizadores que as cidades receberam durante o século XIX, a iluminação pública seria juntamente com o telefone, o que causava maior alvoroço entre os contemporâneos.³² Outro melhoramento que deve ser destacado foi a implementação do sistema de telégrafos em 1880. As autoridades políticas da capital mineira argumentavam que o sistema telegráfico facilitaria a comunicação com a corte.

Em 1891, um esforço de grande vulto foi proposto pela Intendência Municipal³³ para intensificar a modernização da cidade e fazer frente às propostas da mudança da capital, que nesse ano ganhava contornos oficiais. Gestada intelectualmente por Cesário Alvim, presidente da Intendência, o audacioso plano de melhoramentos propunha importantes inovações e renovações na estrutura urbana de Ouro Preto. Conforme nos mostra Salgueiro, (1996, p.131) o projeto previa

cortes de morros, aterros, alargamento e retificação das artérias existentes, criação e embelezamento de espaços públicos em nome da circulação e da salubridade e mesmo o projeto de um núcleo de habitações modernas medidas inscritas numa mentalidade higienista, utilitária e estética, que incluíam a retificação de vias, a construção de mercados, teatros, pontes, tudo regularmente distribuído para a comodidade dos habitantes” (SALGUEIRO, 1996, p.131)

As iniciativas que visavam a inserir Ouro Preto no contexto urbano da modernidade foram perpassadas por conflitos entre os diversos interesses das elites locais da época. Deram-se de maneira fragmentada e desorganizada e foram marcadas por descontinuidades temporais, que por vezes as transformavam apenas em idéias e ideais, limitados por conjunturas de diversas ordens. Não obstante tais adversidades, as transformações que foram levadas a cabo e mesmo aquelas que não saíram dos projetos indicaram a participação das elites da cidade no movimento intelectual que marcou o crepúsculo do século XIX e a aurora do século XX. Esse movimento tinha como seu maior trunfo a crença no desenvolvimento das técnicas e das novas tecnologias, para que tornassem a existência menos árida e sofrível.

³² Para uma análise específica do processo de implantação da iluminação pública em Ouro Preto. Cf. MANTOVANI, A.L. (2005)

³³ A Intendência Municipal substituiu a Câmara Municipal na gestão da Cidade após 1890. Os intendentess não eram eleitos pelos munícipes, mas escolhidos pelo Presidente do recente Estado Republicano.

O grande símbolo dessa crença, que se materializava em um colosso de aço e ferro, capaz de transpor em grande velocidade distâncias até então intransponíveis, era a locomotiva. Em Ouro Preto, as obras do terminal ferroviário tiveram início em 1883. Após diversos adiamentos, o terminal seria inaugurado seis anos depois.

Os impactos que a chegada do trem de ferro na capital mineira causou no cotidiano e nos hábitos dos contemporâneos mudaram a vida da antiga cidade. A implantação da linha férrea trouxe efeitos e influências diretas no processo de modernização urbana em curso no período. Uma das principais interferências nesse aspecto foi na paisagem arquitetônica. A ferrovia possibilitou a chegada de diversos materiais de construção como ferro, tijolos e louça, modificando a forma de construir as residências, que passavam a preconizar o conforto e a lógica de higienização. As construções coloniais deram lugar, em diversos edifícios e residências da capital, a um modelo arquitetônico modernizante. A facilidade de acesso aos novos materiais de construção permitiu um incremento na altura das construções. Os edifícios que foram construídos na década de 1890 passaram a demonstrar nas suas fachadas a beleza e funcionalidade dos grandes prédios europeus. Sobre esse contexto, Salgueiro afirma que

A cidade de pau-a-pique começa a dar lugar à cidade em tijolo ,cujo emprego tende a se generalizar. As paredes irregulares se aprumam, o reboco torna-se mais uniforme, por vezes desenhado em baixo relevo. (SALGUEIRO, 1996, p. 138).

Nesse movimento de modernização urbana, havia também uma perspectiva que objetivava modernizar a cidade pela via da escolarização e da disseminação do conhecimento científico. Acompanhando esse processo civilizatório, a construção de centros educacionais de nível superior, como a Escola de Minas e de Farmácia contribuiu para a renovação da expressão cultural da cidade na época. (LEMOS, 2005).

A Escola de Farmácia surgiu no ano de 1840, quando foi publicada pela presidência da Província de Minas Gerais a lei nº 178, de 1º de abril do mesmo ano. A partir de então passou a funcionar, precariamente, o primeiro curso de nível superior de Ouro Preto. Por mais de três décadas a Escola de Farmácia passou por sérias dificuldades de funcionamento, tendo que cumprir sua trajetória de ensino em prédios emprestados de outras instituições, sem os laboratórios apropriados.

Em 1876, a instituição ganhou ares de modernização. O decreto do então Presidente da Província, Barão da Villa da Barra, reorganizou o curso de farmácia através da lei 2314 de 11 de junho. A partir de então, as disciplinas oferecidas foram adequadas ao currículo dos cursos de farmácia das principais escolas européias. Mas foi em 1882, que a Escola vivenciou o seu maior momento desde a sua fundação. Nesse ano, os diplomas dos farmacêuticos egressos da escola de Ouro Preto passaram a ser reconhecidos em todo o Império. Os laboratórios foram reorganizados sob a supervisão de experientes lentes européia e brasileira, e as gratificações dos professores aumentaram significativamente. (DIAS, 1988)

A Escola de Minas de Ouro Preto³⁴ foi fundada em 1876, com forte apóio do governo central. O próprio imperador D. Pedro II contratou, sob recomendações de modernizar a exploração dos recursos minerais do subsolo brasileiro, o renomado mineralogista francês Claude Henry Gorceix. O mineralogista viajou por todo o território brasileiro em busca do melhor local para se instalar a Escola de Minas e optou por Ouro Preto, que oferecia as melhores condições para o trabalho (COSTA e SANTOS, 2005). A Escola de Minas de Ouro Preto passa a compor um seleto grupo de instituições que participaria das exposições universais, as quais, como nos ensina Plum (1979, p.19), se constituíam como uma espécie de propaganda dos conhecimentos científicos e do êxito da modernidade racional, ou como olimpíadas da produção de artefatos de todas as nações:

[...] naquela época (século XIX) em que ainda não se dispunha da quantidade de possibilidades de formação e de informação que existem atualmente, as exposições universais internacionais brindavam a opinião pública interessada com uma imagem ampla e clara da progressiva tecnificação. O valor pedagógico e a significação ideológica destas mostras espetaculares na época da incipiente sociedade industrial eram de um nível extraordinariamente elevado. Não por causalidade efetuaram-se, com breves intervalos, numerosas exposições mundiais, precisamente naquela fase, em que a burguesia industrial estava empenhada em chegar a dominar o mundo e, inclusive, a criar um mundo à sua imagem e semelhança. (PLUM, 1979, p.10)

³⁴ Para conhecer aspectos específicos da história da Escola de Minas cf. (CARVALHO, 2002)

Acompanhando tal movimento de modernização da cidade pela via da escolarização, foi criada a Sociedade Artística Ouro Pretana, mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, que começou a funcionar em 1886. As elites, responsáveis pela criação da instituição, não demonstravam claramente o objetivo de transformar o Liceu em um símbolo da modernização em curso na cidade de Ouro Preto naquele momento, como o eram as escolas de farmácia e de minas. No entanto, é possível afirmar que o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto participava dos ares de modernização da cidade na medida em que se apresentava como uma escola voltada para a preparação dos trabalhadores através da divulgação das técnicas e da racionalidade que pautariam o trabalho no mundo moderno.

2.2 – Uma escola para o trabalho moderno: as expectativas com a criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

A primeira iniciativa que visava à implantação de um Liceu de Artes e Ofícios em Ouro Preto aconteceu no ano de 1884. Os engenheiros Crockhat de Sá e Archias Medrado fundaram em janeiro desse ano uma escola baseada nos princípios pedagógicos do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Essa instituição recebeu quantidade considerável de alunos, distribuídos nas cadeiras oferecidas da seguinte forma: primeiras letras – 27, português-44, francês – 34, inglês – 17, aritmética – 66, álgebra – 5, geometria – 26, física – 17, química – 5, botânica – 4, mineralogia – 10, zoologia – 19, geografia – 11, história – 6, desenho Linear – 17, desenho figurado – 9, música – 8. O quadro de disciplinas nos leva a pensar que a instituição se dedicava ao ensino elementar (primeiras letras) e ao secundário.

Apesar da grande procura pelas matrículas, o Liceu foi dirigido pelos engenheiros mencionados apenas por dois anos, até 1886. Nesse mesmo ano, foi fundada a Sociedade Artística Ouro-Pretana, que iria constituir um novo Liceu de Artes e Ofícios, dando continuidade à idéia do projeto dos engenheiros Sá e Medrado, mas com uma filosofia completamente nova, de modo a aproximar a instituição das elites

ouro-pretanas, dos artistas mecânicos e do Estado Provincial. (O LIBERAL MINEIRO, 18 DE JANEIRO DE 1884, P.2) ³⁵

A Sociedade Artística Ouro-Pretana foi instituída no dia 25 de março de 1886. O objetivo principal dessa Sociedade era a criação de uma escola destinada ao ensino das artes e dos ofícios mecânicos. A maior parte das sociedades filantrópicas surgidas no século XIX em Minas Gerais dedicava-se a uma grande área de atuação social. As Sociedades que encerravam esforços em direção, por exemplo, da saúde pública, atuavam em todos os setores desse ramo da sociedade, interferindo nas questões sanitaristas e higienistas, na manutenção das Santas Casas de Misericórdia e dos orfanatos, bem como no cuidado aos enfermos. Seguindo essa perspectiva, a Sociedade Artística Ouro-Pretana se dedicaria à criação, manutenção e administração de uma instituição de ensino que era o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, participando da divulgação do trabalho dos artistas mecânicos e da defesa dos seus interesses e buscando a valorização desse setor na hierarquia social. A mesma atuava também como uma instituição de amparo social e financeiro dos artistas mecânicos.

Nas páginas do Estatuto da Sociedade Artística Ouro-Pretana, podemos perceber os principais objetivos da instituição, bem como alguns aspectos importantes da filosofia que pautaria a sua atuação e a função social que a mesma exerceria no contexto da sociedade e da cidade de Ouro Preto. No capítulo I do referido documento, o artigo primeiro traz os princípios que norteariam todos os outros: “promover a propagação, desenvolvimento e perfeição das artes na Província”. O segundo artigo atestava o fim principal para o qual a mesma foi criada:

Manter as aulas que forem necessárias ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, a fim de proporcionar a todos quanto queiram frequentá-las (nacionais ou estrangeiros) menores ou maiores e de qualquer sexo que sejam a instrução indispensável ao exercício racional da parte artística e técnica das artes e dos ofícios. (ESTATUTO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO apud OZZORI, 1890)³⁶

³⁵.. O Jornal não traz mais informações sobre o Liceu de Artes e Ofícios fundado em 1884, o que não nos permite informar onde o mesmo funcionava ou como se mantinha financeiramente. Não foram encontradas outras referências sobre o mesmo.

³⁶ Manoel Ozzori era um homem de imprensa que atuou nos jornais de Ouro Preto ao longo das décadas de 1880 e 1890. Em uma de suas publicações, Ozzori trouxe parte do estatuto da Sociedade Artística Ouro-Pretana.

Esse artigo denota o compromisso da instituição com a racionalidade e com a técnica. Ensinar os ofícios significava a demarcação do espaço da escola no ato de ensinar. A escola, dessa forma, se colocava como o lugar do ensino por excelência, em oposição a outras formas de ensinar desenvolvidas nas oficinas dos mestres de ofícios ou nas próprias residências. Sendo assim, a partir da objetivação do ensino profissional, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto poderia desqualificar as outras formas orais e tradicionais de transmissão dos conhecimentos, impondo-se institucionalmente como o espaço mais adequado para ensinar os princípios técnicos de um ofício³⁷.

Os artigos 6, 7, 8 e 9 demonstravam a intencionalidade política da Sociedade dos artistas de fortalecer o papel social das artes mecânicas e industriais na sociedade da época. Para isso, a mesma objetivava implantar instrumentos de divulgação, que tinham o intento de enaltecer os feitos dos artistas. Abaixo estão reproduzidos, na íntegra, os artigos:

Art. 6º - Publicar uma revista à que se adicionem estampas originais ou cópias dos melhores trabalhos dos artistas, e em que, além do conveniente à instrução dos mesmos, se noticiem os progressos das artes na Província e os trabalhos do Liceu de Artes e Ofícios e da Sociedade;

Art. 7º - Criar um museu industrial e uma biblioteca especialmente artística, franca aos alunos e a todos os sócios de qualquer classe;

Art. 8º - Promover conferencia e leituras de escritos sobre as artes industriais;

Art. 9º - Promover exposições parciais dos trabalhos dos sócios artistas e dos alunos, e, ao menos uma vez por ano, exposições gerais, conferindo em umas e outras, prêmios e distinções aos expositores dos melhores produtos;

A divulgação das ações da associação e da escola que a mesma mantinha, significava a tentativa de consolidar a participação dos artistas mecânicos no cenário social da cidade. Na medida em que os objetos produzidos pelo Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto ganhassem publicidade, as artes mecânicas ganhariam reconhecimento

³⁷ Sobre a questão da produção da escola como espaço próprio para educar a infância. Ver: (FARIA FILHO, 2003)

social. Dessa maneira, os artistas mecânicos poderiam fortalecer a sua presença no cenário político da época através da afirmação da importância do seu trabalho como condição essencial para o progresso da cidade e da Província; o progresso material e o desenvolvimento industrial.

A estratégia da instituição de dar visibilidade aos objetos da arte produzida por ela também estava relacionado com uma cultura do trabalho que se perpetuava no Brasil desde a colônia. No Brasil, a herança ibérica posicionava o trabalho manual como “coisa de escravo”, como um tipo de trabalho sem nobreza. Para os artistas mecânicos, esse estigma poderia ser minimizado ao expor o resultado da técnica da sua arte. Demonstrando a importância do seu trabalho para o cotidiano da sociedade daquele período, seria possível também fortalecer a idéia de que os objetos produzidos manualmente eram essenciais para a manutenção da vida. A divulgação da arte mecânica como uma arte dotada de técnica e racionalidade permitiria ao artista mecânico, ao longo de um determinado tempo, redefinir seu papel, estabelecendo-se em um patamar mais elevado da hierarquia social (DAMATTA, 1984).

Nessa perspectiva, a apresentação das artes mecânicas como uma arte dotada de técnica e racionalidade poderia gradualmente minimizar os preconceitos existentes em relação aos trabalhos manuais, possibilitando aos artistas mecânicos almejem novas possibilidades de ascensão na hierarquia social da época

O projeto de fortalecimento da classe dos artistas mecânicos incluía também a defesa da seguridade social desses trabalhadores. O terceiro artigo declarava que um dos objetivos da Sociedade artística era

Socorrer os sócios artistas quando, por idade avançada ou moléstia, não possam exercer a sua arte. Para socorro aos sócios enfermos ou cuja idade avançada não permita trabalhar será formado um fundo especial, exclusivamente a isso destinado. (ESTATUTO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE OURO PRETO apud OZZORI, 1890)).

Tal artigo demonstrava que a Sociedade também possuía um caráter assistencial e mutuário. Esse amparo buscava garantir segurança social aos artistas mecânicos em meio às transformações que ocorriam nas relações de trabalho nas últimas décadas do século XIX. Maria das Graças Leal, ao analisar o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, identificou a necessidade que os artistas mecânicos tinham de se reunir em instituições

mutuárias. Para a autora, “à medida que as contradições entre um sistema obsoleto e o avanço capitalista acentuavam-se, as diferenças sociais afetavam principalmente os desfavorecidos, os excluídos e os trabalhadores manuais” (LEAL, 1996, p.90).

As mudanças no mundo do trabalho atingiam rapidamente alguns ofícios tradicionais, que por muitas vezes tinham suas demandas produtivas modificadas em virtude das transformações nas formas de produzir ou pelas oscilações do mercado dos produtos desenvolvidos nesses ofícios.

Vale ressaltar que esses objetivos, resguardados oficialmente pelo Estatuto da Sociedade Artística, não foram atingidos imediatamente. Segundo Manoel Ozzori, em 1889, três anos depois da sua instalação, a Sociedade Artística Ouro-Pretana ainda não havia conseguido publicar a sua revista nem promover as exposições que intencionava. Também não havia formado o fundo assistencial de socorro aos artistas. Apenas as aulas de primeiras letras, língua francesa e aritmética estavam em funcionamento (OZZORI, 1890)

Os objetivos específicos da Sociedade, expostos no seu estatuto, estavam perpassados por objetivos e expectativas mais amplos, que encerravam também o desejo das elites intelectuais daquela sociedade com relação à educação. O processo de escolarização das camadas mais pobres no Brasil e em Minas Gerais tinha como objetivos principais instruir e educar. Na primeira metade do século XIX, como nos mostra Maria Cristina de Almeida Gouvêa,

O caráter fundamental do ensino destinado às camadas pobres da sociedade pautava-se na compreensão de que o papel da escola não se limitaria a *instruir*, mas consistiria também, e principalmente, em *educar*. Como pudemos perceber a discussão em torno do ensino dirigido aos alunos pobres referia-se predominantemente à formação do caráter e de hábitos, ao passo que pouco se destacavam os aspectos referentes aos conteúdos de ensino. E, mesmo quando eram discutidas formas de se proceder à transmissão do conhecimento, como nas polêmicas que envolviam os métodos de ensino, a preocupação com a disciplina, a ordem e a obediência sobressaía em comparação com as discussões acerca dos conteúdos (TEIXEIRA, 2006, p.11)

No entanto, segundo a mesma autora, as transformações econômicas, tecnológicas e sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XIX e intensificadas nas últimas décadas desse século, deram à instrução um grau maior de importância no contexto da educação. Instruir os setores mais pobres, oferecendo-lhes o acesso ao conhecimento da técnica e da ciência passou a ser uma possibilidade clara de civilizar os setores populares da sociedade e inseri-los em uma nova organização social moderna, que valorizava o uso da razão e da técnica. A instrução, pela via da escola, poderia significar a passagem de um estado de aparente primitividade para uma nova ordem, determinada pelo raciocínio lógico e científico, que garantiria a harmonia social e a libertação dos indivíduos da ignorância. A criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana e do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi perpassada por essa filosofia, além de buscar inculcar, através da instrução e da educação, o amor pelo trabalho. Assim, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto participaria, em meio ao processo mais amplo de escolarização em curso no momento da sua criação, de um projeto específico para a classe trabalhadora. Dentro dessa ótica, o segundo secretário da Sociedade dos artistas declarava em seu discurso, no momento da instalação da Sociedade:

A vida, a prosperidade, o engrandecimento moral de um povo depende essencialmente da elevação de sua mentalidade (...) Pobre, pequeno e humilde, vem o homem ao mundo, ávido da proteção de seus progenitores. Se lhe inculcamos na alma da sua virtude o amor pelo trabalho, tornar-se-á em pouco tempo – o amparo, o arrimo dos autores de seus dias -, e mais tarde um cidadão útil à sua pátria, pela qual sacrificará o sangue e a sua própria vida. (O VINTE DE AGOSTO, 26 DE MARÇO DE 1886, P.3)

A criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana não era um projeto apenas dos artistas mecânicos. A intelectualidade ouro-pretana participou efetivamente do processo de gestação da instituição.³⁸ O posicionamento dos intelectuais que participaram do processo de criação da Sociedade Artística e do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto aproximava-se dos debates que eram travados acerca da difusão da instrução popular em Minas Gerais. Segundo Luciano Mendes Faria Filho, os intelectuais e políticos que participaram do processo de escolarização em Minas Gerais ao longo do século XIX

³⁸ Alguns intelectuais ouro-pretanos participavam da diretoria da Sociedade Artística Ouro Pretana. Foi possível também verificar a presença dos intelectuais nos eventos da instituição, muitas vezes pronunciando discursos de apoio à mesma.

debatiam-se com uma questão: a instrução do povo era proveitosa para manter a ordem ou representava um perigo? Para uma parcela importante desses intelectuais e políticos, estava claro que a revolta e o perigo social era representado pela plebe ignorante.

Portanto, instruir o povo era a solução. (FARIA FILHO, 1999). Ao que parece, os intelectuais e artistas mecânicos que participaram do processo de criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, filiavam-se a essa perspectiva. Os discursos proferidos pelos membros da elite intelectual na cerimônia de inauguração da Sociedade Artística apontavam para a direção de que instruir o povo era a forma de afastá-lo da inutilidade, dos vícios e da criminalidade. O editorial do jornal “Vinte de Agosto”, órgão de imprensa vinculado aos intelectuais ouro-pretanos do período, representava tal forma de pensar o Liceu e o ensino para o trabalho:

se não lhe formam o coração, se não lhe educam o espírito (dos trabalhadores), vê-lo em breve, um homem inútil, um fardo da sociedade e quiçá um assassino. E como conseguir tal feito?: Pela instrução moral e pela leitura de bons livros. Trazendo consigo a centelha do bem e estampando na fronte o selo da divindade é preciso não deixá-lo curvar-se para a terra, mas altivo erguer fronte para o firmamento. È forçoso que ele abra o grande livro da natureza que tem diante dos olhos, que procure estudar o seu princípio, que conhecer o seu fim, que parta do subjetivo para o objetivo. (O VINTE DE AGOSTO, 26 DE MARÇO DE 1886, p-1)

Sob tal ponto de vista, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto tinha a possibilidade de cumprir tal missão civilizadora de forma especial. A instituição poderia constituir a aliança de três pilares – instrução, educação e trabalho - fundamentais no projeto de civilização que fazia parte dos sonhos de uma parcela das elites brasileiras da *belle époque*. O ensino para o trabalho significava a possibilidade de realizar o projeto de instrução, o qual seria a forma que garantiria a ordem social, ao mesmo tempo em que ofereceria aos mais pobres a possibilidade de ganhar o “pão” de cada dia, de acordo com as leis, com a moral e com a ética de um mundo civilizado e moderno. O diretor de instrução pública de Ouro Preto, presente na solenidade de inauguração da Sociedade dos artistas, corroborava tal impressão no seu discurso, quando afirmava que

Sabeis que o trabalho, lei do mundo, tudo produz, tudo faz perdurar, e a humanidade, em sua contingência, procura alargar os elos que a

encadeiam ao império absoluto dessa lei (...) Quando o homem combina as normas de obedecer-lhe, a inteligência se enriquece de meios para tornar brandas as mais árduas tarefas, nota-se então que a indústria se desenvolve, que os produtos se multiplicam e o gozo segue sempre a mesma marcha ascendente: cada indivíduo trabalha menos e produz mais. (O VINTE DE AGOSTO, 26 DE MARÇO DE 1886, p-2)

O trabalho aparece como essência dos discursos dos fundadores da Sociedade Artística Ouro-Pretana. Trabalhar menos e produzir mais encerrava parte do ideal burguês capitalista, que se desenvolvia a partir do momento em que o fim da escravidão dava lugar ao trabalho livre no Brasil (GEBARA, 1986). A perspectiva de se ensinar para o trabalho vai ao encontro da necessidade de se ter um trabalhador mais apropriado à indústria e mais afeito ao novo tipo de trabalho que seria desenvolvido nas incipientes fábricas que surgiam em Minas Gerais. O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, dessa forma, trazia para dentro das paredes do seu prédio os interesses das elites em estabelecer um projeto de instrução popular, que aliado ao ensino dos ofícios e da ética do trabalho, poderia conduzir Minas Gerais e o Brasil aos patamares de progresso material das nações “civilizadas” em meio a um ambiente de paz e harmonia social.

Os discursos acima também demonstram o entendimento, por parte das elites, do ensino como um caminho para tornar útil o cidadão. Um cidadão útil à sociedade e à pátria seria um cidadão preparado para o trabalho. Apto para exercer uma função laborativa que contribuiria para o crescimento e o desenvolvimento da nação perante os novos tempos, em que o trabalho livre e o crescente processo de semi-proletarização³⁹ dos artistas mecânicos dariam o tom das novas formas de produção que começaram a ser implementadas na Província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX. Tais formas interferiram fortemente nas transformações ocorridas na estratificação social e na organização da divisão social do trabalho na virada do século XIX para o XX.

Nesse momento, a atividade mineradora aurífera e diamantífera, responsável pela absorção da maior parte da mão-de-obra escrava e livre até as duas primeiras décadas do século XIX, havia atingido seu total declínio. A mineração do ouro passou a

³⁹ Este conceito é utilizado por LIBBY (1988)

ser desenvolvida, de forma industrial, principalmente nas minas subterrâneas empreendidas pelo capital inglês⁴⁰.

A falência do tradicional sistema produtivo mineral provocou a transferência do grande contingente de mão-de-obra livre e escrava para as atividades agrícolas. Dessa forma, a agricultura voltada para o comércio intraprovincial e interprovincial foi o grande sustentáculo da economia mineira na segunda metade do século XIX. No entanto, outras atividades econômicas passavam a ocupar um papel relevante na economia da região em que Ouro-Preto se situava. Isso impactava na estratificação social e nas ocupações profissionais constituindo um quadro urbano baseado no sistema escravista, mas com fortes contornos daquilo que poderia ser chamado de semi-proletarização do trabalhador livre.

Nos anos que separaram o censo de 1831/1840 do recenseamento de 1872, a mão-de-obra livre assalariada quadruplicou, passando a representar 32,4% da população livre ocupada e 12,2% da população total. Tal proletarização parcial, que esses números representam, pode ser explicada pelo aumento do preço da terra causado pela pressão demográfica que ocorria na Província mineira desde o segundo quartel do século XIX (LIBBY, 1988).

Na segunda metade do século XIX, a população mineira da zona metalúrgica/central⁴¹ era composta predominantemente por homens e mulheres livres. A amostragem de 1862/1863 demonstra que 74,7% da população eram livres e 25,3% escrava (MARTINS, 2007, p.10). Diferentemente de outras regiões tradicionalmente agrícolas como o sul de Minas, a região metalúrgica/central abrigava uma imensa maioria de população livre, que por sua vez também representava a maior participação na força de trabalho. Esse fato contribuiu para uma maior diversificação de ocupações profissionais. Segundo Douglas Colle Libby em 1872, os homens e mulheres livres

⁴⁰ Entre 1823 e 1889 foram implementadas 15 companhias mineradoras inglesas na Província de Minas Gerais, que eram responsáveis por mais de 90% da produção aurífera. (LIBBY, 1988, p.260)

⁴¹ O termo metalúrgica/central será utilizado deste ponto em diante como sendo uma agregação das duas amostragens utilizadas: zona metalúrgica/Mantiqueira e centro. Segundo a categorização proposta por LIBBY (1988), esta região tinha como principais municípios: Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Caeté, Congonhas do Sabará, São João Del Rei.

representavam, na região metalúrgica central, 80,49% da força de trabalho atuante nas atividades produtivas.⁴² (LIBBY 1988, p.54)

No período, a região contava com o maior contingente populacional da Província de Minas Gerais: 26,8% dos mineiros residiam no local. A maior parte da população livre se sustentava através do seu próprio trabalho, seja no comércio, nas atividades agrícolas de subsistência ou empregados nos precários estabelecimentos industriais da região. Isso se deu porque a imensa maioria da população livre não possuía escravos. A amostragem do censo de 1831/1840 demonstra que 67% dos fogos não possuíam nenhum escravo e a amostragem de 1863/1864 eleva este número para 78,4%.

A concentração da posse de escravos pode ser explicada devido ao vertiginoso e gradual aumento do preço das “peças” africanas nos anos que sucederam à proibição do tráfico negreiro no Atlântico, em 1850. Segundo a historiografia mineira, a proibição do tráfico não cessou imediatamente a entrada de escravos africanos no Brasil. Nesse contexto, Minas Gerais continuou a receber escravos através do tráfico interno, no entanto, a inflação dos preços da mercadoria restringiu o acesso à posse do escravo. Mesmo a parcela da população que possuía escravos detinha poucos elementos.⁴³

Os grupos que detinham a posse de escravos faziam parte de um setor da estratificação social denominado “proprietários”. Nesse seleto grupo, estavam os proprietários agrícolas, que normalmente possuíam grandes plantéis e os setores produtivos não-agrícolas, composto por profissionais liberais, artesãos e operários de profissão declarada, donos de estabelecimentos comerciais e industriais⁴⁴. De outro lado, estão os grupos de não-proprietários que eram compostos por assalariados sem profissão declarada, serviços domésticos e outros trabalhadores que prestavam diversos tipos de serviço. Os proprietários tinham uma participação maior nos processos

⁴² O fenômeno da proletarização parcial da força de trabalho ocorre em toda a Província. No entanto é mais forte na região denominada metalúrgica-mantiqueira. Em outras regiões como a zona da mata e o sul ocorre a transferência dos artesãos e operários de profissão declarada em maior número para a agricultura dividindo espaço com a proletarização do setor industrial. (LIBBY, 1988)

⁴³ A média de escravos por domicílio na amostragem de 1831/1840 é de 6,4. Excluindo-se os grandes proprietários que possuíam mais de 30 mancipios, este número cai para 4,4. Na amostragem de 1862/1863, a média de escravos por domicílio é de apenas 4.

⁴⁴ Esta classificação social é baseada nos “mappas de população de 1831-1840” e adaptadas ao recenseamento de 1872 por COLLE LIBBY (1988). Reproduzimos no anexo 1 o quadro contendo esta classificação.

decisórios políticos e uma maior capacidade de influência na sociedade. Entre os proprietários de escravos destaca-se a participação dos artesãos e operários de profissão declarada. Esse setor da sociedade representava na amostragem de 1831-1840 a maior fatia da população livre, no entanto, o recenseamento de 1872 demonstra uma queda significativa na quantidade de homens e mulheres livres que se posicionavam nessa faixa da estrutura ocupacional. Ao mesmo tempo, o recenseamento aponta um grande crescimento dos chamados assalariados sem profissão declarada, provocado pela migração de parte considerável dos artesãos e operários de profissão declarada para a condição de assalariado. Isso representou uma intensificação do processo de semi-proletarização da força de trabalho livre a partir da década de 1870⁴⁵. (LIBBY, 1988)

Na medida em que uma parcela considerável dos artesãos e operários com profissão declarada passava a ocupar um degrau abaixo na estratificação social da estrutura ocupacional, a posição social dos que se mantiveram como artesãos e operários qualificados foi fortalecida, pois passava a ser composta por um grupo mais seleto. Assim sendo, passava a existir uma separação dos artistas mecânicos em duas classes. Um pequeno grupo que conseguiu manter-se em sua atividade original, agora valorizada, e uma maioria que precisou se proletarizar, abandonando sua atividade original.

A importância econômica dos artesãos que mantiveram sua atividade original pode ser dimensionada a partir da análise da posse de escravos.⁴⁶ Na região Metalúrgica/Mantiqueira, essa categoria ocupa o segundo lugar geral da propriedade do contingente de escravos e o primeiro lugar entre os proprietários de atividades não-agrícolas. Cerca de 32% da massa total de escravos estava nas mãos desses artistas mecânicos, número muito próximo da porcentagem do plantel dos proprietários agrícolas que detinham cerca de 43% do número de cativos⁴⁷.

⁴⁶ O anexo 1 traz um quadro demonstrando a organização da estrutura ocupacional em Minas Gerais em 1872.

⁴⁷ Vale lembrar que as atividades agrícolas possuíam na época os grandes plantéis de mancipios. Esta participação dos “artesãos e operários de profissão declarada” na posse de escravos não é comum nas outras regiões da Província. Somente na região do Jequitinhonha-Mucuri-Doce é que a participação da categoria na posse de escravos é tão relevante, ocupando o primeiro lugar entre os proprietários. Nas demais regiões, a quantidade de escravos pertencentes aos produtores eminentemente agrícolas era muito superior. Os escravos pertencentes aos “artesãos e operários” poderiam, segundo LIBBY (1988), ser utilizados em outras atividades, como a agricultura, mas a maior parte atuava como auxiliar nos ofícios de seus mestres-donos.

Em contrapartida, o processo de semi-proletarização que atingiu a maior parte dos artistas mecânicos nas últimas três décadas do século XIX pode ser verificado também pela participação do setor na ocupação da mão-de-obra dos setores produtivos não-agrícolas do período. Os trabalhadores em madeira, em metais e em vestuário, que provavelmente exerciam um ofício como artista mecânico, ocupavam respectivamente primeiro, segundo e terceiro lugares na ocupação da mão-de-obra masculina em 1872; à frente dos trabalhadores em mineração, que ocupavam o quarto lugar e dos trabalhadores em edificações que ocupavam o sexto lugar. (LIBBY, 1988)⁴⁸

No momento da criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana e do Liceu de Artes e Ofícios, em 1886, a parcela livre representava a maior parte da população e o processo de semi-proletarização da mão-de-obra avançava com o aumento dos indivíduos assalariados. Essas transformações redefiniram o papel social dos artistas mecânicos através de duas perspectivas. A menor parcela desses artistas, que conseguiu manter-se exercendo seus ofícios sem ser absorvida pelo movimento semi-proletarização, afirmou-se gradualmente como proprietários de escravos, posição determinante em um sistema escravista. A maior parcela dos artistas foi obrigada a abandonar seus ofícios ou exercê-lo como trabalhador assalariado nas pequenas indústrias que surgiam gradativamente nas três últimas décadas do século XIX em Minas Gerais. Nesse contexto, a criação do Liceu de Artes e Ofícios poderia ter representado a possibilidade de preparar a parcela semi-proletarizada dos artistas mecânicos para enfrentar sua nova condição de proletário, garantindo-lhe a perspectiva de inserir-se na nova realidade do mundo do trabalho de forma mais competitiva e segura. Ao mesmo tempo, serviria para reposicionar a parcela dos artistas mecânicos que não se proletarizou, colocando-os em um patamar da hierarquia social que estivesse de acordo com a sua privilegiada condição econômica.

⁴⁸ O autor classificou sete setores produtivos não agrícolas: trabalhadores em metais, madeira, calçados, vestuários, edificações, couros e peles e mineiros. Em uma sociedade em que a produção em série de artigos de uso cotidiano como roupas e sapatos, por exemplo, só existia de forma rudimentar, a emergência dos trabalhadores que atuavam com qualidade nestes setores parece evidente. Sapateiros e alfaiates eram indispensáveis naquele contexto. Carpinteiros e marceneiros eram fundamentais para a fabricação de móveis e congêneres em um momento em que a utilização do ferro é ínfima.

2.3 - o Liceu de Artes e ofícios e a República: usos e apropriações da escola do trabalho em sua fase republicana.

Em 1897, a Sociedade Artística Ouro-Pretana continuaria sua trajetória no novo prédio construído no centro de Ouro Preto. Os discursos proferidos na sessão inaugural do edifício continuavam a valorizar a importância do ensino profissional para a formação dos artistas mecânicos. Apesar de não abandonarem totalmente a perspectiva assistencialista, os discursos aproximavam-se mais da perspectiva do progresso moral e material. O ensino oferecido pelo Liceu passava a ser visto como essencial para especializar o trabalhador e inseri-lo como personagem importante do progresso republicano e industrial.

Na inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, no dia 23 de março de 1897, destacavam-se as tentativas das elites e dos artistas mecânicos de inserir o ensino profissional no projeto republicano de escolarização. O evento contou com muita pompa. A banda de música do 1º batalhão do corpo policial executou diversas partituras em homenagem ao Presidente do Estado, Crispim Bias Fortes, presente no ato, e em nome do interesse do progresso e da proteção às letras e às artes.⁴⁹ Estava previsto também um sarau, cujos recursos angariados seriam revertidos à causa do Liceu. No entanto, a comemoração foi suspensa devido às derrotas sofridas pelo exército republicano no arraial de Canudos. O jornal Minas Gerais justificava o cancelamento do evento:

Devido à fase calamitosa de luto por que passa a república dos Estados Unidos do Brasil, já com o insucesso da nossa briosa falange do exército, nas inóspitas paragens do sertão da Bahia, em uma luta da qual depende a estabilidade e a consolidação das instituições democráticas do país e já com os preparativos de novos contingentes, em que a mocidade vai dar prova de seu inolvidável patriotismo, sacrificando no altar da pátria, a própria e a tão preciosa vida. (O MINAS GERAIS, 26 DE MARÇO DE 1897, p. 7)

Esse fato reforçava a aproximação da instituição com a república recém instituída.

⁴⁹ idem

Em meio ao clima da solenidade de inauguração, que reunia um misto de festa e luto, foram proferidos diversos discursos. Os principais oradores (Dr. Augusto de Lima, Professor da Faculdade de Direito de Ouro Preto; Senador Camilo de Brito, representante da Assembléia Legislativa do Estado; e Dr. Carlos Domício, Diretor da Escola normal de Ouro Preto) reverenciavam a importância do trabalho e das artes para o progresso da nação e da república e pontuavam a necessidade do Liceu para a modernização da cidade de Ouro Preto. O Liceu representaria, segundo as palavras do Professor da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, Dr. Carlos Domício

a célula da vida futura da cidade histórica rejuvenescida pelo trabalho, cujos seios de ferro e de preciosos minérios, anunciam no correr dos tempos a nova era industrial de riquezas sem par, sucedânea de um passado remoto, em que a primazia no luxo, no saber e nos requintes de uma civilização apurada coube-lhe sem contestação, entre as demais cidades do Brasil. (O MINAS GERAIS DE 26 DE MARÇO DE 1897, p. 7)

O trabalho, tema fundamental do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto é elevado à condição de fator preponderante para a cidade. Por meio dele, Ouro Preto seria “rejuvenescida pelo trabalho”, possibilitando a concretização do ideal de modernização da cidade, ao mesmo tempo em que resgataria o luxo de um passado de ouro. Através do ensino para o trabalho, a cidade de Ouro Preto passaria a contar com mais um elemento no seu projeto de modernização urbana e de inserção do município nas novas relações capitalistas que surgiam.

Para isso, o Liceu reafirmava a figura do trabalhador como a essência da sua existência. Educar o trabalhador fazia parte do projeto de progresso que as elites empreendiam naquele momento, buscando acompanhar as transformações que ocorriam na relação capital e trabalho. Em todos os discursos, os trabalhadores manuais são valorizados, principalmente aqueles que trabalhavam em harmonia com a ordem e o progresso.

No início da república, as expectativas em torno do Liceu trazem um elemento novo: a resistência à organização do movimento operário. O papel educacional do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto passava a ter um aspecto harmonizador, instruindo o trabalhador a exercer seu trabalho em prol do progresso e do desenvolvimento do

Estado e da nação, sem desvirtuar a “ordem natural da sociedade” como faziam os “sangrentos” movimentos socialistas da Europa. “As lutas pacíficas do trabalho operam a confraternização humana, prendendo os povos a uma família única, por um laço de solidariedade moral que os séculos não aniquilam jamais” (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

A tentativa de neutralizar qualquer ímpeto de conflito entre operários e proprietários perpassava quase todas as falas. O representante dos alunos da Faculdade Livre de Direito, no seu discurso proferido na inauguração do novo prédio do Liceu, é o mais enfático e menos metafórico nesse sentido, ao afirmar que

É o socialismo. É ele que corre hoje através da Europa moderna e que, como o furacão tempestuoso, atravessa os campos e as cidades, abalando tudo, principalmente a sociedade, mais do que tudo ameaçada pela sua marcha tormentosa; é o socialismo que baixando a pouco da esfera da especulação e do sonho, deixa de ser considerado um devaneio, uma utopia e vai, na sua marcha lenta, mas segura, tornando-se uma realidade assustadora para o burguês que a teme. (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

O trabalho é considerado nos discursos como uma dádiva que nobilita a todos, independente da origem de classe a que pertençam. Burgueses e trabalhadores, artistas mecânicos, plásticos ou liberais tinham no exercício pacífico de suas funções laborativas a possibilidade de engrandecer a nação e a nova república que buscava se consolidar. A tendência harmonizadora encontrada nos discursos proferidos na inauguração do Liceu apontava para os interesses das elites em naturalizar a exploração inerente às relações de trabalho do capitalismo, afirmando a divisão social do trabalho como algo natural, incontestado e imutável. Sob tal perspectiva, a instrução popular cumpria um papel importante. O trabalhador livre educado se tornaria um trabalhador dócil e moralizado, distante dos conflitos perniciosos e viciosos que aconteciam em alguns países europeus. Assim, “educar o operário, prepará-lo para ser útil à família, à pátria, à humanidade, é o melhor serviço que se pode prestar a uma nação.” (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4) Na nova sociedade que surgia, o povo educado teria “um conhecimento claro de si, de suas responsabilidades, do papel que ele é chamado a desempenhar nas sociedades modernas”. (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

O Liceu de Artes e Ofícios poderia, nesse sentido, oferecer uma contribuição específica na medida em que cumpria duas funções, que ao se aliarem e se complementarem, se constituiriam em um instrumento poderoso de contenção dos ímpetos e das ambições das massas trabalhadoras: ensinar as letras e o trabalho. Isso seria a possibilidade ideal de formar um cidadão menos ignorante e mais trabalhador, um indivíduo adaptado aos novos tempos que surgiam no horizonte do progresso que a república vislumbrava. As palavras do Dr. Augusto de Lima, na inauguração do prédio do Liceu, corroboravam, mais uma vez, essa perspectiva:

Ensine ao povo ler – porque lhe dareis a consciência dos deveres e dos direitos que a sociedade lhe reconhece; ensine ao povo trabalhar e lhe dareis a suprema riqueza, fundando o Estado em bases tão solidas e indestrutíveis que a ação do tempo não poderá derrocá-lo (...) Assim, os trabalhadores vão adquirir hábito constante do trabalho manual , especialista segundo as aptidões de cada um. (O MINAS GERAIS, 26 DE MARÇO DE 1897, P.3)

A intenção do Liceu de Artes e Ofícios, enquanto escola do trabalho, também deveria estar relacionada com o progresso material da sociedade. Nesse aspecto, especializar o trabalhador manual significava dotar a incipiente indústria de braços mais eficazes e produtivos. O desenvolvimento industrial de Minas Gerais, que na última década do século XIX era relativamente vigoroso, sobretudo nas áreas da mineração industrial, da siderurgia e da indústria têxtil, necessitaria de mão-de-obra especializada para cumprir sua vocação de crescimento. Como apontava o senador Camilo de Brito, na inauguração do edifício do Liceu, o vigor da indústria “será tanto mais forte, quanto mais aparelhadas forem as forças para o trabalho”. (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, acirrou-se a concorrência entre as nações civilizadas européias no que tange à produção de artefatos científicos e tecnológicos. As exposições universais ficavam a cada ano mais concorridas⁵⁰ e o Brasil esforçava-se para participar dos eventos e inserir-se no

⁵⁰ As exposições universais apresentavam as novidades técnicas e científicas produzidas nos países. Ao longo do século XIX, as mesmas ganharam importância, passando a significar um instrumento na corrida tecnológica da época. As exposições representavam uma forma efetiva dos países se imporem política e economicamente. Neste sentido, Plum resume a importância destes eventos. “naquela época (século XIX) em que ainda não se dispunha da quantidade de possibilidades de formação e de informação que existem

cenário das nações civilizadas pela via da produção técnica e científica. O ensino profissional, ao qual o Liceu estava ligado, era visto pelas elites como uma possibilidade real de desenvolver a produção de artefatos técnicos. O senador Camillo de Brito expunha no seu discurso, no momento da inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios, o desejo de ver os destinos do Liceu de Artes e Ofícios atrelados ao progresso material:

O Brasil industrial dirige na exposição de 1896 as primeiras saudações ao Brasil agrícola. Ergue-lo ao convívio das nações onde primam os artefatos; aproveitar os mananciais de riquezas promissoras de novos progressos; converter os brilhantes, as esmeraldas, as ametistas de sua roupagem majestosa em instrumentos de produção; dotar as cidades de ferro do alento das fábricas – eis a missão nobilíssima dos poderes públicos. (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

Os propósitos de alcançar o progresso material através da educação, especificamente da instrução popular e fazer desta um instrumento para alcançar uma nação civilizada e ordeira, perpassou os discursos dos intelectuais e políticos que pensaram a educação republicana. Nesse sentido, o deputado mineiro Mendes Pimentel, propositor da lei que instituiu o ensino profissional primário em Minas Gerais conclamava seus pares a empenhar-se pela causa da instrução popular e profissional:

É preciso que nós homens públicos e, portanto, previdentes procuremos desde já incorporar o proletariado à nação, é imprescindível que desde já envidemos todo o esforço patriótico para educar o operário na escola do trabalho e do cumprimento dos deveres cívicos. (PIMENTEL, 1896 *apud* GONÇALVES E CHAMON, 2008, p.13)

Esse espírito republicano também esteve presente nos discursos da solenidade de inauguração do Liceu de Artes e Ofícios. A tendência das falas nos leva a pensar que o

atualmente, as exposições universais internacionais brindavam a opinião pública interessada com uma imagem ampla e clara da progressiva tecnificação. O valor pedagógico e a significação ideológica destas mostras espetaculares na época da incipiente sociedade industrial eram de um nível extraordinariamente elevado. Não por causalidade efetuaram-se, com breves intervalos, numerosas exposições mundiais, precisamente naquela fase, em que a burguesia industrial estava empenhada em chegar a dominar o mundo e, inclusive, a criar um mundo à sua imagem e semelhança”. (PLUM, 1979, p.10)

Liceu de Artes e Ofícios, naquele momento, com onze anos de existência, projetava as perspectivas republicanas. No seu discurso, o senador Camillo de Brito chamava os proletários e artistas a fazerem parte dos ares republicanos da escola, representados pelo progresso e pelo amor ao trabalho. Assim o senador afirmava que

o Liceu de Artes e Ofícios é para eles (os operários) o sol do firmamento. Venham fita-lo de perto que os raios longe de ferirem a retina iluminam o caminho do trabalho, da glória e do templo onde Deus acolhe os obreiros que no fim do dia deixam as oficinas, aos últimos trenós do hino do amor a republica onde rendem à força, o direito, o pensamento, a sabedoria, a luz e o coração brasileiro a pulsar no seio de uma república belíssima. (O MINAS GERAIS, 24 DE MARÇO DE 1897, P.4)

Inaugurado, o prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto passaria a representar um importante símbolo da arquitetura moderna, a qual uma parte da elite ouro-pretana buscava implantar na antiga capital de todos os mineiros. Além de contribuir para a transformação da paisagem cultural da cidade de Ouro Preto, o prédio do Liceu passaria também a abrigar eventos e manifestações de diversas entidades da cidade. A relação com tais entidades (blocos carnavalescos, clubes operários e literários, entre outros) demonstrava que a relevância social da instituição foi consideravelmente maximizada depois da construção do seu prédio próprio.

As associações operárias também encontravam nas dependências do prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto abrigo para suas reuniões, assembléias e manifestações políticas e/ou sociais. Em anúncio publicado no jornal “A cidade”, de 23 de abril de 1902 (A CIDADE, 23 DE ABRIL DE 1902, P.3), a Sociedade Operária⁵¹ convidava seus sócios para participar de uma sessão ordinária nas dependências da escola. No mesmo ano, no dia 21 de maio era instalado em uma das salas do prédio do Liceu de artes e ofícios o Centro Operário Internacional⁵².

⁵¹ A Sociedade Operária reunia em seus quadros, operários que trabalhavam nas primeiras fábricas instaladas em Ouro Preto a partir da década de 1880.

⁵² O Centro Operário internacional tinha sede no Rio de Janeiro e foi fundado em 1892. Participou intensamente do cenário político da capital federal durante toda a república velha. De orientação socialista, alguns centro também atuavam como entidades de auxílio mútuo. Os centros operários foram fundado em outras capitais como Porto Alegre e como vimos, também em Ouro Preto, em 1902. CF. CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1984.

A relação do Liceu com o movimento operário da época é no mínimo instigante. Não é possível afirmar que o Liceu transformou-se em parceiro dos operários nas suas lutas de classe, mas os indícios deixados convidam para um aprofundamento da pesquisa nesse sentido, o que poderia contribuir para a compreensão histórica das relações políticas dos operários mineiros do início do século XX com o ensino profissional. A participação dessas associações operárias no cotidiano do Liceu demonstra que a instituição afastou-se em certa medida das intenções das elites de constituir uma escola para preparar um operário dócil e distante dos conflitos de classe. Tal dinâmica nos remete à reflexão das apropriações que os sujeitos podem fazer dos modelos que lhes são impostos. Os artistas mecânicos, ao transformarem o Liceu em um ambiente que privilegiava a organização dos seus interesses, faziam um uso diferente daquilo que as elites propunham para a instituição. Dessa forma, os trabalhadores estabeleceram táticas de apropriação específicas e diferenciadas das estratégias de imposição determinadas pelas elites. Segundo Michel de Certeau (2000), as táticas de apropriação se constituem como maneiras de fazer peculiares daqueles que se apropriam dos modelos impostos. Nesse caso, os artistas mecânicos ao utilizarem o prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto para defender seus interesses, operavam no espaço daqueles que tinham o poder da imposição: as elites que participaram do projeto de constituição do Liceu enquanto escola. Em uma ação de astúcia e de certa ousadia, os artistas mecânicos apropriaram-se das prescrições e materialidades impostas pelas estratégias de imposição das elites, redimensionando e moldando a instituição de acordo com as suas expectativas.

Ao abrir as portas do seu prédio para as organizações operárias, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto se aproximava da necessidade dos trabalhadores em se organizarem para enfrentar a realidade conflituosa das relações capital e trabalho. Em uma instituição criada com o objetivo de adaptar o trabalhador à ordem burguesa, esse mesmo trabalhador estabelece uma “trincheira de luta”. Segundo Irlen Gonçalves (2006), as táticas de apropriação são feitas no lugar daqueles que estabelecem a imposição, por ausência de um lugar próprio, como afirma Certeau (2000, p.100), “a ação de apropriação é calculada pela ausência de um lugar próprio”. O jogo precisa ser jogado no campo do adversário, onde as possibilidades de ganho são maiores na medida em que é possível aproveitar das “falhas que as conjunturas vão abrindo na vigilância do

proprietário”. No lugar do outro, aqueles que se apropriam, conseguem surpreender seus impositores, pois conseguem “estar onde ninguém espera”. (GONÇALVES, 2006)

Esse movimento, pautado nas estratégias de imposição e nas táticas de apropriação, também aparece em uma nota publicada no jornal “o typographo”, em 1893, quatro anos antes da inauguração do prédio. A Sociedade Operária pedia na publicação

ao benévolo e provecto povo mineiro a sua valiosa atenção, apresentando-lhe a um assento na câmara dos deputados o senhor Candido Eloy Tassara de Pádua, antigo servidor do Estado, que vem pugnar pela restituição das aposentadorias dos empregados públicos e pela criação em diversos municípios mineiros de liceus de artes e ofícios e pelo fortalecimento do Liceu da capital. (O TYPOGRAPHO, 14 DE OUTUBRO DE 1893, P. 2)

O apoio da Sociedade Operária à candidatura do postulante estava condicionado ao fortalecimento dos liceus de artes e ofícios. Esse fato nos leva a pensar que o movimento operário poderia ter o ensino profissional, especificamente os liceu de artes e ofícios, como uma de suas bandeiras de luta.

Ao largo do posicionamento do Liceu de Ouro Preto nas lutas políticas e trabalhistas, a sociedade ouro-pretana, ao que parece, reconhecia a instituição como uma participante legítima e importante do quadro social da cidade. Diversos jornais, ao noticiarem os eventos sociais mais relevantes da época, relatavam a presença de representantes do Liceu de Artes e Ofícios nas solenidades. Professores, diretores e alunos eram figuras constantes na vida social de Ouro Preto, desde a fundação da escola em 1886. Em algumas dessas solenidades, os representantes do liceu proferiam discursos e eram oradores. O posto de orador era franqueado pela instituição anfitriã apenas aos mais eméritos convidados. O jornal “A Ordem” de 13 de dezembro de 1892, ao cobrir jornalisticamente a inauguração da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto, relatava:

Cliantho Jequiriça (representante do Liceu de artes e ofícios) adolescente ainda foi o mais jovens dos oradores da esplêndida inauguração, sendo por isso mesmo ouvido com simpatia especial e

confirmado a conhecida vivacidade de sua bonita e prometedora inteligência (A ORDEM, 13 DE DEZEMBRO DE 1892, P.3).

A análise da trajetória do Liceu de Artes e Ofícios nos primeiros anos após a inauguração do seu edifício demonstra o papel que a instituição passou a exercer no cenário social da cidade de Ouro Preto. A instituição consolidou-se no cenário do ensino profissional na região sob a perspectiva de que o ensino de um ofício e das primeiras letras ofereceria a possibilidade de transformar o trabalhador pobre em um cidadão, provido dos direitos e deveres que a lei burguesa da recente república o auferia. Nesse movimento, a construção do moderno edifício do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto representou a efetivação da apropriação do ensino dos ofícios pelo aparato escolar. No interior desse prédio, aconteceria um movimento de escolarização diferente do movimento de escolarização da instrução elementar em curso naquele momento. O objetivo do Liceu era aliar o ensino das primeiras letras ao ensino para o trabalho, ofertando, sobretudo aos setores mais pobres, os princípios da técnica de determinados ofícios que até então eram ensinados de outra maneira, em outros espaços, principalmente nas oficinas dos mestres desses ofícios.

O próximo capítulo procura analisar a instituição escolar do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto a partir da investigação dos seus sujeitos, dos seus tempos e espaços, do seu currículo e dos saberes ensinados e produzidos na instituição.

CAPÍTULO III

UM LICEU PARA O TRABALHO.

“Dai-me, dai-me este fio de erva, este pequeno seixo e esta lasca de ferro que eu os transformarei em obras de primor”

Dr. Augusto de Lima, citando provérbio grego, na solenidade de inauguração do prédio do Liceu de Artes e Ofícios, em 1897.

Para os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema da história das instituições e da cultura escolar nos últimos anos, a análise da estrutura interna da instituição escolar pode permitir compreender as várias implicações, dimensões e representações que os sujeitos envolvidos no fenômeno da escolarização estabelecem no cotidiano da escola e nas relações da escola com a sociedade em um dado período histórico. Partindo destas considerações, esse capítulo apresenta e analisa a estrutura interna de funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

A partir do diálogo com as categorias analíticas da história das instituições, busca-se aqui refletir sobre questões como: quem eram seus professores e alunos? De que forma o liceu organizava seu currículo? Qual era o método de ensino utilizado? Como era estruturada fisicamente a escola? Como a escola se mantinha financeiramente? Quais eram as lutas e disputas existentes no cotidiano da escola? Como a escola se relacionava institucionalmente com a cidade e com as outras instituições do campo educacional de Ouro Preto? Essas questões foram pensadas principalmente à luz dos discursos feitos pelos intelectuais e pelos artistas mecânicos no momento da inauguração do prédio próprio do Liceu, em 1897, e da documentação interna da escola encontrada, referente aos anos de 1906 a 1910 e das décadas de 1930 e 1940. A análise e a crítica dessa documentação poderão permitir abrir parcialmente a “caixa preta” da instituição e compreender fragmentos da cultura escolar que a instituição produziu. Isso pode nos permitir compreender o funcionamento do Liceu no período republicano e verificar as aproximações e distanciamentos que a instituição teve do projeto republicano de educação e de ensino profissional. Para cumprir esse objetivo, foram analisados os sujeitos escolares, os tempos e espaços escolares, a materialidade da escola no que se refere ao seu financiamento e o currículo e saberes ensinados e produzidos pela instituição.

3.1 - Os sujeitos do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

A Sociedade Artística de Ouro Preto, quando da sua criação em 1886, era formada por membros das mais diversas classes sociais. Aparecia nos seus quadros em número de sessenta e cinco artistas mecânicos, profissionais liberais, homens de imprensa, funcionários do governo provincial e professores. O presidente da Sociedade, Miguel Antônio Tregellas, era um respeitado marceneiro, que possuía uma das maiores oficinas de marcenaria de toda a Província. Seus trabalhos, principalmente castiçais e oratórios, ornamentavam algumas das mais importantes Igrejas de Ouro Preto e outras cidades da região. (O LIBERAL MINEIRO, 27 DE MARÇO DE 1886, P.4)⁵³

Entre os demais diretores, conseguimos identificar a ocupação de alguns: Antônio de Paula Felicíssimo era marceneiro, Honório Esteves do Sacramento, artista plástico e Adolpho Tymburibá, intelectual, jornalista e escritor.

A primeira diretoria da Sociedade Artística Ouro-Pretana era assim constituída: Diretor – Miguel Antônio Tregellas; Vice-Diretor – Emílio Balena; 1º secretário – Antônio Nicolau de Paula Felicíssimo; 2º Secretário – Adolpho J. Tymburibá; Orador – Honório Esteves do Sacramento; Tesoureiro – Ludovico F. Vellozo; Procurador – Florencio J. do Carmo; Conselheiro – José J.G. Simões; Dito – José pinto de Souza Júnior. (A PROVÍNCIA DE MINAS, 27 DE MARÇO DE 1896, P.3). Não foi possível precisar a ocupação de todos os membros da diretoria.

A diretoria da Sociedade era eleita para um mandato de um ano para dirigir a Sociedade Artística e o Liceu de Artes e Ofícios, podendo seus membros serem reconduzidos aos respectivos cargos ou serem remanejados para outros cargos dentro da mesma diretoria. As eleições se procediam em assembléias anuais. Nessas reuniões, todos os sócios da Sociedade podiam votar e ou ser votados, sendo os vencedores conduzidos aos cargos por aclamação ou por maioria dos votos. Tal procedimento também ocorria para a escolha dos representantes do conselho deliberativo da instituição. Com exceção dos cargos de diretor, vice-diretor e 1º secretário, havia uma grande rotatividade de membros na ocupação das demais funções da diretoria. Esse fato

⁵³ Estas informações foram encontradas em um anúncio da oficina de Miguel Antonio Tregellas no jornal.

nos permite entender que a Sociedade Artística e o Liceu eram conduzidos efetivamente pelos ocupantes dos três cargos mais importantes, que tinham um compromisso maior com a instituição, para garantir o funcionamento da mesma ao longo dos anos. Os outros cargos eram exercidos eventualmente por colaboradores da causa, que dificilmente mantinham-se nestes cargos por mais de um mandato.⁵⁴

Após 1910, com a morte do fundador e diretor Miguel Antônio Tregellas, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto passou a ser conduzido pelo artista mecânico Carlos Gregório. Gregório sempre esteve presente na trajetória do Liceu desde sua fundação em 1886. No momento que assumiu a diretoria da instituição, o artista já acumulava as funções de secretário, professor de desenho e chefe das oficinas de tipografia e encadernação por ele fundadas em 1900 (LIVRO DE ATAS DO LICEU. REUNIÃO DO DIA 17/4/1910 – AHCP). As múltiplas funções exercidas por esse sujeito corroboram o fato de que a instituição funcionava de maneira precária, sem recursos suficientes para compor seus quadros funcionais. Afinal, o Liceu de Ouro Preto era uma instituição pública não estatal, que sobrevivia através de doações de seus beneméritos e uma pequena verba concedida pelo Estado.

A presença do diretor Gregório mantinha o Liceu com o vigor que o havia sustentado nos anos em que seu antecessor, Miguel Tregellas, esteve à frente da escola. A presença marcante dos diretores na condução dos destinos do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto demonstra que a instituição valia-se enormemente da dedicação individual desses sujeitos. Isso não significava que o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi conduzido apenas por esses indivíduos. Certamente, a trajetória da escola estava envolvida em um processo sócio-histórico em que diversos sujeitos coletivos e individuais contribuíram para a sua constituição. No entanto, é preciso ressaltar o papel de determinados sujeitos que tiveram uma presença fundamental na instituição.

Envolto em um ambiente de dificuldades financeiras e estruturais, o Liceu manteve-se tendo um papel importante na sociedade ouro-pretana nas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, graças ao esforço dos seus

⁵⁴ Os jornais da época publicavam anualmente os editais das assembléias anuais da sociedade artística Ouro-Pretana e suas respectivas diretorias eleitas. Nestas fontes foi possível auferir que o Diretor Miguel Tregellas continuou à frente da instituição até 1897. O vice-diretor José Gonçalves Simões e o 1º secretário Antônio Carlos Gregório, que tomaram posse em seus cargos em 1888, também continuaram nas respectivas funções até 1897. Outras fontes, referentes à documentação interna do liceu de artes e ofícios dão conta de que o diretor fundador esteve na função de diretor até 1909, ano de sua morte. A partir de então assumiu o cargo, o 1º secretário, Antônio Carlos Gregório, que na data ocupava a vice-diretoria da escola.

dois diretores fundadores, Tregellas e Gregório, que eram considerados os responsáveis pela continuidade do funcionamento da escola por mais de 50 anos.

Em 1915, uma concorrida solenidade festiva homenageou o trabalho dos dois diretores. No salão nobre do prédio do Liceu de Artes e Ofícios, eram inaugurados os retratos dos diretores Miguel Tregellas e Carlos Gregório. Tal homenagem forjava uma memória heróica dos condutores da instituição. O primeiro recebera a homenagem postumamente e o segundo a recebera na condição de ancião. O “exímio artista, estimadíssimo na nossa escala social”, naquele momento preparava-se para deixar a direção do Liceu. (LIVRO DE ATAS DO LICEU. REUNIÃO DO DIA 12/6/1915 - AHCP) Em 1916, um ano após a homenagem recebida, Carlos Gregório pede aos sócios do Liceu que não indicasse seu nome para ocupar a direção da instituição. No entanto, seu pedido foi negado e o diretor ficaria à frente do Liceu por mais quatro anos. (LIVRO DE ATAS DO LICEU. REUNIÃO DO DIA 31/1/1916. – AHCP) Após a morte do diretor Carlos Gregório, em 1928, toda a diretoria da instituição foi mudada. Membros da sociedade ouro-pretana que não tinham relação com a instituição a assumiram, conduzindo-a até o momento do seu fechamento definitivo em 1953.

Diferentemente de parte da diretoria, nos primeiros anos da instituição, os professores do Liceu não eram artistas mecânicos. As cadeiras de primeiras letras, francês, português e aritmética, que eram as disciplinas oferecidas no momento da constituição da escola, eram lecionadas por membros da elite intelectual da época. Esse fato nos leva a pensar na presença da dicotomia entre trabalho manual e intelectual presente na cultura da sociedade que assistiu à constituição do Liceu. Nas últimas décadas do século XIX, o trabalho manual ainda era considerado “coisa de escravo”. Apenas as atividades laborativas que não exigiam esforços manuais eram consideradas nobres. Dessa forma, seria difícil encontrar, naquele momento, artistas mecânicos letrados, ou seja, capazes de oferecer as disciplinas que exigiam tal capacitação, pois, por sua origem de classe, não freqüentaram os institutos de formação das elites da época. Os artistas mecânicos começaram a ensinar no Liceu de Ouro Preto somente depois que a escola passou a possuir oficinas, na primeira década do século XX. Os mestres que lecionavam as cadeiras relacionadas ao ensino dos ofícios eram artistas mecânicos, que durante o dia trabalhavam em suas oficinas. Nesse sentido, o diretor da instituição, em carta enviada ao secretário do interior em 6 de janeiro de 1906, afirmava que “nas poucas horas da noite, já cansados dos trabalhos do dia, é que em vez de algum

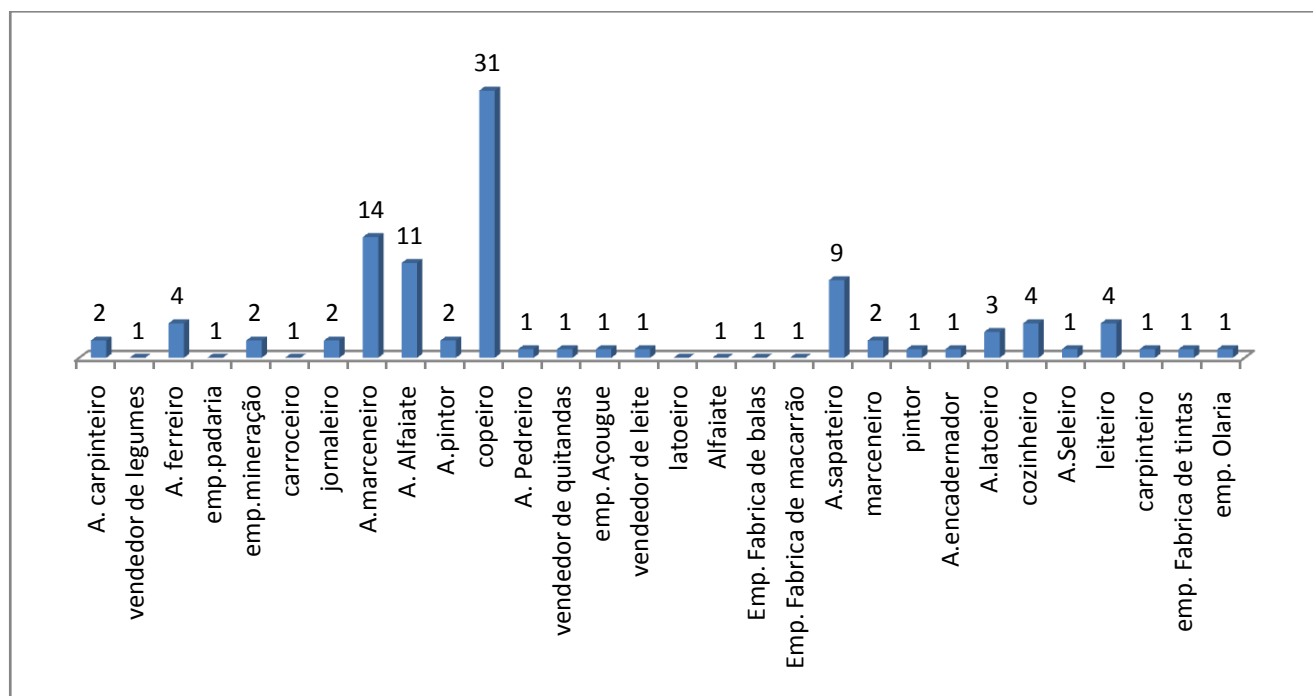
descanso, os professores se empregam a servir os seus irmãos que também laboram durante o dia para obter a honesta provisão para viver” (SI 2128).

Na primeira década do século XX, o Liceu, apesar de ser constituído para ser uma escola de ensino de ofícios, possuía oficinas ainda precárias e se dedicava principalmente a oferecer as disciplinas relacionadas ao ensino da leitura e da matemática.

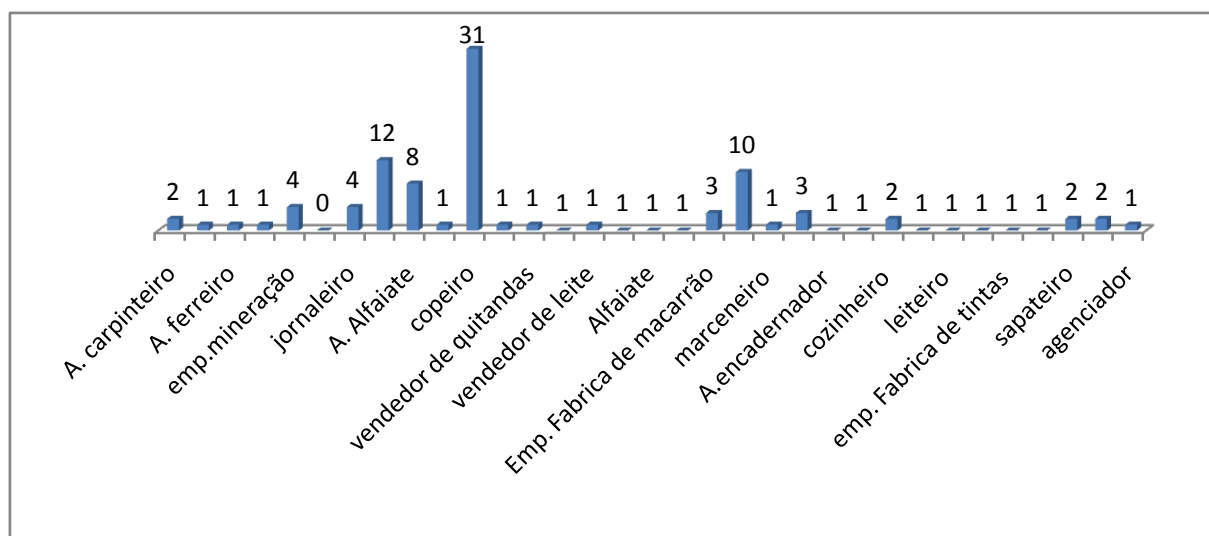
No que se refere aos alunos, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto recebia uma quantidade considerável de matrículas. Em 1906, vinte anos após a sua fundação, o diretor da instituição informava em carta ao secretário do Interior que a escola já havia recebido 3274 alunos, perfazendo uma média de 163,7 alunos matriculados por ano. (SI – 2128) Essa média pode ser confirmada pelas listas de frequência encontradas, que demonstravam ter tido o Liceu, em 1906, 188 alunos matriculados; em 1907 - 204 alunos; e em 1909, 114 alunos (SI -2128 e SI-2819). A quantidade de alunos que frequentavam a escola demonstrava a importância do Liceu na paisagem social e cultural da cidade. Diogo de Vasconcellos, ao comparar o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto com as demais instituições de ensino da cidade, atesta a grandeza do instituto ao afirmar que a média anual de matriculados representava cerca de 2% da população ouro-pretana em 1911. Esses números, segundo o autor, eram muito maiores que o número de alunas matriculadas na escola normal, que tinha uma média de 60 alunas matriculadas anualmente. (VASCONCELLOS, 1948, p.119)

Os alunos que freqüentavam o Liceu ouro-pretano eram trabalhadores que exerciam diversos tipos de ocupação e tinham idades que variavam entre 7 e 25 anos. De acordo com as palavras do diretor da instituição, em carta enviada ao secretário do interior no dia 10 de dezembro de 1909, esses alunos “que se ocupam nos labores do dia e que a noite vem receber no modesto estabelecimento do Liceu o pão moral para viver no seio da sociedade mais avançada” (SI-2128), compunham uma eclética estrutura ocupacional, como mostram os gráficos abaixo:

Ocupação dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 1º semestre de 1906.⁵⁵



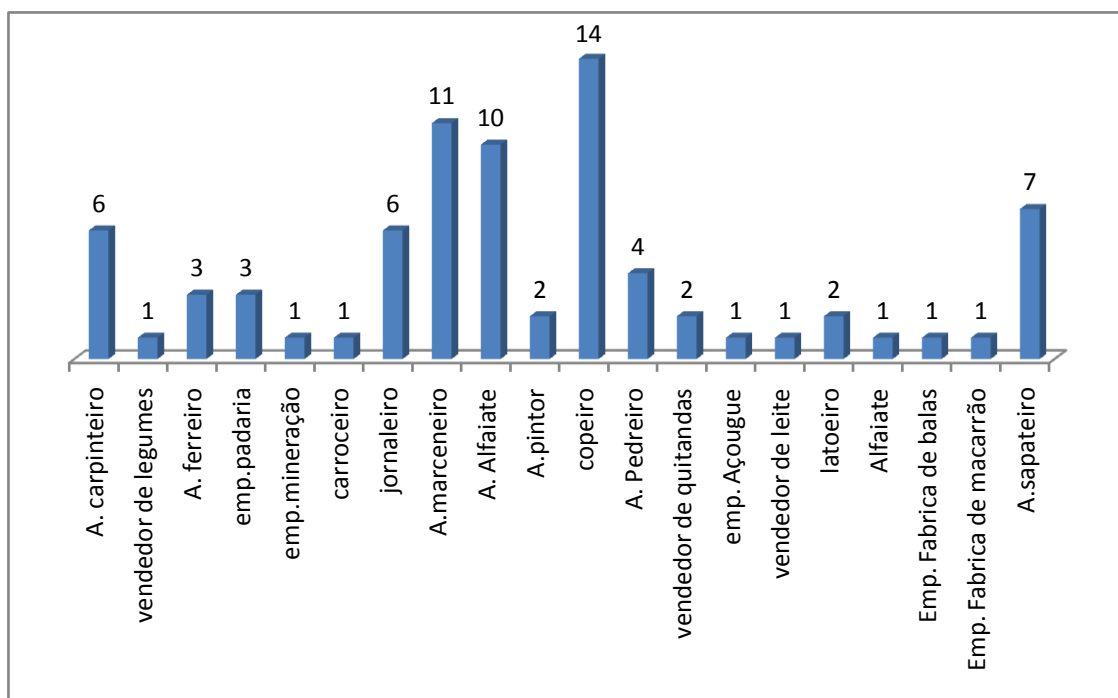
Ocupação dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 2º semestre de 1907.⁵⁶



⁵⁵ A letra A na frente da ocupação significa aprendiz e a sílaba emp. Empregado. Lista de frequência do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – SI – 2819 - APM

⁵⁶ A letra A na frente da ocupação significa aprendiz e o prefixo emp. significa Empregado. Lista de frequência do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – SI – 2128 - APM

Ocupação dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 2º semestre de 1909.⁵⁷



A estrutura ocupacional dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios matriculados nos anos de 1906, 1907 e 1909 demonstrava a origem de classe dos mesmos. Eram todos trabalhadores, que cumpriam suas atividades laborais durante o dia e seguiam para a escola no período da noite. O liceu, dessa forma, cumpria um dos seus objetivos essenciais, que era oferecer o conhecimento das primeiras letras e a noção das artes mecânicas aos alunos que não podiam frequentar o ensino normal diurno.

Os ofícios exercidos pelos alunos do liceu no cotidiano da cidade variavam entre as ocupações tradicionais da época (marceneiro, alfaiate, sapateiro, copeiro, vendedor) e as novas ocupações que surgiam com a inserção de novas formas de produção no mundo do trabalho (agenciador, encadernador, empregados das industriais).

Uma grande parte dos estudantes era formada por aprendizes dos ofícios tradicionais (marceneiro, sapateiro e alfaiate). Esses eram, segundo Colle Libby, alguns dos ofícios mais praticados na região em que se encontrava Ouro Preto, nas últimas décadas do Século XIX, ocupando respectivamente a primeira, a terceira e a quinta colocação na ordem de importância dos setores produtivos não agrícolas (LIBBY, 1988,

⁵⁷ A letra A na frente da ocupação significa aprendiz e o prefixo emp. significa Empregado. Lista de frequência do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – SI – 2128 - APM

p.87). Tendo em vista que esses estudantes já eram aprendizes de um ofício tradicional nas oficinas dos mestres de ofícios, quais seriam os motivos que os levavam para o interior do prédio da instituição em busca do aprendizado de um ofício?

A reflexão sobre essa questão nos leva a pensar nas imposições que o processo de escolarização estabelecia no funcionamento daquela sociedade. A escola passa a interferir em todas as dimensões sociais de uma cidade na medida em que, ao se impor institucionalmente, desqualifica as formas orais de organização e transmissão dos saberes e conhecimentos, obrigando os aprendizes a fazerem parte desse processo de escolarização, sob pena de não terem o devido reconhecimento profissional. (FARIA FILHO, 2003).

Assim, a escola, neste caso do Liceu de Artes e Ofícios, chama para si a responsabilidade de educar para o trabalho, utilizando-se da sua prerrogativa modernizadora e civilizadora para tomar as rédeas do processo de difusão dos conhecimentos em detrimento das formas orais de transmissão dos saberes, as quais diante da força progressista simbolicamente atribuída à escola passam a ocupar um lugar tradicional e ultrapassado, incompatível ao progresso que o futuro representava. Sob esse ponto de vista, nos mostra Vicent, Lahir e Thin (2001 p.30) que:

a escola como lugar específico, separada de outras práticas sociais (as práticas de exercício do ofício em particular), está vinculada à existência de saberes objetivados. A escrita que permite a acumulação da cultura até conservá-la ao estado incorporado torna mais e mais indispensável a aparição de um sistema escolar (...) a escola torna-se o lugar mais e mais central, o ponto e passagem obrigatório para um número cada vez maior de seres sociais que se destinam a tipos de atividades e posições sociais portanto muito diferentes. (VICENT, LAHIR E THIN, 2001, P.30 *apud* FARIA FILHO, 2003, P.89)

A análise das ocupações desenvolvidas pelos alunos do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto traz um aspecto instigante e curioso. A maior parte dos alunos exerce a função de copeiro. Essa função não pode ser considerada um ofício, pois não guarda um conjunto de técnicas específicas nem o domínio de saberes constituídos social e historicamente. (TOMASI E SILVA, 2007) O copeiro pode ser considerado um serviçal, um trabalhador doméstico, um funcionário desprovido das características

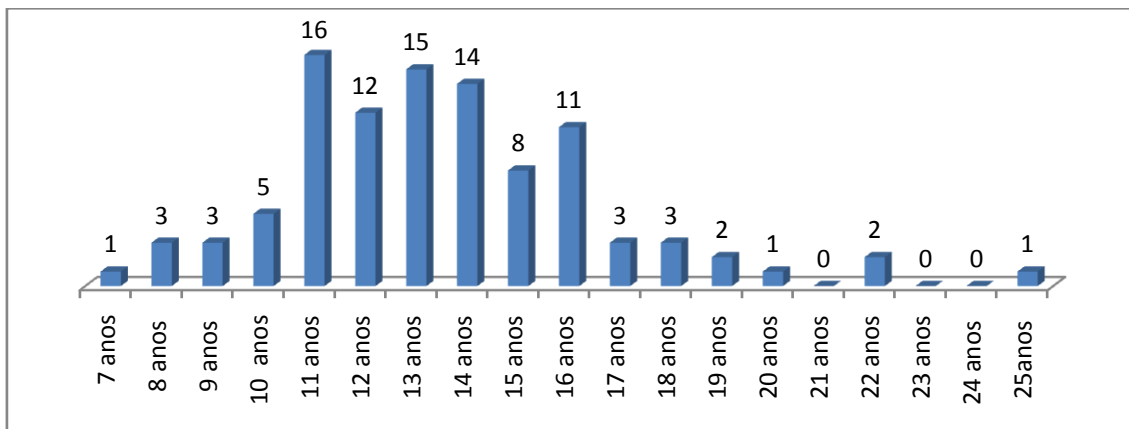
específicas de um artista mecânico ou um oficial. A ausência de dados não permite uma análise mais aprofundada e precisa dos motivos da grande presença dos copeiros no Liceu, mas é possível pensar que talvez a função de copeiro fosse uma oportunidade de trabalho em um momento econômico desfavorável para a cidade de Ouro Preto, que vivia as incertezas causadas pela mudança da capital para Belo Horizonte em 1897. Em 1907, o jornal *Diário do Povo* retratava a angústia dos ouro-pretanos em face da crise que se acumulava sobre a antiga capital:

Despida das velhas regalias de Capital, tem a velha Ouro Preto passado por fases difíceis e lutando com milhares de desembaraços para a manutenção de seu acreditado comércio depauperado, devido aos seguidos cortes que sofreu com a despopulação da cidade. O DIÁRIO DO POVO, 7 DE SETEMBRO DE 1907, p 3)

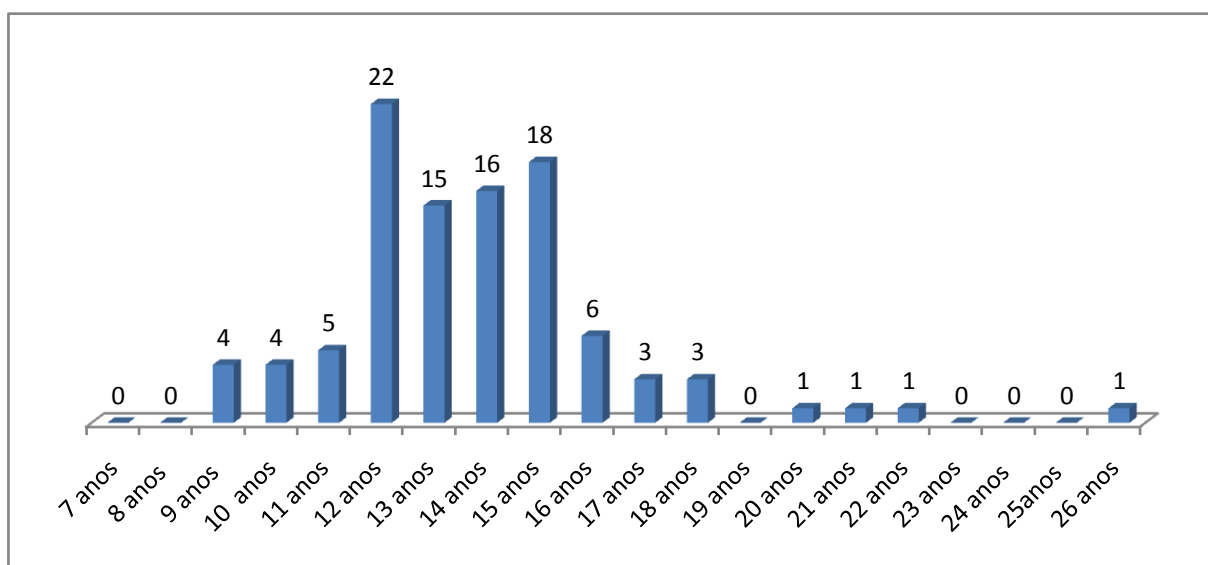
A decadência populacional e econômica de Ouro Preto na primeira década do século XX, certamente interferiu negativamente no mercado de ofícios tradicionais. Provavelmente, a demanda pelos serviços de marcenaria, carpintaria, alfaiataria e outros congêneres arrefeceram, obrigando os jovens trabalhadores buscarem níveis de formação mais sofisticados. A desaceleração dessas atividades pode ter empurrado os jovens para trabalhar nas residências por falta de oportunidades em outras ocupações. Desse modo, as aulas do Liceu poderiam ser uma possibilidade de formação em um dos ofícios que a escola oferecia (tipografia e carpintaria). Tal formação poderia facilitar a entrada desses jovens em ocupações mais rentáveis em um futuro próximo.

Com relação à idade, foram encontrados alunos em uma faixa etária entre os 7 e os 26 anos, com uma incidência maior para os alunos na faixa dos 12 aos 16 anos (ver gráficos na próxima página).

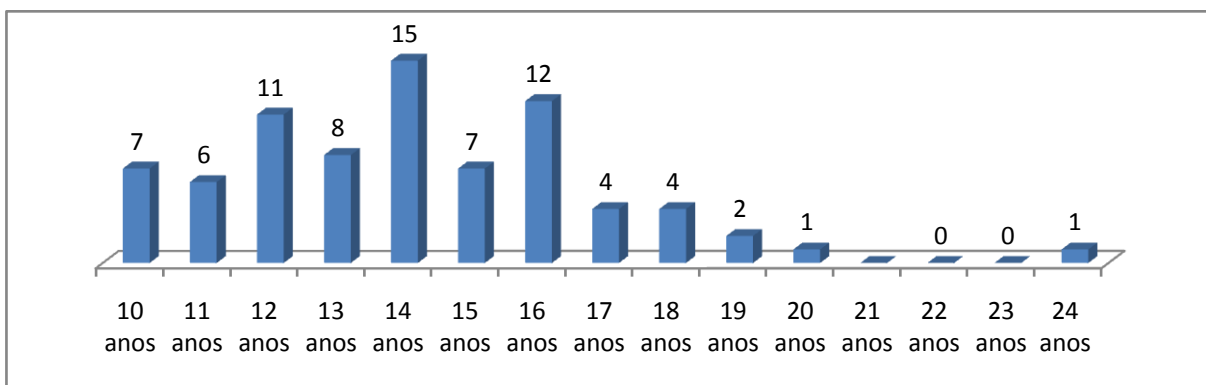
Idade dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 1º semestre de 1906.



Idade dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 2º semestre de 1907.



Idade dos alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto – 2º semestre de 1909.



Relacionando esses gráficos com os anteriores é possível perceber que os estudantes eram também trabalhadores. A correlação entre trabalho e infância nas décadas posteriores à abolição da escravidão, em 1888, se estabelecia como uma forma de garantir aos infantes pobres o afastamento da criminalidade e dos vícios. O próprio Estado considerava o emprego no trabalho como uma forma legítima de tutela de crianças pobres⁵⁸. Sob tal prisma, nos mostra Heloísa Maria Teixeira:

A idéia predominante para boa parte da sociedade ligava crianças pobres e trabalho como forma de evitar a marginalidade. Crianças na rua, portanto, precisariam ser encaminhadas aos juízes para lhes “arranjarem arrumação”. Em contraposição à rua, local perigoso e próprio à vagabundagem, configurava-se a possibilidade de regenerar moralmente a infância desvalida através da educação pelo trabalho. A ideologia do trabalho servia como estratégia de regeneração, controle social e ordenação urbana. (TEIXEIRA, 2006, p.20)

⁵⁸ De acordo com o código civil de 1890, implantado após a proclamação da república, a partir dos 14 anos, era obrigatório pagar soldo a todos os assoldados. No entanto, dos 7 aos 14 anos, a decisão das crianças assoldadas receberem algum dinheiro dependia dos juizes de órfãos. Estabelecia a legislação: ‘O Juiz dos Órfãos, quando julgar conveniente, poderá autorizar estas locações de serviços, não vencendo os menores soldada até a idade de quatorze anos, e obrigando-se simplesmente os amos á alimenta-los, vesti-los e trata-los nas enfermidades’. ‘Quem tiver criado órfãos até a idade de sete anos, e continuar á tê-los em sua companhia, não pode ser obrigado á pagar-lhes soldadas por serviços prestados até a idade de quatorze anos. Também não tem obrigação de pagar soldada os tutores ou mães dos órfãos que os conservarem em sua companhia, e se utilizarem de seus serviços. FREITAS. A.T. Esboço do Código Civil.

Assim, a grande presença de meninos de 10 a 14 anos nas ocupações laborativas era comum e legitimado socialmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.⁵⁹ Juntamente com o emprego no trabalho, a educação se apresentava como um instrumento fundamental na garantia da sobrevivência da infância desvalida. A grande maioria dos institutos, liceus e escolas voltados para o ensino profissional, fundados na segunda metade do século XIX ou nas primeiras décadas do século XX no Brasil, tinham como um de seus focos o amparo à infância desvalida, oferecendo-lhe a possibilidade de aprender um ofício que lhe garantisse a sobrevivência material. O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto não fugia dessa perspectiva assistencialista, que via o ensino profissional como possibilidade para a redenção da juventude desvalida e pobre.

Em diversas passagens dos relatórios dos diretores da instituição e dos responsáveis pela educação na cidade de Ouro Preto nos primeiros anos do século XX, ficavam expostas as condições sociais e financeiras dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios e os objetivos da escola em oferecer a esses alunos a educação, que poderia significar a diminuição do estado de penúria em que se encontravam. O diretor do Liceu em 1909 afirmava que os alunos matriculados na escola não dispunham de meios para a aquisição ao menos de um caderno de papel para a escrita (SI 2128). O relatório apresentado pelo inspetor técnico da instrução pública da 13ª circunscrição José Madureira de Oliveira, demonstrava, na segunda quinzena de outubro de 1908, a importância do Liceu no atendimento escolar da juventude na cidade de Ouro Preto “onde grande parte da população escolar é paupérrima e só à noite pode comparecer à escola” (SI 3296). No primeiro semestre desse mesmo ano, outro inspetor técnico, ao visitar o Liceu de Artes e Ofícios ouro-pretano em 19 de junho de 1908, percebeu a pobreza dos alunos da escola. No seu relatório, o mesmo pediu à secretaria do interior que mandasse ao Liceu exemplares do livro “primeiras leituras” de Artur Joviano, “porque não podem ser adquiridos pelos alunos principiantes, na quase totalidade pobres, filhos de operários por sua vez também pobres”(SI 3268). A propósito, a condição de penúria dos alunos era entendida pela direção e pelos professores como motivadora dos atos de indisciplina cometida pelos jovens no interior da escola. O diretor da instituição em correspondência enviada ao secretário do interior, em 10 de

⁵⁹ Esta visão com relação ao papel social da criança começa a ser modificada em 1927 com a instituição do código do menor.

dezembro de 1910, reclamava do ambiente de balbúrdia que os alunos proporcionavam aos seus mestres no momento das suas aulas. O dirigente afirmava que “a maior parte dos alunos não tendo a educação do berço e de gênios exaltados levam o professor quase ao esmorecimento” (SI 2128).

A pobreza dos alunos do Liceu era uma justificativa para a intensificação e melhoria do ensino profissional franqueado pela instituição. A partir do oferecimento do “pão moral do trabalho”, encerrado no ensino dos ofícios, poderia se formar um trabalhador capaz de superar o seu íntimo estado de pobreza ao mesmo tempo em que, com a melhoria das técnicas empregadas no seu trabalho, enriqueceria a nação, levando-a ao estágio de progresso material das nações civilizadas. Nesse sentido, segundo carta enviada pelo diretor do Liceu ao secretário do interior, em 5 de janeiro de 1906, o instituto profissional do Liceu ouro-pretano

era uma das melhores criações da democracia pois que ali devem se formar os homens do trabalho, dos ofícios e das belas artes tão úteis e indispensáveis a todas as classes sociais e a um Estado regularmente constituído, na base deste tão útil estabelecimento. (SI 2128)

O diretor do Liceu de Artes e Ofícios em correspondência enviada ao secretário do interior, no dia 7 de julho de 1910, corroborava o compromisso cívico-educacional da instituição com o futuro da nação e com os destinos da juventude operária pobre ao afirmar que os diretores e professores da escola só tinham, em meio aos obstáculos que se opunham à manutenção do instituto,

o árduo desejo que a instrução se desenvolva no centro das classes operárias e dos meninos pobres, para que sejam um dia, verdadeiros defensores da pátria e bons cidadãos fieis amigos do país.(SI 2128)

As matrículas desses alunos eram efetuadas ao longo do semestre letivo. Não havia um período estipulado para que os interessados no ensino do Liceu ingressassem na instituição. A título de exemplo, em fevereiro de 1906, 62 alunos estavam matriculados na escola, ao passo que em junho o número de matrículas havia chegado a 94. Esse fato também ocorreu em outros momentos da trajetória da instituição entre os anos de 1906 e 1910.

Outro fato a ser ressaltado é a considerável evasão dos alunos do Liceu. Em 1906, 22 alunos dos 100 que haviam se matriculado no início das atividades deixaram de frequentar as aulas. Este número foi ainda maior em 1907, quando 40 alunos dos 102 matriculados no início do ano desistiram da frequência ao Liceu. Em 1909, segundo a lista de frequência desse ano, dos 77 alunos que começaram a frequentar as aulas, 17 deixaram os estudos até o final do ano (SI 2128). Os altos índices de evasão encontrados nos registros do Liceu de Artes e Ofícios talvez possam ser atribuídos às condições adversas que os estudantes se deparavam. Afinal, os discentes da instituição eram trabalhadores, normalmente empregados em trabalhos braçais que exigiam grandes esforços físicos, o que causava um nível de exaustão que os impedia de reunir energias para frequentar a escola à noite. Além do trabalho extenuante, a pobreza dos alunos também contribuía como fator de desmotivação para os estudos. As características dos ofícios ensinados pela instituição, que exigiam determinada força física para sua execução, não oferecia espaço para a participação das mulheres nas salas-de-aula e nas oficinas da escola. Nas listas de frequência encontradas e analisadas não foi encontrada a presença de nenhuma mulher. A ausência das alunas pode ser justificada pelos tipos de ofícios ensinados na escola, que eram tipicamente masculinos. Mesmo nas cadeiras relacionadas com o ensino primário, não havia matrículas de alunas, e tampouco existiam professoras no corpo docente. Em comparação com as instituições congêneres da época, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto pode ser considerado uma instituição masculina. Vale ressaltar que em algumas escolas congêneres do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto não era assim.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro a presença feminina nas salas de aula era expressiva na aprendizagem de ofícios ditos femininos, tais como desenho artístico, bordado e outros. (BIELINSKY, 2003; MORAES,2003). No entanto, nesses liceus, tais cursos eram diurnos. O fato de o Liceu de Ouro Preto oferecer seus cursos à noite pode ter representado um empecilho à presença das mulheres. A sociedade da virada do século XIX para o XX desaconselhava a presença de mulheres nas ruas à noite. A presença das mulheres só será percebida, como veremos no final desse capítulo, a partir da década de 1930, momento em que o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto passou a oferecer o curso de datilografia.

3.2 - Um edifício para o ensino do trabalho: o espaço escolar do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

A criação da Sociedade Artística Ouro-Pretana e do Liceu de Artes e Ofícios, a ela diretamente vinculado, teve a efetiva e fundamental participação do então Presidente da Província Manoel Machado Portella, entusiasta da causa do chamado ensino profissional. No seu relatório de 13 de abril de 1886, o governante deixa claro sua satisfação diante da criação da instituição, declarando que

desejando proporcionar aos artistas desta capital, instituto em que recebam o ensino teórico e prático, não duvidei promover a incorporação de uma sociedade de artistas, que tornasse a seu cargo aquele ensino em um Liceu de artes e ofícios. (RPPMG, 1886)

O apoio, no entanto, ultrapassou as palavras e a boa vontade. O presidente determinou, no mesmo documento, a alienação de um prédio, localizado no bairro de Saramenha, para a instalação da escola:

resolve que seja o mencionado edifício posto à disposição dos artistas (...) e manda que, enquanto não for o liceu transferido para o referido edifício, a diretoria da fazenda faça a entrega à dita Sociedade do aluguel mensal que for recebendo, a contar do dia 1º do corrente mês. (RPPMG, 1886)

Apesar de apregoado, o Liceu não funcionou um dia sequer no referido prédio. Os jornais que circularam nos dias próximos à inauguração da instituição demonstravam que a Sociedade Artística e o Liceu de Artes e Ofícios funcionaram com restrições e ares de provisoriedade, em uma sala contígua ao Palácio dos Governadores, até 1897, quando foi inaugurado o prédio próprio do Liceu⁶⁰. Não obstante o apoio do Presidente da Província, a Sociedade responsável pelo Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto já nasceu com escassez de recursos financeiros. O jornal Minas Altiava trazia na sua primeira página, uma semana após a data da inauguração da Sociedade Artística e do Liceu, um texto que denunciava a penúria da instituição recém-criada. A publicação afirmava que “o edifício do Liceu não se constrói sem cimento e o cimento é o dinheiro,

⁶⁰ Os jornais consultados que noticiaram a inauguração e trouxeram esta informação foram “O vinte de Agosto” e o “Minas Altiava”

que é justamente o que não há” (MINAS ALTIVA, 02 DE ABRIL DE 1886, p.2). A Sociedade só passou a receber, oficialmente, a título de Lei, um subsídio no valor de 2:000\$000 a partir de 1889 (LEI NÚMERO 3569 DE 25 DE AGOSTO DE 1888). Ao que parece, a verba ofertada pelo poder provincial não era suficiente para as demandas da instituição. No mesmo ano, o artista Miguel Ozzori reclamava na imprensa mais dinheiro para o Liceu de Artes e Ofícios. Segundo ele (1890)

o governo gasta rios de dinheiro cujo proveito único, muitas vezes, é locupletar aqueles que fazem da política uma profissão, conhecendo-lhes apenas as conveniências, e cria quase diariamente empregos cuja utilidade única é prejudicar os cofres públicos (...) invocamos o auxílio do governo, que concedendo-o, nada mais terá feito do que empregar em benefício do povo um pouco do muito que tira ao povo. (OZZORI, 1890)

Nesse ano, a Sociedade Artística e o Liceu de Artes e Ofícios iniciaram, sob as circunstâncias financeiras mencionadas nas linhas anteriores, o processo de construção do prédio próprio da instituição. Em uma concorrida solenidade, no dia 25 de março de 1889 com a presença do Presidente da Província, é lançada a pedra fundamental do edifício que seria construído no centro da antiga capital e inaugurado em 25 de março de 1897. Todos os discursos registrados nessa solenidade faziam menção à importância da contribuição do governo e dos membros mais abastados da sociedade ouro-pretana para a ereção do edifício que naquele momento tinha fincada no solo da cidade sua pedra fundamental.

O dia 25 de março de 1897 foi marcante para a paisagem cultural e arquitetônica da cidade de Ouro Preto. Inaugurava-se nessa data o edifício do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Localizado geograficamente no centro comercial da antiga capital dos mineiros, na Rua Tiradentes, principal corredor comercial da cidade, o prédio do Liceu, como ficou conhecido, foi erigido após nove anos do lançamento da sua pedra fundamental.



(prédio do Liceu, 1904)

A localização geográfica do edifício chama a atenção. Sua localização privilegiada demonstrava o interesse de inserir o Liceu como parte do processo de modernização em curso na cidade, ao mesmo tempo em que posiciona o lugar do ensino para o trabalho como central no projeto que as elites políticas e econômicas tinham para a educação do trabalhador. Como nos mostra Carla Chamon, ao analisar a Escola de Aprendizes e Artífices de Belo Horizonte, o lugar da escola “deveria marcar a paisagem urbana, afirmando-se como lugar de criação do moderno, de transformação do rústico em civilizado”. (CHAMON, 2009, p.9). Dessa forma, o prédio do Liceu de Artes e Ofícios construído na área central e nobre da cidade de Ouro Preto “permitiria, então, a visibilidade desse processo de transformação, parte do projeto republicano de instauração de um mundo moderno”. (Idem)

O projeto de centralização do ensino profissional, implementado pelas elites com relação ao Liceu de Artes e Ofícios, também estava presente na arquitetura do edifício. Arquitetonicamente, o prédio acompanhava as novas tendências de construção que inspiravam os arquitetos das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e da recém-criada Belo Horizonte. Concebido no estilo eclético, o prédio do Liceu apresentava características inovadoras para a paisagem cultural da cidade. O ecletismo arquitetônico rompia com as concepções barrocas, trazendo uma configuração que valorizava o conforto e a praticidade, tão caros à modernidade urbana. Nesse sentido, Celina Borges Lemos (2006, p, 8) nos mostra que:

Apesar de não ser possível constatar uma mudança radical na produção arquitetônica, esta apresentava relevantes características transformadoras relacionadas a materiais, técnicas construtivas e detalhes estéticos. Entre detalhes e intenções de acabamento, o ecletismo revelou uma racionalidade técnica, definindo inovadores layouts e fachadas. Nesse processo, observava-se uma integração original entre detalhes e materiais tradicionais e atuais que acabou apresentando um resultado arquitetural singular (LEMOS, 2006, p.8)

Vale ressaltar que a implantação do estilo eclético foi intensificada após a chegada do ramal ferroviário na cidade. A locomotiva promoveu a integração de produtos e idéias. A relação espaço-tempo foi modificada, facilitando o intercâmbio de concepções técnicas e o transporte de tijolos, ferro fundido e louça. Assim, com a implantação do ramal ferroviário, a modernização arquitetônica da cidade ganhou agilidade e foi instituindo-se imperativamente. Dessa forma, o prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no seu contexto arquitetônico participou de um movimento em que o conjunto de detalhes e os novos materiais, as adaptações técnicas de materiais tradicionais, do *layout* interno, do mobiliário e do sistema construtivo compunham uma “arqueologia da modernização”. (LEMOS 2006).

O edifício do Liceu, no entanto, apesar de acompanhar um movimento modernizador, era, juntamente com alguns outros prédios que tinham a mesma concepção arquitetônica, um elemento estranho na paisagem ouro-pretana, que ainda conservava o seu conjunto arquitetônico barroco e colonial. Como nos mostra Evelyn Meniconi,

mesmo com algumas modificações e reformas ocorridas ao longo de seus duzentos anos de existência, a cidade de Ouro Preto chegou ao século XX, mantendo ainda praticamente o mesmo traçado urbano e a maior patê de suas construções do século XVIII. Pode-se inferir que essa preservação foi resultado das relações dos próprios habitantes com a sua cidade, demonstrando que houve por parte deles a valorização de seu aspecto colonial. (MENICONI, 2007, p.154)

A dicotomia entre preservação e modernização se traduzia em uma disputa entre a elite intelectual de Ouro Preto, na década de 1890, sobretudo após a perda do título de capital. A mudança da Capital para Belo Horizonte foi um dos maiores triunfos do projeto do regime republicano no Brasil. A república trazia consigo o signo da modernidade e significaria, aos olhos dos seus adeptos, uma nova temporalidade na vida da nação, em que a civilização e o sentimento cosmopolita deveriam substituir a representação do provincianismo e da primitividade dos tempos coloniais e imperiais. A mudança da capital para Belo Horizonte, representaria a materialização dos ideais de modernidade e progresso. (FONSECA, 1998). No entanto, existia em uma parcela importante da sociedade ouro-pretana, a resistência à mudança da capital e, por conseguinte, aos arroubos de modernização. Essa parcela lutaria por manter Ouro Preto com suas características coloniais, com objetivo de valorizar e reverenciar os momentos áureos da produção do ouro, quando a cidade vivia seu apogeu econômico e político.

Nesse contexto, ao optar por um projeto arquitetônico eclético e moderno, os homens que dirigiam o Liceu de Artes e Ofícios demonstraram simbolicamente que o Liceu seria uma escola para atender às demandas do progresso e da modernidade. O Liceu seria uma instituição da modernidade, signatário ideológico das lutas sociais e políticas que buscavam romper com um passado tradicional, o qual maculava a imagem civilizatória do novo regime republicano e da nova cidade de Ouro Preto, moderna e progressista, que pretendiam consolidar.

As dependências do edifício de dois pavimentos eram divididas em cinco salas separadas por tabiques de madeira, que ao serem retirados oferecia um enorme salão à construção. O pavimento térreo seria franqueado às futuras oficinas, e o segundo pavimento guardava diversas coleções de quadros do museu escolar para estudo das ciências naturais; mapas murais; e a mobília necessária para o regular funcionamento das aulas de primeiras letras, desenho, português, francês, inglês, geografia e história (O MINAS GERAIS, 26 DE MARÇO DE 1897, p. 7). A estrutura do prédio do Liceu de Artes e Ofícios nos permite pensar que a instituição preocupava-se também em divulgar e valorizar as artes mecânicas, tendo em vista que a presença de um museu escolar, de mapas e murais, ultrapassava a perspectiva do ensino profissional, que seria limitado ao ensino prático nas oficinas e ao ensino das primeiras letras. Assim, o prédio da instituição demonstra a intencionalidade das elites e dos artistas mecânicos que participaram da concepção arquitetônica do edifício em construir uma obra que

representasse os anseios e expectativas desses setores sociais em relação à cidade de Ouro Preto daquele período.

O Liceu de Artes e Ofícios se apresentava como uma instituição compromissada com a modernidade urbana ouro-pretana. Envolvida pelos ares de modernidade, a escola cumpriria sua trajetória ao se preocupar em ensinar às novas gerações as modernas técnicas de trabalho necessárias ao novo mundo do trabalho que vislumbrava no horizonte das relações laborais capitalistas e das primeiras iniciativas da industrialização. A análise do contexto histórico de formação do novo prédio do Liceu de Artes e Ofícios pode nos permitir ter uma visão mais ampla das relações da instituição com a cultura cotidiana da Cidade. Por essa perspectiva, pretende-se compreender de que forma a implantação de uma escola que focalizava o ensino para o trabalho passou a constituir a paisagem cultural ouro-pretana. Segundo Justino Magalhães, a análise do espaço físico (local/lugar, edifício) em que ocorre o fenômeno educativo em um determinado momento histórico é fundamental para compreender a cultura escolar produzida no interior de uma instituição educativa e sua aproximação com a dinâmica da cidade nos momentos de sua instituição e da sua trajetória de funcionamento. (MAGALHÃES, 1998, apud GATTI JR E PESSANHA, 2005, p.80).

Para Faria Filho, compreender o espaço predial em que se estabelece a escola é fundamental, pois, a projeção física e simbólica desses espaços, representada pelos prédios escolares, determina a delimitação das fronteiras das relações do interior da escola com o “mundo” externo. Além disso, a construção do espaço próprio da escola permite distingui-la dos outros espaços educativos (a casa, a igreja, a rua), dotando-a da possibilidade de exercer um papel singular na cena social. (FARIA FILHO, 2003, p.18)

A composição arquitetônica do prédio do Liceu permite perceber as relações que foram produzidas entre a instituição e a republicana cidade de Ouro Preto, que no momento da construção do referido prédio sentia o luto da perda do *status* de capital mineira. No interior do novo edifício, efetivava-se a missão educacional do Liceu de Artes e Ofícios, o qual, até a sua construção, mantinha-se precariamente em outros espaços. O prédio afirmou a identidade da instituição no bojo da sociedade ouro-pretana e mineira do final do século XIX e permitiu a efetivação do seu programa pedagógico em um ambiente mais apropriado para que isso acontecesse.

3.3 - Os tempos escolares do Liceu: ensinar e moralizar.

No momento da sua fundação em 1886, as aulas do Liceu funcionavam à noite, em um espaço precário cedido pelo governo provincial e objetivavam atender alunos que, normalmente, trabalhavam durante o dia. Nos primeiros anos de funcionamento, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto apresentava o seguinte horário de aulas: Primeiras Letras – todos os dias, das 6 às 9 horas da tarde; Francês – terças, quintas e sábados, das 8 às 9 horas da tarde; Aritmética – segundas, quartas e sextas, das 6 e meia às 8 horas da tarde. Os alunos ficavam quatro anos na instituição e eram certificados ao final após passarem por exames de aptidão. Naquele momento, ainda não existia nenhuma oficina para o ensino de ofícios, devido à ausência de recursos financeiros para a montagem das mesmas em um espaço físico inapropriado. Essas oficinas passaram a funcionar após a construção do prédio do Liceu de Artes e Ofícios em 1897 (OZZORI, 1890)

Desde o momento da sua instalação, a instituição oferecia suas aulas exclusivamente à noite. A implementação do ensino noturno, no caso do Liceu de Artes e Ofícios e de outras instituições, também fazia parte de um processo de institucionalização escolar, baseado em dois prismas: a delimitação e o controle do tempo social dos indivíduos e a implementação do discurso progressista. De acordo com o pensamento de Vinão Frago, o tempo escolar não é uma dimensão neutra do ensino, nem um simples esquema formal ou uma estrutura vazia da educação. Ao contrário, o tempo escolar opera como uma espécie de discurso que institui um sistema de valores com símbolos culturais e ideológicos (VINÃO, 1995, p.64). O ensino noturno do Liceu, portanto, institucionalizava o discurso da formação do trabalhador, oferecendo-lhe a possibilidade de frequentar a escola, mesmo trabalhando durante o dia. Dessa maneira, o tempo escolar não conflita com o tempo do trabalho, evitando confundir duas dimensões fundamentais no discurso do progresso: trabalho e educação, consolidando assim, parte do discurso progressista. (FILHO e VIDAL, 2000).

Por outro lado, no caso específico do Liceu de Artes e Ofícios, o estabelecimento das aulas no período da noite também permitia o controle do tempo social de um setor específico da sociedade: os trabalhadores. Isso nos leva a pensar que tal controle poderia atender a dois objetivos das elites. O primeiro está relacionado com

a possibilidade de controlar uma parcela importante do tempo do trabalhador, que poderia ser utilizado em atividades ociosas prejudiciais ao seu desempenho laboral e, por conseguinte, prejudiciais ao desenvolvimento de atividades produtivas ditas fundamentais para o progresso industrial. O segundo seria a possibilidade de retirar das ruas, durante o período noturno, uma parte da juventude, que perambulava pelas esquinas da cidade, procedendo de maneira inconveniente aos princípios da ordem, da moralidade e dos costumes. Essa atitude de controle do tempo livre era uma prática comum no processo de industrialização do início do século XX. Segundo Margareth Rago, as instituições assistenciais deveriam preparar as crianças, ameaçadas de contaminação nas ruas, para o futuro; à escola, caberia a internalização de hábitos e de comportamentos dóceis para o exercício futuro do trabalho. Crianças obedientes, competitivas, individualizadas, assegurariam, com certeza, uma massa de adultos preparados para construir o progresso e a riqueza da nação. (RAGO, 1985).

3.4 - O currículo do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto: ensinar a ler, contar e trabalhar

No Liceu de Artes e Ofícios de Ouro preto, a partir da inauguração do edifício, foi instituída uma filosofia curricular que acompanhava as ações pedagógicas encontradas nas escolas brasileiras e mineiras do final do século XIX e início do século XX. Nesse momento, segundo Rosa de Fátima Souza, os debates sobre os currículos escolares buscavam a substituição de uma cultura literária pela cultura científica no ensino secundário e a difusão de conhecimentos úteis de natureza social, moral e cívica no ensino primário. Essa renovação pedagógica, no entanto, não mudou substancialmente o caráter de distinção de classe característico do tipo de educação burguesa, que tinha o ensino secundário de cultura geral voltado para as elites e o ensino primário voltado para a formação dos trabalhadores. (SOUZA, 2001, p.14) O currículo do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto seguiu a mesma lógica e constituiu-se pedagogicamente como um instrumento de divulgação de um tipo de ética do trabalho livre, baseado em ensinar os princípios científicos da matemática e da língua portuguesa aos trabalhadores. Havia na estrutura curricular da instituição o desejo de qualificar e formar profissionalmente um tipo de trabalhador para atuar nos setores industriais do

Estado. Esse tipo de formação do trabalhador está ligado à concepção de ensino para o trabalho desenvolvido no Brasil desde a colônia. O ensino destinado ao trabalhador deveria oferecer apenas o mínimo para que o mesmo pudesse exercer de forma um pouco mais eficiente a sua função e ter o mínimo de conhecimento das práticas sociais, morais e religiosas que organizavam aquela sociedade, como nos mostra José Newton Coelho de Meneses, ao analisar o ensino para o trabalho em Minas Gerais na colônia:

Instruir o trabalhador mecânico é formá-lo na concepção corporativa de ordem pública, bem como dar a ele formação prática que se limite a capacitá-lo para “saber ler e escrever” (...)É importante, na concepção dos desembargadores do Senado da Câmara, saber “a geometria prática despida de toda a teoria da ciência”, porque a um pedreiro não interessa mais do que “traçar a sua meridiana” e, por outro lado, saber medir um campo, como “medido por Pascal ou por d’Alembert, talvez o não seja tão bem como é pelo agri-medidor. (MENESES, 2007)

Nesse sentido, o currículo do Liceu durante toda a trajetória da instituição, mas principalmente na sua fase republicana, objetivava formar um cidadão conhecedor da ética e da moral do trabalho e ciente dos seus deveres de trabalhador em um ambiente de transformação das relações produtivas. A documentação interna do Liceu de Artes e Ofícios nos leva a pensar que a preocupação maior da instituição era inserir, pela via da escola, um contingente de trabalhadores, sobretudo de trabalhadores menores e pobres, na esteira da civilidade urbana, tornando-os cidadãos da nova república⁶¹. A aprendizagem da ética do trabalho aliada ao conhecimento das primeiras letras conformaria a essência da formação do trabalhador ouro-pretano, que participaria das primeiras incursões da cidade no movimento da industrialização.

O currículo da instituição da primeira década do século XX não correspondia aos anseios curriculares pretendidos pelos idealizadores da escola no momento da sua fundação, em 1886, e da inauguração do prédio próprio da instituição em 1897. Nessas datas, os idealizadores do Liceu pretendiam constituir um currículo amplo, com a presença de disciplinas como história, geografia, francês e latim. Entre os anos de 1906 e 1910, o Liceu oferecia aos seus matriculados apenas as disciplinas de Português,

⁶¹ A documentação interna do Liceu foi recolhida pela secretaria do interior no período de 1906 e 1910 e está disponível no Arquivo Público Mineiro.

lecionada pelo professor Augusto José dos Santos; Música, regida pelo professor José Marcos Correa de Magalhães e Desenho, regida pelo secretário do Liceu, Antônio Carlos Gregório.

As aulas eram oferecidas no período noturno aos alunos matriculados na escola, sendo que nas aulas de Música e Desenho podiam participar alunos externos ao Liceu. Para efetivar o funcionamento das disciplinas que não tinham remuneração ao docente, (a disciplina de Português era a única que tinha um professor remunerado) o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto contava com a voluntariedade dos professores

Ao final de cada semestre, os alunos matriculados eram submetidos aos exames finais. Uma junta avaliadora era composta por membros da direção do Liceu e por membros eminentes da elite intelectual da sociedade ouro-pretana⁶². A função da junta era arguir oralmente e na forma escrita os alunos, podendo estes ser aprovados “com distinção”, “plenamente”, “simplesmente” ou “considerados inaptos”. Eram avaliados os alunos matriculados nas quatro classes: primeiro, segundo, terceiro e quarto anos, e os aprovados evoluíam para a série subsequente, tendo os inaptos que manterem-se frequentando a série em que se encontrava. Os alunos que completavam os quatro anos de estada no Liceu de Artes e Ofícios recebiam o diploma do curso primário, nos termos das leis que regiam a instrução pública mineira. As atas de exames analisadas demonstraram que apenas cerca de 10% dos alunos presentes aos exames eram considerados inaptos.

Um fato que salta aos olhos era a frequência dos alunos do Liceu às sessões de exames. As atas dos exames consultadas auferiam uma taxa de ausência em torno de 40%. No exame ocorrido no dia 5 de dezembro de 1908, compareceram 62 alunos e deixaram de comparecer 54. Na seção realizada em 28 de dezembro de 1906, compareceram 74 alunos e ausentaram-se 50. As atas dos exames analisadas não permitem auferir com precisão qual seria o motivo de tão alta evasão (SI 2128). Talvez, o temor de se submeter às provas afastasse os alunos dessas salas de reunião, tendo em vista que tal prática não era comum ao longo do ano letivo. Além disso, é possível pensar que os certificados não tinham tanta importância para a prática do ofício aos olhos dos alunos, que buscavam na escola o ensino prático e o conhecimento das

⁶² Participavam da junta avaliadora, o promotor da comarca, o diretor de instrução pública, que presidia as seções e eventualmente professores da escola normal, da escola de minas, da faculdade de direito e outros membros da elite intelectual da cidade.

técnicas, valores mais importantes do que o formalismo de um certificado. Não obstante a ausência nos exames finais, as listas de frequência encontradas demonstravam que os alunos compareciam regularmente às aulas ao longo do semestre e o número de faltas no cotidiano da escola era muito pequeno, fato que corrobora a afirmação de que a expectativa com o aprendizado prático era maior que a expectativa de adquirir um documento de certificação (SI 2128).

Outro aspecto importante do currículo do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto era a aula de Música. Essa disciplina era oferecida facultativamente aos alunos do Liceu e não tinha caráter obrigatório, sendo frequentada pelos estudantes que desenvolviam aptidões para o aprendizado dessa arte. A disciplina de Música era considerada importante para o desenvolvimento moral e cívico do aluno, sobretudo ao aluno trabalhador frequente nos cursos do ensino profissional. Rui Barbosa, nos seus discursos acerca da educação profissional primária, defendia:

A música produz n'alma uma verdadeira cultura interior, e faz parte da educação do povo. Tem por efeito desenvolver os vários órgãos do ouvido e da palavra, adoçar os costumes, civilizar as classes inferiores, aligeirar para elas as fadigas do trabalho, e proporcionar-lhes um inocente prazer, em vez de distrações muita vez grosseiras e arruinadoras. (BARBOSA, 1883, p. 103 apud SOUZA, 2001, p.17)

A presença da Música no currículo demonstrava uma das intencionalidades do Liceu: civilizar os seus alunos trabalhadores. Ao oferecer as aulas de Música, a escola também oferecia uma forma de diversão mais apropriada do que aquelas habituais aos trabalhadores, normalmente encontradas nas ruas, oferecendo-lhes uma alternativa mais apropriada ao projeto de educação projetado pela instituição.

A importância da cadeira de música no projeto curricular do Liceu era demonstrada na forma com que a mesma era tratada. Apesar de ter um caráter facultativo, a disciplina cumpria todos os requisitos de avaliação das outras disciplinas da escola. Ao final do semestre, os alunos da cadeira de Música do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto eram submetidos aos exames de compêndio e princípios de solfejo, sendo aprovados ou reprovados nos mesmos moldes da cadeira de Português. Os alunos da disciplina também formavam uma banda de música que, como afirmava o Diretor do Liceu em carta ao Secretário do Interior, no dia 27 de julho de 1910, era

“uma das maiores atrações e alegria deste estabelecimento em dias de festa” (SI-2128). Vale ressaltar que a cadeira de música obtinha o relativo sucesso demonstrado nas linhas anteriores, mesmo sem a quantidade de instrumentos necessários ao perfeito desenvolvimento dos alunos. Em muitos momentos, o diretor da instituição reclamava da falta de instrumentos adequados ao funcionamento da disciplina.

A aula de desenho era frequentada apenas por uma parcela dos alunos matriculados no Liceu. Esse fato nos parece estranho, tendo em vista a importância da disciplina para as instituições de ensino profissional da época. O ensino do desenho era considerado pelos intelectuais que pensavam a educação no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX como primordial para o desenvolvimento material da nação e para o pleno desenvolvimento dos estudantes a ele expostos. Nesse sentido, Rosa de Fátima Souza nos mostra, a partir do posicionamento de Rui Barbosa, a importância que o ensino do desenho tinha para as pretensões do ensino profissional, em seus primeiros momentos:

O entusiasmo de Rui Barbosa pelo desenho fazia eco à opinião de industriais, pedagogos e autoridades do ensino dos países adiantados que viam a potencialidade da escolarização desse saber profissional para o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, o desenho foi ressaltado como fonte de riqueza, como elemento essencial à prosperidade do trabalho. A esse conteúdo foi atribuída uma finalidade essencialmente prática que se ajustava às necessidades da indústria e da arte. Deste ponto de vista, para o operário a aprendizagem do desenho era tão importante quanto a aprendizagem da leitura e da escrita. Tratava-se, sobretudo, do domínio de uma aprendizagem técnica, profissional. De acordo com Rui, não por acaso, a Inglaterra e os Estados Unidos haviam-no considerado uma das bases primordiais da cultura escolar. (SOUZA, 2001, p.18).

É possível imaginar que a limitação da aula de desenho estava relacionada com as condições materiais da escola. Essa disciplina era ofertada por apenas um professor, que poderia não ter condições de atender a todos os alunos do Liceu, obrigando-o a selecionar os frequentadores da disciplina.

No período compreendido entre 1906 e 1910, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto contava com três oficinas: marcenaria, tipografia e encadernação⁶³. Essas oficinas funcionavam precariamente sem os equipamentos e os recursos adequados ao pleno aprendizado dos alunos e tinham como objetivo, de acordo com as palavras do diretor da instituição em 10 de dezembro de 1909, “apenas dar alguma idéia ao aluno, para não ignorar a arte” (SI 2128). A precariedade do ensino de desenho e do ensino prático pode estar relacionada com o pensamento que projetou o ensino profissional no Brasil desde a colônia. Ao analisar um documento da Câmara de vereadores de Sabará, José Newton Coelho de Meneses nos oferece uma citação que demonstra de forma direta o modo como o ensino dos ofícios mecânicos era pensado pelas elites coloniais:

A instrução da classe do povo que se destina ao serviço dos ofícios mecânicos em geral é útil e necessária, mas deve se restringir ao mínimo que não a torne perigosa e, dessa forma, deve “guardar certos limites (...) reduzindo se que o povo deve ser instruído quanto baste para a conservação do seu bem estar, para dirigir a sua alma para a virtude e para apropriar os seus órgãos às diferentes profissões que lhes são convenientes. (MENESES, 2007, p.177)

Essa mentalidade parece ter chegado ao final do século XIX e início do século XX, tendo em vista que a maioria das escolas que se dedicavam ao ensino profissional nessa época, ou não tinham oficinas, ou essas eram precárias (CUNHA, 2000). No Liceu de Ouro Preto, a oficina de encadernação, mesmo com a ausência dos recursos, ainda prestava “bons serviços, na refundição de livros para meninos pobres e para o ensino”, segundo carta do Diretor da instituição enviada ao Secretário do Interior no dia 17 de julho de 1910 (SI 2128). Na mesma correspondência, o remetente demonstrava que essa oficina “propunha-se a ensinar a costura de livros, brochuras, dourados e factura de envelopes para ofícios e cartas” (SI 2128). O diretor ainda relatava que a oficina de tipografia propunha-se a ensinar a composição de colunas, enramação, distribuição, fundição de rolos, gravura em cobre, zinco, madeira e impressão. O

⁶³ Com exceção da oficina de marcenaria, as duas outras, tipografia e encadernação ensinavam ofícios considerados novos, sobretudo a arte da tipografia, que apesar de existir desde o século XVI na Europa, foi no século XIX que a arte se modernizou e se adequou à modernidade industrial que surgia, através da sua união com a arte da litografia. Um excelente texto sobre a trajetória da tipografia do Brasil é “Indústria Gráfica e cultura visual no Brasil” da professora Edna Lúcia de Cunha Lima. LIMA, 2005, v.1, p. 13-16.

próprio diretor do Liceu coordenava sem remuneração o ensino e as atividades nessas oficinas, devido à impossibilidade financeira da escola de contratar um mestre. A oficina de marcenaria funcionava no pavimento inferior do edifício e as suas aulas eram regidas por um dos alunos do Liceu, chamado José Idelfonso d'Assumpção. No entanto, a mesma foi paralisada no primeiro semestre de 1910, devido à deficiência de materiais e às dificuldades de trabalho encontradas pelo mestre/aluno (SI 2128).

A precariedade das oficinas do Liceu acompanhava uma tendência das primeiras escolas profissionais criadas no Brasil. Luiz Antônio Cunha, ao analisar as dificuldades encontradas pelos Liceus de Artes e Ofícios brasileiros para implantar suas oficinas, levanta algumas questões que consideramos relevantes para a compreensão dos aspectos sócio-históricos que explicam a ausência desse instrumento no ensino profissional na virada do século XIX para o XX. Entre as questões levantadas pelo autor, está o fato de que as oficinas escolares apareciam como concorrentes às oficinas dos mestres, estabelecidas tradicionalmente na cultura do trabalho das cidades e das sociedades. Os mestres de ofícios não teriam o interesse de ver as oficinas escolares prosperarem, tornando-se potenciais produtoras dos seus produtos e invasoras dos seus mercados comerciais. (CUNHA, 2000) A análise proposta por Cunha nos remete às disputas sociais que envolviam o ensino profissional nos seus primeiros anos de funcionamento no Brasil. A precariedade das oficinas do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto também poderia estar relacionada com tais conflitos, juntamente com a dificuldade de conseguir recursos financeiros para a manutenção das próprias oficinas.

No Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, o currículo era guiado pelas perspectivas da assistência à pobreza e da crença na instrução profissional como redentora da penúria da classe operária, bem como a de alavanca do progresso material que levaria a cidade de Ouro Preto, o Estado de Minas Gerais e a nação brasileira ao avanço tecnológico das nações civilizadas da Europa. Esse ideário estava submetido, na sua maior parte, ao pensamento republicano no que se refere à instrução do povo. Em todos os eventos oficiais da escola (cerimônias de formatura ou solenidade de aplicação dos exames), o nome da república era conclamado. Especificamente, no momento da aplicação dos exames eram registrados nas atas os seguintes dizeres: “aqueles que correspondessem à legítima esperança do governo, o qual faz das escolas o alicerce em que pretende edificar a futura grandeza da república” (SI 2128). Assim, o currículo do Liceu de Artes e Ofícios determinava uma forma de ensinar comprometida com os

ideais modernizadores e civilizadores que nortearam a educação brasileira no final do século XIX e nos primeiros anos da República. Rosa de Fátima Souza (2001, p.12) afirma, nesse sentido, que:

a construção dos Estados-Nação e a modernização social tornaram-se os pilares sobre os quais se alicerçaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX. No Brasil não foi diferente. No final do século XIX, a escola popular foi elevada à condição de redentora da nação e de instrumento de modernização por excelência. (SOUZA, 2001, p.12)

No século XX, em 1928, eram implantados no Liceu ouro-pretano os cursos de Datilografia e Mecanografia. Representavam a possibilidade de a juventude ouro-pretana acessar um novo tipo de conhecimento, que naquele momento significava uma das grandes inovações tecnológicas do século XX. Os cursos de Datilografia e Mecanografia do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto tinham o patrocínio da Remington do Brasil, que fornecia as máquinas para o aprendizado e participava do cotidiano da escola por meio da presença de representantes da empresa nos exames dos cursos. A ata dos exames dos cursos de datilografia e mecanografia registra a presença do senhor Aureliano Rochi, que, na oportunidade, representava o Diretor-Geral da Organização Remington Oficial do Brasil. O depoimento de uma ex-aluna do curso de datilografia, que o frequentou na década de 1930, atesta o sucesso e a curiosidade que a possibilidade de aprender uma nova tecnologia despertava na juventude ouro-pretana: “saber datilografia na época era tão importante, tão útil, tão chique, quanto hoje é ser entendido em computador”⁶⁴. Outra testemunha do sucesso dos novos cursos da escola, afirmava que “o curso iniciava às 7 horas da noite, em uma das salas de frente à rua, e era um dos motivos a mais para o “footing” noturno de Ouro Preto”⁶⁵

⁶⁴ Depoimento oral da sra. Maria Auxiliadora de Paiva. Os depoimentos orais foram coletados pelo Professor Carlos Martins Versiani dos Anjos, como parte de um trabalho desenvolvido pelo mesmo denominado : O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS: UMA HISTÓRIA QUE SE RECONSTRÓI. Este trabalho tinha como objetivo fazer um levantamento histórico do liceu de artes e ofícios, sob encomenda do departamento de planejamento da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), que estudava na época da coleta dos depoimentos (1998), a possibilidade de restauração do prédio do liceu de artes e ofícios, de acordo com as suas características originais. Este trabalho não foi publicado. No entanto, preservamos nesta dissertação as suas referências. Todos os depoimentos orais mencionados neste texto foram coletados pelo professor Carlos Martins Versiani dos Anjos e sua equipe.

⁶⁵ Depoimento oral da Sr^a Alice Ribas.

A partir de 1928, o Liceu passou a oferecer os cursos de Datilografia, Mecanografia, Tipografia, Desenho e Música, inclusive para mulheres. Não existe menção na documentação do período sobre o oferecimento das disciplinas teóricas que caracterizaram a escola até 1910. As aulas de Aritmética, Geografia, História e Primeiras Letras, por exemplo, foram retiradas do currículo da escola. O Liceu, portanto passa a se dedicar exclusivamente ao ensino profissional. Na década de 1930, a instituição oferecia seus cursos para estudantes oriundos dos diversos setores da sociedade ouro-pretana. A preocupação em atender a juventude pobre ou desvalida da fortuna parece ter sido diminuída. Vale ressaltar que, na década de 1930, a instrução popular havia se expandido. Os grupos escolares já atendiam uma parcela significativa das crianças e dos adolescentes Segundo Faria Filho, em 1929, o número de matriculados nas escolas públicas de Minas Gerais era de 335.298 estudantes contra 33.232 matriculados em 1890. O mesmo autor atribui esse crescimento à rápida expansão dos grupos escolares no período de 1909 e 1915 e à política de criação e construção de escolas adotadas, a partir de 1927, pelo governo Antônio Carlos (FARIA FILHO, 2003, p.80). Dessa forma, a função inicial do Liceu de Artes e Ofícios foi remodelada de acordo com as circunstâncias sociais da época. Não havia mais sentido a existência de uma escola voltada para o ensino das Primeiras Letras, juntamente com o ensino de ofícios, pois a demanda pelo ensino elementar tinha sido absorvida em parte pelos grupos escolares e a precariedade financeira da instituição não permitia a manutenção do ensino primário juntamente com as oficinas.

3.5 - A materialidade da escola: a realidade de ensinar sem recursos financeiros

A Sociedade Artística e o Liceu de Artes e Ofícios eram instituições de iniciativas particulares de caráter filantrópico, mas que dependiam essencialmente da ajuda financeira e estrutural do Estado Provincial ou de seus representantes.

Apesar do Liceu ser de iniciativa particular, é possível afirmar que a escola era uma instituição pública, pois o ensino era franqueado a todo e qualquer cidadão que nela quisesse se matricular. Mesmo se tratando de uma instituição pública não-estatal, o

Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto sofreu profundas interferências do Estado desde o momento da sua instalação. A estrutura financeira estatal participava de parte do financiamento da instituição e do pagamento de professores. Em contrapartida fazia questão de participar do seu controle através da organização do currículo, da participação nos exames dos alunos, do controle da frequência dos alunos e professores, da fiscalização dos recursos repassados à instituição (SI 2128)⁶⁶. Essa interferência estatal não era privilégio do Liceu. Ela esteve presente em diversas iniciativas de escolarização de caráter particular e filantrópico do final do século XIX em Minas Gerais. No livro, “O público e o privado da história da educação brasileira”, José Claudinei Lombardi, identificou esse tipo de aproximação do Estado em diversos municípios, principalmente em municípios do triângulo mineiro e Alto Paranaíba (LOMBARDI, 2005, p.8).

As relações entre o público e o privado na educação brasileira remontam oficialmente ao ano de 1821. Segundo Carlos Jamil Cury (2005), foi nesse momento de transição da colônia para o império que o Estado assumiu-se como educador. Ao assumir-se como educador, esse mesmo Estado percebeu sua impotência de financiar os altos custos da educação pública. Tal impotência, segundo o autor, seria o motivo do repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada. Ainda segundo Cury, a partir de então, a educação passava a obedecer a quatro “senhores”: o Estado, a Família, a Iniciativa Privada e a Igreja: ao Estado, porque ele seria o sujeito por excelência capaz de garantir o comum para todos; à família pelo princípio *ex-generatione*, à iniciativa privada, capaz de invocar o mercado e cobrir a impotência do Estado; à Igreja, que pede a seu favor o poder da tradição. (CURY, 2005, p.12). Ao Estado, segundo a ideologia dos seus agentes, competiria a fiscalização e o controle da atividade por ele concedida para garantir o acesso igualitário à educação.

Além do contexto das relações entre o público e o privado, a participação do Estado na criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto teve uma conotação específica relacionada aos interesses políticos pessoais do Presidente da Província em exercício naquele momento. Manoel Machado Portella tinha um interesse particular

⁶⁶ Foram encontrados na pasta SI2128 do arquivo público mineiro, diversos recibos e outros documentos contábeis que davam conta da interferência dos agentes do Estado no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. As atas dos exames dos alunos da escola, encontradas no mesmo fundo da secretaria do Interior nos informam sobre a presença de agentes do estado na avaliação e na certificação dos cursos do liceu. O liceu também era vistoriados regularmente pelos inspetores da instrução pública.

muito forte nos liceus de artes e ofícios. O mesmo havia sido fundador e diretor do Liceu de Artes e Ofícios de Recife em um momento anterior. Em seus discursos, a sua estima por esse tipo de instituição ficava clara (RPPM, 1881 – 1886). Mas, para além da sua preferência pessoal, o apoio à criação da Sociedade Artística e do Liceu pode ser entendido como uma tentativa de aproximar o grupo político do Presidente da Província dos artistas mecânicos. Os artistas mecânicos passavam naquele momento por um reordenamento na sua participação social, alcançando um *status* mais significativo na hierarquia social⁶⁷. Segundo Douglas Colle Libby, uma parte dos artistas mecânicos da região administrativa de Ouro Preto, ocupava a segunda posição entre os proprietários de escravos em 1872. Ser proprietário de escravos, em um sistema escravista, significava ocupar um degrau relevante na hierarquia social⁶⁸. (LIBBY, 1988). Como vimos no capítulo anterior, havia também artistas mecânicos pobres, mas que não deixavam de compor uma parte significativa da sociedade da época. A disputa por esse espaço político ficou registrada nos breves debates feitos nos jornais dos dias que

o liceu de artes e ofícios levanta-se com o dinheiro dos vivos, com os legados dos mortos e mais geralmente com as rendas do Estado, mas nunca com o suor dos pobres e honestos operários, cujos minguados salários são insuficientes para a sustentação de suas famílias. (MINAS ALTIMA , 02 DE ABRIL DE 1886, P. 3)

Essa afirmação é seguida de ironias e ataques ao ato do Presidente Portella e tenta marcar espaço junto aos artistas mais pobres, que segundo insinuava a publicação, não teria a devida participação no Liceu pelo fato de ganharem baixos salários, tendo que se preocupar antes com a sobrevivência do que com os estudos e a formação dos filhos no Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Dessa maneira, a instituição recém-inaugurada seria, aos olhos dos opositoristas do governo provincial, uma instituição

⁶⁷ As chamadas artes mecânicas (carpintaria, marcenaria, etc...) não tinham, na colônia brasileira, a importância social que tinha as chamadas artes liberais (música, literatura, artes plásticas). Isso porque as artes mecânicas encerravam trabalhos manuais, tidos como “coisa de escravo”. Nas últimas décadas do século XIX, com as mudanças ocorridas no trabalho devido à iminente libertação dos escravos, as artes mecânicas ganharam importância e passaram a ser vistas de maneira diferente e valorizada. Nesse sentido, Cf. LEAL, 1996)

⁶⁸ A posse de escravos não era o único fator que demonstrava a emergência econômica de uma parcela significativa dos artistas mecânicos. Outras fontes, como os relatos dos viajantes demonstram a participação da categoria em atividades culturais voltadas para a elite da época, entre outras demonstrações da participação social dos artistas, sobretudo nos meios urbanos.

distante dos seus reais objetivos, que eram atender a todos os artistas mecânicos. Segundo a oposição, o Liceu tornar-se-ia uma agremiação voltada para os interesses de uma minoria de artistas que conseguiram uma posição social de destaque na sociedade de Ouro Preto naquele momento.

Enquanto isso, o jornal A Província de Minas, que se autodenominava órgão do partido liberal, enaltecia o feito do Presidente da Província, buscando também marcar posição junto à classe dos artistas mecânicos. Entre elogios e exaltações, a publicação destacava o “apoio (do Presidente da Província) francamente dispensado à classe dos artistas, em regra quase nunca considerada pelos governos” (A PROVÍNCIA DE MINAS, 27 DE MARÇO DE 1886, P. 3)

A tentativa de capitalização política do feito por parte dos liberais também foi demonstrada nos acontecimentos que se seguiram imediatamente à instalação da sociedade. Os jornais noticiaram a grande festa que foi feita nas ruas do centro comercial e político de Ouro Preto. Bandas de música, fogos de artifício e um cortejo que cruzou as principais ruas da velha capital buscavam demonstrar aos moradores da cidade a realização de uma grande obra que beneficiaria os artistas e seus descendentes, que poderiam usufruir de uma escola em que aprenderiam a ganhar o “pão moral do trabalho” de maneira justa e digna. (A PROVÍNCIA DE MINAS, 27 DE MARÇO DE 1886, P. 3)

Após a sua fundação, ao longo dos seus primeiros onze anos de funcionamento, O Liceu de Artes e Ofícios lidou com as dificuldades relacionadas com a ausência de um espaço físico específico e próprio para o ensino a que se pretendia. Em 1897, a construção do novo prédio ofereceu novas possibilidades para o Liceu continuar sua trajetória de ensinar os ofícios e buscar atingir o objetivo de formar o trabalhador para o progresso da nação e para a cidadania republicana. As pretensões de formar esse novo trabalhador-cidadão, no entanto, esbarravam em circunstâncias operacionais e estruturais. Uma série de barreiras administrativas e financeiras aparecia como obstáculo ao projeto político e pedagógico da instituição, que padecia da ausência de recursos humanos e financeiros. Os subsídios governamentais franquados a título de lei ao Liceu de Artes e Ofícios pareciam ser insuficientes para manter a instituição. No dia 8 de janeiro de 1906, o diretor da escola, Miguel Antônio Tregellas, demonstrava essa situação em carta enviada ao secretário do interior:

O governo do Estado concede uma pequena verba para auxílio à cadeira de português para adultos, correndo as outras despesas por conta do liceu, como seja a cadeira de música, porteiro, iluminação, papel, livros e outros pertences para as aulas, conservação e asseio do estabelecimento (...) É neste sentido, que venho pedir as vistas de v.excia e as do governo para que se dignem conceder algum auxílio extraordinário, para se ocorrer necessidades inadiáveis como seja a de livros, instrumentos, ferramentas para as pequenas oficinas que se está montando e alguns reparos e limpeza do prédio. (SI – 3269)

As reclamações que se referiam à ausência de recursos para o custeio e manutenção da escola perpassavam boa parte das correspondências remetidas pela direção do Liceu à Secretaria do Interior. Em uma das correspondências, enviada ao Secretário do Interior em 10 de dezembro de 1909, o diretor da escola afirmava que as aulas noturnas estavam ameaçadas, pois a escola não havia quitado as dívidas com a empresa municipal de energia elétrica (SI 2128). A precariedade física do Liceu de Artes e Ofícios era constatada também pelo próprio Estado por intermédio dos seus agentes. O Inspetor Técnico da 13ª Circunscrição de Ensino, José Maria de Oliveira, em seu relatório da segunda quinzena de Outubro de 1909, auferia que a escola funcionava em uma “boa sala, porém muito toscamente mobiliada.” Diante disso, o inspetor pedia ao Secretário do Interior a possibilidade de mover algumas peças do mobiliário da extinta escola normal da cidade para socorrer a precariedade do Liceu. (SI 3296). Em junho de 1908, outro inspetor técnico, José Ferreira de Andrade Brant Junior, relatava que

os livros existentes e destinados aos alunos pobres do liceu, estão bastante estragados, convindo que pela secretaria do interior seja feita a remessa de livros de leitura, gramática, historia do Brasil e Geografia, de que tanto necessita esta escola (SI 3296)

A penúria em que se encontrava o Liceu de Artes e Ofícios na primeira década do século XX, causava transtorno e desânimo nos seus diretores e professores. Em correspondência enviada à secretaria do interior, o então diretor, Miguel Tregellas, condutor administrativo da instituição desde a sua fundação em 1886, externava, em face das dificuldades, a incerteza da continuidade dos trabalhos da escola diante do horizonte de mazelas que a instituição mirava em seu futuro. Demonstrando a ausência

de materiais básicos para o correto funcionamento das precárias oficinas e a precariedade dos livros e dos instrumentos para o exercício das aulas de Primeiras Letras e de Música, o diretor afirmava: “pela escassez de recursos, estou certo que o Liceu vai paralisar sua tão longa marcha. Fechar as portas será doloroso” (SI 2128). Segundo o dirigente, se não houvesse reparos emergenciais, o prédio não apresentaria condições físicas para abrigar as aulas.

A precariedade financeira do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto na primeira década do século XX está relacionada com o contexto de certa indefinição de qual instância tinha a responsabilidade administrativa da instituição. O Liceu era uma escola pública não-estatal. Foi criado por uma sociedade filantrópica. Dessa forma, o Estado não se via responsabilizado legalmente pela sua efetiva manutenção. Ao que parece, a paternidade do Liceu deveria ser assumida pela sociedade civil da época, tendo em vista que foi concebido e parido pela iniciativa das elites e dos artistas mecânicos. O problema é que a conotação filantrópica da instituição sofreu perdas ao longo das primeiras décadas de funcionamento. Os beneméritos, que assumiram entusiasticamente o compromisso de contribuir peculiarmente com a manutenção da instituição afastaram-se da causa.⁶⁹ A postura do governo do Estado em relação à manutenção do Liceu de artes e ofícios estava embasada nas atribuições que a lei determinava para a instrução pública. Nesse sentido, um pedido feito pelo professor ao secretário do interior, em 1906, com objetivo de receber o seu pagamento demonstrava essa postura do Estado. O representante do governo do Estado autorizava o pagamento ao referido professor, mas ressaltava: “que fique resolvido que ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto não é aplicável a disposição do artigo 5º da lei do orçamento vigente, por não ser segundo me parece, um estabelecimento de assistência pública”. (SI – 2128). O artigo 5º referia-se à reserva orçamentária dedicada à instrução pública. Esse tipo de argumento dos representantes do Estado era encontrado em diversos pedidos de pagamento feitos pelo professor de Português do Liceu.

O Estado assumia a cadeira de Português do Liceu, responsabilizando-se pela remuneração do seu respectivo Professor, cumprindo exclusivamente com sua obrigação legal de manter o ensino primário. Nos orçamentos estaduais previstos para o período

⁶⁹ Os documentos contábeis da escola não permitiram encontrar nenhum tipo de contribuição para os cofres do liceu por parte de beneméritos. As poucas listas contábeis encontradas demonstram que o liceu era mantido precariamente com a verba concedida pelo governo do Estado e por recursos angariados em eventos promovidos pela própria instituição.

de 1906 a 1908, estava destinada ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto a quantia de 1:400\$000, sendo 1:200\$000 destinados ao pagamento do professor de Português e 200\$000 como auxílio à pobreza. Em 1909, a verba foi elevada para 3:000\$000, sendo 1:800\$000 para a remuneração do referido Professor. Mesmo com este aumento, que estava relacionado com as variações de arrecadação do governo estadual à época, a quantia continuava muito pequena diante do enorme desafio de sustentar o ensino para o trabalho, muito mais dispendioso do que o ensino primário, por causa da manutenção das oficinas.⁷⁰

3.6 – Os últimos anos do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.

Durante a década de 1930, o Liceu, remodelado, continuava a participar intensamente da vida cultural de Ouro Preto. O curso de Música oferecido pela instituição atraía uma grande quantidade de participantes, que aprendiam o uso dos instrumentos e as técnicas de solfejo e canto.⁷¹ No prédio do Liceu também eram apresentadas peças teatrais. O depoimento do Sr. Silvio Guimarães, que havia sido diretor do Liceu de artes e Ofícios, entre os anos de 1932 e 1935, relata também que o prédio promovia festas e era um ponto de encontro nos bailes carnavalescos da cidade. Assim, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto atravessou as décadas de 1920 e 1930, integrando-se à vida social e cultural da cidade. No entanto, a instituição, ao que parece, havia nesse momento se afastado dos princípios que nortearam sua criação em 1886. Não era mais uma escola voltada para oferecer o ensino à parcela mais pobre da população, mas um instituto profissional dedicado ao ensino do uso das novas ferramentas tecnológicas que surgiam naquele momento, franqueado aos trabalhadores que tivessem interesse em conhecê-las.

A aurora da década de 1940 reservara um destino diferente para o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Em 1945 é convocada uma assembléia geral do Liceu de Artes e Ofícios pelos sócios Dr. Albino Sartori, Monsenhor João Castilho Barbosa, Marco

⁷⁰ A verba para o liceu estava prevista nas seguintes leis orçamentárias do estado. Lei 440 de 2 de outubro de 1906; lei 470 de 14 de setembro de 1907; lei 486 de 12 de setembro de 1908; lei 510 de 22 de setembro de 1910. Coleção de leis mineiras. Biblioteca do APM.

⁷¹ Depoimento oral do Sr. Sílvio Guimarães in: ANJOS. C.M.V. O Liceu de Artes e Ofícios: uma história que se reconstrói. (Mimeo)

Gramígnia, José Nolasco, Jorge Rondington, José Rondington, Cândido Simplício Marçal, Horácio dos Santos, Valentim Ribeiro, Francisco Chaves, Francisco Dionísio e Augusto Tolentino de Miranda. Reuniões não aconteciam desde 1942, como relatava o então diretor da instituição, Albino Sartori:

depois de um esforço de três anos, tendo apelado antes para o concurso do Monsenhor Barbosa (o famoso Pe. João) e Marco Túlio Gramígnia, só agora conseguiu reunir os sócios presentes para tratar da reorganização desta instituição.

A dificuldade de reunir a diretoria da instituição nos permite auferir que o Liceu encontrava-se em um estado de aparente letargia. Esse fato é corroborado pela conclamação do diretor em reorganizar a instituição. Ora, só se reorganiza o que se considera desorganizado. Segundo Carlos Martins Versiani dos Anjos, os relatos colhidos demonstram que no período de 1939 a 1944 apenas o curso de Datilografia estava em funcionamento. (ANJOS, 1998). O diretor da instituição demonstrava que não recebia a subvenção desde 1939. (LIVRO DE ATAS DE 1944 - AHCP) Não foi possível identificar se essa subvenção era oferecida pelo governo do Estado ou por outro órgão oficial. Tal pesquisa identificou que o subsídio oferecido por lei ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto cessou em 1927⁷². Em 1944, a diretoria esforçava-se para tentar reorganizar e reerguer a instituição. As atas das reuniões da diretoria consultadas não permitem precisar, mas ao que parece a escola vinha passando por sucessivas crises financeiras desde o último ano da década de 1930. Em 15 de janeiro de 1946, ocorre o primeiro desses esforços. Uma nova eleição proporcionou ao Liceu uma nova diretoria composta por membros da sociedade ouro-pretana, sendo eleitos como diretor o Sr. Benedicto Saraiva; tesoureiro, o Sr. João Vitor Lopes; vice-diretor, o Sr. Sílvio Guimarães; secretário, o sr. Manoel de Paiva Jr.; e conselheiros, o Padre João, Dr. Albino Sartori, Jorge Rondington, Valentim Ribeiro, Marco Túlio Gramígnia e Dr. Alberto Barbosa da Silva. A nova diretoria tinha como maior desafio reformar o prédio do Liceu, que naquela altura encontrava-se praticamente abandonado. Para prover tal empresa, a diretoria recém-eleita começa a buscar recursos junto aos poderes constituídos. Na reunião que deu posse à nova diretoria, o diretor recém-empossado bradava ao governo do Estado que

⁷² Coleção de leis mineirais. Biblioteca do APM.

pelo amor que tem à gloriosa terra dos Inconfidentes, não medirá sacrifícios para colocar o Liceu em condições de prestar os relevantes serviços que vem prestando ao povo da cidade, desde a sua fundação. (LIVRO DE ATAS DO LICEU DO ANO DE 1946. AHCP).

Almejando obter recursos públicos para sua reorganização, o membro da diretoria Benedito Saraiva complementava: “Serviços estes bem conhecidos do Sr. Prefeito Dr. Washington Dias e dos Srs. Presidentes e Governadores de Minas” (LIVRO DE ATAS DO LICEU DO ANO DE 1946. AHCP).

São poucos os registros sobre a luta empenhada pela diretoria empossada em 1946 para reformar e salvar o Liceu de Artes e Ofícios. No entanto, um documento é emblemático para demonstrar as dificuldades que os diretores teriam para cumprir a missão proposta. O então diretor do SPHAN, órgão que poderia ceder os recursos solicitados pela diretoria do Liceu de Artes e Ofícios, frustra as expectativas dos diretores do Liceu ao responder a correspondência enviada pelo diretor do Liceu. Rodrigo Melo de Franco Andrade, dizia:

Prezado Bené,

Acabo de receber sua boa carta (...) e apresso-me a escrever-lhe para prevenir que, embora tenha um grande empenho de corresponder ao seu desejo no sentido desta repartição contribuir para a conservação adequada da sede do Liceu, receio não estar habilitada, infelizmente, a servi-lo no atual exercício financeiro, pela necessidade de aplicar todos os recursos disponíveis desta Diretoria em 1947 em obras que são reclamadas urgentemente em proveito de edifícios de valor histórico e artístico nos Estados do Norte.⁷³

Diante da negativa do SPHAN, a diretoria do Liceu viveu um abalo que estava representado na possibilidade de fechamento definitivo da instituição. Em 1953, a diretoria do Liceu de Artes e Ofícios convoca uma assembléia geral para tratar da dissolução da instituição. Não existem registros do Liceu entre os anos de 1946 e 1953, o que nos permite pensar que a escola esteve praticamente parada durante esses 7 anos. Tal fato pode ser corroborado pelo fato de que as reuniões de 1953 não foram sequer

⁷³ Arquivo do IPHAN, pasta 6 in: ANJOS. C.A.V. O liceu de artes e ofícios. Uma história que se reconstrói. 1998 (mimeo)

realizadas no prédio do Liceu, que se encontrava sem condições estruturais de receber os encontros. Diante das circunstâncias mencionadas e após sucessivas discussões, o Dr. Albino Sartori, que no momento respondia pelo Liceu, propôs

a venda do prédio social do Liceu, por se achar o mesmo em ruínas, devendo o produto da venda ser distribuído por instituições pias da cidade: Santa Casa de Misericórdia, Asilo Santo Antônio e Dispensa dos Pobres. (LIVRO DE ATAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1953. AHCP).

Ao se deparar com a proposição da venda do prédio, o tesoureiro da instituição à época, João Vitor Lopes, ainda propôs a continuidade de alguns cursos. Para atingir esse objetivo, o mesmo sugeria “a nomeação de uma comissão para tratar com o Governo do Estado a manutenção das aulas noturnas para os filhos dos trabalhadores”. (LIVRO DE ATAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1953. AHCP). Em seu momento derradeiro, o Liceu tentava voltar às suas origens, buscando oferecer o ensino profissional noturno para os trabalhadores.

No entanto, era realmente o fim do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Em 1953, cinquenta e sete anos após a inauguração da Sociedade Artística Ouro-pretana, estava definitivamente desfeito o sonho da instituição que pretendia engrandecer o ensino para o trabalho na antiga capital dos mineiros. O Liceu termina sua trajetória no momento em que o ensino profissional ganha nova perspectiva com a criação dos cursos básicos industriais e com os cursos industriais do SENAI e SENAC.⁷⁴

Após a dissolução da instituição, o maquinário que ainda existia no prédio foi colocado à venda, apesar do péssimo estado de conservação em que se encontravam as peças, que segundo o vice-diretor “eram máquinas emprestáveis, isto é, ferro-velho”

⁷⁴ Em 1942, com a criação da lei orgânica do ensino industrial, aconteceram as primeiras transformações sofridas pela sociedade, com o ensino profissional. Nessa época, o ensino industrial foi elevado para o nível médio. Assim, os alunos do primeiro ciclo (Curso Básico Industrial), estudavam o conteúdo do ensino propedêutico, praticavam uma profissão nas oficinas e nos laboratórios das escolas. Além disso, foram criados os cursos de aprendizagem industrial e Comercial do SENAI e do SENAC, respectivamente.

Já em 1959 acontece uma nova reformulação do ensino profissional onde o Curso Básico Industrial deixou de ser um conteúdo completo para a profissionalização para se transformar em um curso com as características de um curso secundário, mas com a orientação técnica. Este processo desencadeou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pela Lei Federal nº 4024 / 61, onde ensino técnico passou a ter uma condição de igualdade em relação ao ensino secundário. (MANFREDI, 2002)

(LIVRO DE ATAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1953. AHCP). A venda das máquinas foi o prelúdio do processo de venda do prédio do Liceu. Alegando que

a assembléia resolveu vender o prédio do Liceu por se achar o mesmo em ruínas, como já foi encontrado pela atual diretoria, não dispondo a Sociedade de meios para os reparos urgentes de que o mesmo necessita. (LIVRO DE ATAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS, 1953. AHCP).

Foi marcada a data de 26 de abril de 1953 para a venda do prédio. Na data previamente marcada, no salão da Casa dos Contos, onde na época funcionava a agência dos Correios e Telégrafos, foram recebidas as propostas para a aquisição do prédio. Compareceram como candidatos os senhores José Feliciano Rodrigues, Vicente Ellena Trópia e Arthur Versiani dos Anjos, pelo Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Abertos os bilhetes, a proposta de Vicente Trópia, de 125.780, superou a de Arthur Versiani, 120.000 e a de Feliciano Rodrigues, 110.000, sendo declarado, no mesmo instante, sem considerações contrárias, vencedor da licitação. (LIVRO DE ATAS DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. AHCP)⁷⁵

A análise dos sujeitos, dos tempos, dos espaços escolares e do currículo do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto nos permitiu conhecer os fragmentos de uma instituição pela sua perspectiva interna. Permitiu também apontar para as relações que a escola estabeleceu com a cidade de Ouro Preto e com a sociedade daquele município, desde a sua fundação, em 1886, até os seus momentos finais na segunda metade do século XX.

⁷⁵ Após adquirir o prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, Vicente Trópia travaria uma batalha enorme com os órgãos nacionais responsáveis pela preservação do patrimônio artístico e cultural. O choque de interesses, que adentraria as décadas de 1950 e 1960 estava no desejo da família Trópia de transformar o prédio do liceu em um moderno cinema. Para análise da polêmica em torno da constituição do cinema de ouro preto Cf. MENICONI, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto foi constituído em um momento de importantes transformações sociais e econômicas no Brasil e em Minas Gerais. O iminente fim do trabalho escravo e a gradual substituição do trabalho compulsório para o trabalho livre assalariado reordenou gradativamente as relações das elites econômicas e políticas mineiras com os trabalhadores nas últimas décadas do século XIX. Como instituição, o Liceu ouro-pretano foi criado com o objetivo de oferecer aos trabalhadores um tipo de especialização laboral e formação técnica, que aos olhos das elites seria imprescindível nas novas relações de trabalho que surgiam. Instruir e educar o trabalhador significava incorporá-lo ao mundo da técnica racional, ao mesmo tempo em que conformava um trabalhador-cidadão, apto a enfrentar as novas relações sociais e capitalistas. Nesse sentido, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto também cumpriria o importante papel de civilizar as classes populares através do ensino e da possibilidade de acesso aos princípios morais da sociedade burguesa. Esse movimento educacional traçado pelo Liceu de Artes e Ofícios, acompanhou o processo de escolarização colocado em prática em Minas Gerais desde o primeiro quartel do século XIX. Tal processo tinha como essência difundir o conhecimento das primeiras letras e dos princípios técnicos básicos dos ofícios às camadas mais pobres da população, objetivando constituir um povo civilizado para uma nação moderna.

No decorrer da sua trajetória, o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto convergiu os interesses das elites econômicas e políticas da cidade e os interesses dos artistas mecânicos e trabalhadores. As intencionalidades desses dois setores da sociedade, ora se distanciavam, ora se aproximavam nas relações sociais produzidas na instituição e nas relações desta com a sociedade. Nos seus tempos e espaços específicos, o Liceu abarcava os desejos e as sociabilidades dos seus sujeitos. Professores, alunos, diretores e sócios participavam do cotidiano da instituição, defendendo seus interesses e vivenciado o processo de escolarização efetuado na instituição em consonância com a diversidade de pensamentos e intenções de cada indivíduo ou grupo. Essa diversidade fez do Liceu de Artes e Ofícios um mosaico em que o ensino profissional, a educação dos pobres, a ética do trabalho, o assistencialismo, a técnica racional, as artes e os conflitos de classes dimensionassem o lugar da instituição no processo de escolarização do ensino profissional empreendido em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

O posicionamento do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em relação a esse processo de escolarização do ensino profissional em Minas Gerais está relacionado com o momento econômico que a Província e posteriormente o Estado, vivenciavam na virada do século XIX para o XX. A gradual substituição do trabalho escravo para o trabalho livre e a intensificação desse processo depois da abolição em 1888, gerou uma grande crise de braços nas lavouras e nas incipientes indústrias da Província/Estado. Diferentemente de São Paulo, onde a chegada do imigrante europeu minimizou a crise de mão-de-obra, as elites políticas e econômicas de Minas Gerais foram obrigadas a ter que contar praticamente apenas com a mão-de-obra do trabalhador nacional, tendo em vista as dificuldades de inserção do imigrante em terras tão distantes do litoral e com uma enorme burocracia que oferecia resistências ao processo de imigração. Diante dessas considerações, Minas Gerais buscou alternativas para formar o trabalhador nacional e facilitar sua inserção nas novas relações de trabalho assalariada. Essa conjuntura econômica parece ter incentivado a criação de diversas iniciativas que tinham o ensino profissional como essência. Diversas instituições, estatais ou não, surgiram, apoiadas de alguma forma por uma grande parte das elites políticas, com o objetivo de expandir a instrução para o trabalho e o ensino profissional ao maior número de trabalhadores. Inserida nesse processo, A Sociedade Artística Ouro-Pretana, associação filantrópica responsável pela criação e manutenção do Liceu de Artes e Ofícios, apesar do seu íntimo e direto vínculo com a escola e com o ensino por ela oferecido, cumpria um papel que extrapolava os objetivos pedagógicos do Liceu. Constituída por membros das elites de Ouro Preto, que formavam seu quadro de beneméritos, tinha os principais cargos da sua diretoria ocupados por artistas mecânicos. A direção da Sociedade pelos artistas determinou para a instituição dois papéis principais: constituir um centro de apóio mútuo para os artistas mecânicos e ser um espaço de divulgação e valorização das artes mecânicas. A reunião dos artistas mecânicos em torno da Sociedade Artística de Ouro Preto demonstrava a necessidade que esse setor tinha de se afirmar na hierarquia social daquela sociedade. O artista mecânico era um trabalhador manual. Dessa forma, carregava na sua atividade laborativa o estigma que caracterizava o trabalho manual desde a colônia como “coisa de escravo”, um tipo de atividade menor, desvalorizada e aviltada socialmente. Nas últimas décadas do século XIX em Minas Gerais, a maior parte dos artistas mecânicos passou por um processo de semi-proletarização passando a exercer ocupações assalariadas na incipiente indústria mineira, principalmente na siderurgia ou na

mineração. Uma parcela menor dos artistas mecânicos conseguiu ascender socialmente. Aqueles artistas que não foram proletarizados conseguiram manter suas oficinas e passaram a ocupar um lugar importante no *status* social e econômico da região de Ouro Preto. Esses artistas tinham posses, escravos e capital, mas ainda eram tidos socialmente como trabalhadores manuais. A Sociedade Artística Ouro-Pretana, portanto, seria uma alternativa para posicionar os artistas mecânicos mais abastados nos pontos mais altos da hierarquia social, ao mesmo tempo em que serviria como amparo aos artistas mecânicos menos favorecidos economicamente ou em dificuldades de exercer seu ofício em virtude das transformações que atingiam as relações de trabalho. Diante dessa mudança na conjuntura econômica dos artistas mecânicos, O Liceu de artes e ofícios passou a exercer um papel estratégico nos objetivos da Sociedade Artística, pois seria um espaço de formação de novos artistas mecânicos para ao trabalho, ao mesmo tempo em que serviria como instrumento de divulgação das artes mecânicas, através da expansão da instrução dos ofícios exercidos por este tipo de trabalhador.

Em meio às transformações nas relações de trabalho dos artistas mecânicos, a trajetória do Liceu de Artes e Ofícios nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX confundiu-se com a trajetória da cidade de Ouro Preto. O Liceu passou a fazer parte do contexto social da cidade, participando com seus representantes dos principais eventos do município e marcando presença como uma instituição considerada importante. A partir de 1897, essa presença torna-se física com a construção do moderno prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto no centro comercial da cidade. O prédio do Liceu, em arquitetura eclética, acompanhava o movimento de modernização arquitetônica e urbana que as elites de Ouro Preto buscavam empreender na cidade desde a década de 1870. Com a construção do seu edifício, o Liceu estabelece seu espaço físico e simbólico nas intenções modernizadoras da cidade. O prédio do Liceu era costumeiramente franqueado às diversas associações do município. No seu interior reuniam-se clubes sociais, blocos carnavalescos, entre outras. No entanto, a presença do centro operário e da Sociedade Operária era mais constante. Essa relação do Liceu com as organizações operárias suscitou algumas questões: Quais os níveis de relação do Liceu com o movimento operário? As idéias socialistas estiveram presentes no Liceu? A ausência de fontes não permitiu responder tais questões com precisão. No entanto, nos leva a pensar que o Liceu de Artes e Ofícios pode não ter sido tão harmônica e dócil na formação dos seus alunos como objetivava as

elites políticas e econômicas da época. A partir disso, os usos e apropriações da instituição pelas diversas representações da sociedade ouro-pretana da época merecem ser estudados em novas pesquisas.

Internamente, O Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto apresentava um currículo que seguia as tendências pedagógicas que direcionavam as escolas voltadas para o ensino para o trabalho que surgiram em diversos pontos do país a partir da segunda metade do século XIX. Com uma estrutura que visava ensinar aos trabalhadores a contar e ler, com destaque para as disciplinas de primeiras letras e aritmética, e os princípios das técnicas de alguns ofícios, o currículo da instituição buscava estabelecer um tipo de formação que fosse apropriado aos trabalhadores de acordo com as intencionalidades das elites políticas da época. Aos trabalhadores deveria ser ensinado apenas o mínimo, para que este pudesse participar das relações sociais e de trabalho capitalistas, que gradualmente, ganhavam espaço na sociedade brasileira. Em síntese, a intencionalidade contida no currículo do Liceu, apontava para a formação de um trabalhador, que compreendesse as relações sociais capitalistas e fosse útil ao projeto de nação moderna pensado pelas elites políticas e econômicas do período.

Os sujeitos que participaram da trajetória da instituição, representavam os vários setores sociais que estiveram presentes no projeto de sua criação. Entre os diretores, estavam artistas mecânicos e membros das elites políticas e intelectuais da cidade de Ouro Preto. Os alunos eram todos homens trabalhadores braçais, que exerciam diversas funções laborativas ao longo do dia e freqüentavam a escola no período da noite. Uma escola noturna era justificada pela intenção de formar trabalhadores, pois dessa forma poderia atender um tipo de aluno específico, impossibilitado de freqüentar a escola durante o dia devido ao seu trabalho. Esses sujeitos conviviam com uma constante falta de recursos financeiros, que comprometia em certa medida o ensino na escola. Em muitos momentos, os sujeitos que dirigiam o Liceu de Artes e Ofícios explicitavam através das suas correspondências e relatórios a situação de penúria da instituição. Tal pobreza interferia no projeto pedagógico da escola, afetando as aulas nas módicas oficinas, que não possuíam as máquinas necessárias, interferindo na contratação dos professores e na manutenção do prédio próprio da Escola.

Esse mesmo prédio, construído em 1897, apesar das dificuldades de manutenção relacionadas com os problemas financeiros enfrentados pela instituição ao longo de toda

a sua trajetória, tornou-se um elemento que denotava, pelas suas características arquitetônicas modernas, a importância do Liceu de Artes e Ofícios na paisagem cultural da cidade.

Nesse prédio, inaugurado em 1897, as expectativas em relação ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto modificaram-se. A instituição passou, a partir de então, a encarnar as intenções dos republicanos no que se refere à educação. Além de atender as camadas mais pobres da população, oferecendo-as o conhecimento das primeiras letras e dos conhecimentos técnicos básicos dos ofícios para que as mesmas tivessem condições de garantir seu sustento, os dirigentes da escola adicionaram aos seus objetivos pedagógicos a intenção de formar um trabalhador-cidadão, ciente dos seus deveres cívicos para com a nova república. Nesse momento, o discurso da formação profissional do trabalhador do Liceu ganha força. Esse novo trabalhador-cidadão necessitaria do domínio da técnica para exercer um papel importante no contexto da industrialização que levaria o Estado de Minas Gerais e o Brasil ao progresso material que elevava as nações civilizadas aos patamares do pleno desenvolvimento.

O diálogo com a bibliografia acerca do tema e com as fontes consultadas nos permitiu perceber que o Liceu era uma instituição que participou de um movimento mais amplo de escolarização de do ensino profissional. Esse processo que estava em curso no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX motivou as elites ouro-pretanas na criação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto. Dessa forma, foi possível perceber que o Liceu ouro-pretano guardava muitas semelhanças com as outras instituições que tinham como objetivo divulgar a instrução do ensino de ofícios no Brasil e em Minas Gerais. As especificidades que o Liceu de Artes e Ofícios guardava em relação às instituições congêneres, estavam relacionadas principalmente com as demandas da cidade em que estava situado. Foi possível perceber que a criação do Liceu fez parte do processo de modernização que estava em curso na cidade desde a década de 1870. Apesar das elites políticas e intelectuais que idealizaram a escola não explicitarem a intencionalidade de tornar o Liceu uma instituição relacionada diretamente com o processo de modernização urbana projetado para a cidade, essa relação nos pareceu existir.

A análise das fontes não nos permitiu perceber com precisão a relação do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto com as organizações dos trabalhadores existentes no

período. Essa relação poderia apresentar uma face do Liceu, que em muito contribuiria para a compreensão do papel que a instituição exercia na dinâmica dos interesses dos trabalhadores nas relações trabalhistas. Essa questão poderá ser analisada em outras pesquisas.

Diante dessas considerações, essa pesquisa pode contribuir para a reflexão acerca do processo de escolarização do ensino profissional em Minas Gerais, a partir da apresentação de uma instituição que fez parte desse movimento em um ambiente de modernização urbana específico de uma cidade que deixava de ser a capital da Província de Minas Gerais, acusada de não ser uma cidade moderna. Nesse momento, Ouro Preto buscava uma nova identidade. Nesse processo, o Liceu de Artes e Ofícios cumpriu um papel importante, pois poderia significar, além dos seus objetivos educacionais, um instrumento para a recuperação da identidade da cidade, na medida em que representava um esforço para inserir Ouro Preto no caminho da modernização.

FONTES MANUSCRITAS:

I – Arquivo Público Mineiro

Fundo da secretaria do Interior.

Listas de frequência do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1906, 1907, 1909). SI – 2128, SI - 2821 - APM

Relatório do inspetor técnico da 13ª circunscrição, José Madureira de Oliveira, apresentado ao secretário do interior na segunda quinzena do mês de outubro de 1908. SI - 3296 - APM

Termo de visita do inspetor técnico da 13ª circunscrição ao Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em 19 de junho de 1908. SI – 3268 - APM

Carta enviada pelo diretor do Liceu ao secretário do interior em 10 de dezembro de 1910. SI – 2128 - APM

Carta enviada pelo diretor do Liceu ao secretário do interior em 5 de janeiro de 1906. SI – 2128 - APM

Carta enviada ao secretário do interior pelo diretor do liceu em 27 de julho de 1910. SI – 2128 – APM.

Carta enviada pelo diretor do Liceu ao secretário do interior em 27 de julho de 1910 – SI - 2128

Atas dos exames dos alunos do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto (1906 – 1910) SI-2128 – APM.

Correspondência enviada pelo diretor Antônio Carlos Gregório à secretaria do interior em 10 de dezembro de 1909. SI-2128 – APM.

Relatório do inspetor técnico da 13ª circunscrição de ensino. SI-3296 – APM

II – Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto

Livro de Atas do Liceu. Reunião do dia 17/4/1910 – AHCP

Livro de Atas do Liceu. Reunião do dia 12/6/1915 - AHCP

Livro de Atas do Liceu. Reunião do dia 31/1/1916. - AHCP

Livro de Atas do Liceu. Reunião do dia 18/6/1920 – AHCP.

Livro de atas de 1944. AHCP

Livro de atas do Liceu do ano de 1946. AHCP.

Livro de atas do Liceu de Artes e Ofícios, 1953. AHCP

III - Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais do período entre 1871 e 1888. Documentos digitalizados disponíveis no site da Chicago Universit:

www.crl.edu/content/brazil/mina.html

RPPMG,1880

RPPMG, 1881

RPPMG, 1883

RPPMG, 1886

III - Jornais:

Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais – Jornais de Ouro Preto produzidos entre 1884 e 1907:

O Vinte de Agosto, 26 de março de 1886

A Província de Minas, 18 de setembro de 1896

O liberal Mineiro, Ouro Preto, 18 de janeiro de 1884

O liberal Mineiro, Ouro Preto, 27 de março de 1886

Jornal Minas Altiva, Ouro Preto, 02 de abril de 1886.

A Província de Minas, Ouro Preto, 27 de março de 1886

O diabinho, Ouro Preto, 20 de setembro de 1886

Minas Altiva, Ouro Preto, 10 de outubro de 1886

O movimento, Ouro Preto, 14 de abril de 1892

Gazeta de Ouro Preto, 12 de janeiro de 1890

O Minas Gerais, 26 de março de 1897

O Minas Gerais, 24 de março de 1897

O Minas Gerais, 27 de março de 1897

Ouro Preto, 28 de janeiro de 1901

A Ordem, 13 de dezembro de 1892

O Diário do Povo, 7 de setembro de 1907

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, C.M.V. O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS: UMA HISTÓRIA QUE SE RECONSTRÓI. (mimeo, 2000)

BARROS, A. P. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

BERMAN, M. **Tudo o que sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia das letras, 1986.

BIELINSKY, A. C. “**A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios**”. Revista da FABES. Novembro de 2006 – Edição Especial – Liceu de artes e ofícios – 150 anos, 2003. PP. 7 – 21

BRANDÃO, M. **Da arte do ofício à ciência da indústria: a conformação do capitalismo no Brasil vista através da Educação Profissional**. Boletim técnico do SENAC. Rio de Janeiro. V.25, N.3, Set/Dez 1999 : P.17-30

CANO, W. **Raízes da industrialização em São Paulo**. São Paulo. Difel, 1972.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo, Difel, 1962

CARDOSO, C. F. **Uma introdução à História**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

CARONE, E. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo. Difel, 1984.

CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

_____. **A construção da ordem. A elite política imperial**. 3a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003

CASTANHO, S. E. M. **Institucionalização Escolar no Brasil: 1879-1930**. 2005. Disponível em [HTTP://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/525SergioCastanho.pdf)

CHAMON, Carla S. **A Escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941): a produção da escola no espaço da cidade**. Trabalho apresentado no *VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania*, Porto, 20-23 de junho de 2008, mimeo.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. In *Teoria & Educação*, 2, 1990

COSENTINO, D. V. **A transição para o trabalho livre em Minas Gerais: um estudo a partir dos inquéritos provinciais da década de 1850 e do Recenseamento de 1872**. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. XI Seminário sobre a Economia Mineira: anais, 2004.

CUNHA, L. A. **Escravidão, ideologia e educação profissional.** In: **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo. FLACSO, 2000a

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Ed. UNESP Flacso, 2000b.

CURY, C. J. **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas (in)** LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. (org.) **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.** São Paulo. Editores associados, 2005

DEAN, W. **A industrialização em São Paulo.** São Paulo. Difel, 1971.

Dias, J. R. **Apontamentos históricos da Escola de Farmácia de Ouro Preto.** Ouro Preto. Editora universitária, 1989

ESCOLANO, A. e VIÑAO Frago, A. **Currículo, espaço e subjetividade. A arquitetura como programa.** Rio de Janeiro. DP&A Editora, 1998

FARIA FILHO, L. M.; Chamon, C. S. ; ROSA, Walkíria Miranda. **A instrução elementar em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.** In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walkíria Miranda.. (Org.). **Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX.** 1 ed. Belo Horizonte. EDITORA UFMG, 2006, v. 1.

_____. **Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX.** In: Ana Maria Magaldi; Cláudia Alves; José G. Gondra. (Org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política.** Bragança Paulista. Ed. Universitária São Francisco, 2003, v. 1.

_____. **O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa.** In: Cynthia Greive Veiga; Tháís Nívia de Lima e Fonseca. (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v. 1

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república.** Passo Fundo. UPF Editora, 2000.

_____. GONÇALVES, I. A. VIDAL, D. G. PAULILO, A. L. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>> acesso em 12 de março de 2008.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo. Dominus, 1966.

FONSECA, J. F. M. **Tradição e Modernidade: A resistência de Ouro Preto à mudança da capital.** Dissertação (mestrado em História) - Departamento de História, Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

FONSECA, T. N. L (org.) **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GATTI JUNIOR, D. PESSANHA, E.C. **História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, categorias e materiais históricos** IN: História da Educação em perspectiva: Ensino, pesquisa e novas investigações. Uberlândia. Edufu. 2005.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986

GOODWIN JUNIOR. J. W. “Ao arfar das caldeiras”: Modernidade, ruptura e tradição em Diamantina, MG, no início do século XX. 2006. (Mimeo)

GONÇALVES. I. A. **Cultura Escolar. Práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006.

GONÇALVES, I. A. ; CHAMON, C. S. **As políticas públicas para a educação profissional em Minas Gerais: o ensino técnico primário na virada do século XIX para o século XX**. In: VIII Congresso Iberoamericano de historia de la educacion latinoamericana: contatos, cruces y luchas en la historia de la educacion latinoamericana, 2007, Buenos Aires. VIII Congresso iberoamericano de historia de la educacion latinoamericana: contactos, cruces y luchas en la historia de la educacion latinoamericana. Buenos Aires . SAHE, 2007.

GONDRA, J. **Educação no Brasil : História, cultura e política**. Bragança Paulista. EDUSF,2003.

GOMES, A. C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

INÁCIO, M. S. **Estado, Política e educação em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, patrióticas, literárias e filantrópicas (1831-1840)**. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora. Anais IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora, 2007.

_____. **A trajetória da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (1831/1838)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. p. 378-379.

JULIA, D. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista brasileira de História da Educação. São Paulo. número 1, janeiro/junho de 2001. Editora autores associados.2001

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem** ; a origem do trabalho livre no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro. Paz e terra , 1994

LEAL, M. G. A. **A arte de se ter um ofício: O Liceu de Artes e Ofícios da Bahia**. Salvador. Fundação Odebrecht, 1996.

LEMOS, C. B. **O século XIX na Paisagem Cultural Ouro-Pretana: fragmentos de modernização na Imperial Cidade Mineira**. In: CASTRIOTA, L. B.. (Org.). *Arquitetura Brasileira - Redescobertas*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG-IAB/MG, 2005, v1, p. 30-54.

LIBBY, D.C **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo. Editora brasiliense,1988.

LOMBARDI, J. C. **O público e o privado como categoria de análise na educação: uma reflexão desde o marxismo**. (in) *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas* LOMBARDI, Jose Claudinei, JACOMELI, Mara Regina M. SILVA, Tânia Mara T. da (org.) *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. São Paulo. Editores associados, 2005

MAGALHÃES, J. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004

_____. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas**. In SOUSA, Cynthia Pereira de & CATANI, Denise Bárbara (orgs.). *São Paulo, Escrituras*, 1998, p.51-69

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. 1 a.. Ed. Sao Paulo. Cortez Editora, 2002. v. 2000

MANTOVANI, A. L. **Melhorar para não mudar: Ferrovia, impactos urbanos e seu impacto social em Ouro Preto-MG -1885 -1897**. Dissertação (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MATTOS, I. R. . **O Tempo Saquarema**. 5. ed. São Paulo. EDITORA HUCITEC, 2004.

MATTOSO, K. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982

MENDES ,J.F. **Memória dos jornais mineiros do século XIX: Revisão crítica das fontes historiográficas**. III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo, RS - 2005

MENESES. J.N.C. **Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade: a aprendizagem do artesão no mundoportuguês, no final do século XVIII**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.167-183, Jan/Jun 2007.

MENICONI, E. **Monumento para quem? A preservação do patrimônio histórico e ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)**. Dissertação (Mestrado em Gestão das cidades). PUC-MG. Belo Horizonte, 2006.

MORAES, C. S. V. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo**: São Paulo. EDUSF (Estudos CDAPH. Série Historiografia), 2003

MURASSE, C. M. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

OLIVEIRA, F. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. In: **Caderno de estudos do CEBRAP, número 2, 1972**.

OZZORI, M. **Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto**. Ouro Preto. Typographia da Ordem, 1890

PLUM, W. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. BONN. 1979.

RUGIU A.S . **Nostalgia do Mestre Artesão**. Campinas. Editora Autores Associados, 1998

SALGUEIRO, H. A. **Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”**. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, n.4, p.125-163, jan.-dez, 1996

SANTOS, P. C. M.; COSTA. A.R. . **A Escola de Minas de Ouro Preto, a “Sociedade de Geographia Economica de Minas Geraes” e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX**. *Revista da Escola de Minas*. Ouro Preto. V. 3. P. 279-285, jul. set, 2005.

SANTOS, J. **A trajetória da educação profissional**. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M, VEIGA,C.G. (orgs). **500 anos de educação profissional no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica, 2.000.

SOUZA, R. F.. **Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil**, 2001 *disponível em:* < www.scielo.com.br/caade > acesso em 07 de abril de 2008.

TEIXEIRA, A. M. **A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2006.

TOMASI, A. P. N; SILVA, I. M. **Ofícios de ontem e ofícios de hoje. Ruptura ou continuidade?**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia - GT Ocupações e Profissões, 2007

VASCONCELLOS, S. **Vila Rica**. São Paulo. Perspectiva, 1977.

VASCONCELOS, D. **História antiga das Minas Gerais** . Rio de Janeiro: ministério da educação e da saúde, instituto nacional do livro, imprensa nacional, volumes I e II, 1948

VEIGA, J.P. X . **Efemérides Mineiras. Volumes 1 e 2.** Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro, 1998

VIDAL, D. G. (Org.) ; SOUZA, M. C. C. C. (Org.) . **A memória e a sombra.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIÑAO FRAGO, A. **Historia de la educacion e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones.** *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, São Paulo, 1995, pp. 63-82.

ANEXOS

ANEXO A - Denominações de ocupações encontradas nos “mapas de população de 1831-1840”, segundo categorias e classificações adaptadas do recenseamento de 1872.

1. Profissionais liberais, proprietários e outros:
 - 1.1 – Profissionais liberais: religioso, vigário, bispo, vive de suas ordens, fabricante, médico, cirurgião, enfermeira, parteira, farmacêutico, boticário, professor, homem de letras, artista, pintor, escultor, entalhador, músico, empregado público, funcionário, cobrador, advogado, juiz de paz;
 - 1.2 – Militares: oficial, praça, vive de soldo;
 - 1.3 – Marítimos: não foi encontrada nos “mappas”
 - 1.4 – Pescadores : a mesma denominação;
 - 1.5 – capitalistas e proprietários: agência, vive de sua agência, agente, vive de sua renda, aluga escravos;
2. Indústria e comércio:
 - 2.1 - manufatureiros e fabricantes: manufatura, dono de fábrica de ferro, dono de fábrica de chapéus.
 - 2.2 – comerciantes: negócio, negociante, venda, caixeiro, quitandeira, taverneiro, doceira, padeiro, tropeiro, arrieiro, carreiro, carreiro.
- 3 . Artesãos e operários de profissão declarada:
 - 3.1 – Costureiros: costureira, bordadeira.
 - 3.2 – canteiros, mineiros, calceteiros, cavouqueiros: as mesmas denominações e valeiro, faisgador, feitor, foguista, minerador, vive de sua lavra;
 - 3.3 – Trabalhadores em metais: ferreiro, ourives, caldeireiro, latoeiro, serralheiro, armeiro, fogueteiro, chaveiro, funileiro, folheiro, feitor;
 - 3.4 – Trabalhadores em madeira: carpinteiro, carapina, torneiro, gameleiro, lenheiro, carvoeiro, marceneiro;
 - 3.5 – Trabalhadores em tecidos : fiandeira, tecedeira, teceloa, rendeira, fia e tece, descaroçadora, cardador;
 - 3.6 – Trabalhadores em edificações: pedreiro, oleiro, telheiro;
 - 3.7 – Trabalhadores em couros e peles: seleiro, curtidor;

3.8 – Trabalhadores de vestuário: alfaiate e capoteiro;

3.9 – Trabalhadores de chapéus: chapeleiro;

3.11 – Trabalhadores de calçados: sapateiro.

4 . Agricultura:

4.1: a mesma denominação e lavrador, roceiro, vive de sua roça , plantador , horteleiro, criador, vaqueiro, senhor de engenho, campeiro, capineiro, feitor;

5. Assalariados sem profissão declarada:

5.1 – Assalariados: jornaleiro, justo, trabalhador, ajustado, ganhador, empregado, sua agência;

6. Serviços domésticos:

6.1 – Serviçais: lavadeira, pagem, cozinheira, engomadeira, governante;

7. Outros: faz peneira, meretriz, loureira, peneiro, saboeiro, faz louça, rezadeira, lambicão, paneleiro;

8. Sem ocupação > nada consta, doente, aleijado, mendicante, vive de esmolas, doido , vagabundo, pobre, cego, incapacitado, de cama, demente, alienado, perdeu suas faculdades, estudante.

ANEXO B – Fotografias do prédio do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto.



Prédio do Liceu – à esquerda – sem data



Prédio do Liceu – década de 1920.



Prédio do Liceu – à direita – sem data



Prédio do Liceu – à direita – sem data

ÍNDICE REMISSIVO

A

artes · 22, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 43, 51, 65, 74, 75, 76, 77, 86, 87, 91, 93, 97, 99, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 118, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132
 artistas · **30, 33, 37, 38, 40, 64, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 88, 91, 96, 98, 109, 126, 127, 129**

C

crianças · 42, 47, 49, 105, 116, 124
 cultura escolar · **31, 55, 95, 114, 120**

E

ensino profissional · 22, 24, 28, 31, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 86, 90, 92, 93, 94, 95, 106, 107, 109, 111, 119, 120, 122, 124, 133
 escolarização · **24, 25, 28, 31, 32, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 63, 72, 78, 79, 86, 94, 102, 120, 125**
 escravidão · **26, 39, 43, 63, 81, 105**
 espaço escolar · **31, 109**
 Estado · 30, 40, 45, 46, 47, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 75, 86, 87, 89, 125, 129, 131, 133

I

império · **33, 36, 39, 45, 54, 64, 80, 125**

L

liceu de artes e ofícios · 12–151
 Liceu de artes e ofícios · 74, 87
 Liceu de Artes e Ofícios · 23, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 49, 51, 62, 63, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 134
Liceu de artes e ofícios de ouro preto · 12–94
 Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto · 25, 74, 80, 94, 95, 97, 108, 130

M

modernidade · 32, 35, 37, 62, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 111, 113, 114, 121

O

ofícios · 22, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 43, 47, 48, 50, 51, 56, 57, 58, 60, 75, 76, 78, 81, 85, 91, 93, 94, 97, 99, 101, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 118, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 132
 operários · **30, 33, 37, 38, 40, 43, 52, 59, 83, 84, 88, 91, 92, 101, 106, 115, 126, 148**
 Ouro Preto · 23, 29, 30, 39, 49, 53, 55, 57, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 79, 80, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, * 134

P

pobres · **32, 39, 42, 47, 55, 78, 79, 80, 94, 105, 106, 107, 117, 121, 126, 128**
 professores · 135
 Professores · 93

R

república · **65, 86, 87, 88, 89, 91, 94, 105, 113, 117, 122**

S

Sociedade Artística Ouro-Preтана · **23, 63, 79, 133**
 sujeitos escolares · **96**

T

tempos escolares · 31, 115
 trabalho · **22, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 41, 42, 44, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 73, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 98, 101, 103, 105,**

106, 107, 108, 109, 111, 115, 116, 119, 120, 122,
123, 126, 127, 130, 133

U

urbanização · 65

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)